

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

ESTADOS UNIDOS

Negros, Partido Negro e Labor Party



Crise mundial do coronavírus

Falência do Capitalismo, Actualidade do Socialismo

Dupla opressão das mulheres

Como pôr-lhe termo?

Pierre Lambert (1920-2008)

A IVª Internacional e os Sindicatos



Julho de 2020. Número duplo 18-19
5 euros

Índice

Notas editoriais página 3

Declaração do CORQI de 24 de Março página 5

Três Conferências Marxistas

Estados Unidos: Negros, Partido Negro e Labor Party - 12 de Junho página 9

**Crise Mundial do Coronavírus:
Falência do Capitalismo, Actualidade do Socialismo - 23 de Maio** página 22

Dupla Opressão das Mulheres: como pôr-lhe termo? - 31 de Janeiro página 43

Actualidade do marxismo

Pierre Lambert (1920-2008) - A IVª Internacional e os Sindicatos página 61

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição
da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

“Digam aos nossos amigos: Estou certo da vitória da IVª Internacional!”

Tais foram as últimas palavras de Leão Trotsky na noite de 20 para 21 de Agosto de 1940, antes de sucumbir às feridas infligidas pelo seu assassino, o agente estalinista Mercader.

Oitenta anos passaram sobre o assassinato do fundador da IVª Internacional. Oitenta anos, em que se confirmou a caracterização que Lenine fez do imperialismo como “*reação em toda a linha*” e “*era das guerras e das revoluções*”. Anos em que a resistência revolucionária das massas, mormente nestes últimos trinta anos, teve de aguentar duríssimos golpes infligidos aos trabalhadores, às suas conquistas e às suas organizações independentes. Oitenta anos passaram, e neles se aprofundou a terrível crise do movimento operário internacional, nem a IVª Internacional lhe escapando. Por ocasião do octogésimo aniversário do assassinato de Leão Trotsky, não faltarão com certeza os desmoralizados e os cépticos prontos para discorrer de como Trotsky se enganou, de como a IVª Internacional, fundada em 1938 para assegurar o fio da continuidade das três precedentes, não conseguiu as vitórias que esperava... Não raro o propósito de tal veredicto será justificar a renúncia do próprio à luta pelo socialismo. Tirar conclusões desse jaez equivale a contentar-se com o aspecto superficial das coisas, cedendo ao “*ar do tempo*” e à pressão da ideologia dominante. Pois, ao afirmar a sua confiança na vitória da IVª Internacional no próprio momento em que a humanidade se enfiava nos horrores da Segunda Guerra imperialista mundial, no próprio momento em que o estalinismo triunfante se fazia coveiro, no sentido literal do termo, dos melhores lutadores de Outubro de 1917, Trotsky estava afirmando a sua confiança na capacidade da classe operária para salvar a humanidade da barbárie. Capacidade condicionada pela ajuda que uma vanguarda sólida, assente no programa da IVª Internacional, seja capaz de lhe proporcionar.

Programa que afirma que “*sem revolução socialista, e sem revolução socialista no período histórico mais próximo, paira sobre toda a civilização humana a ameaça de ser arrastada para uma catástrofe*”.

Não há dúvida de que o período histórico veio a ser infinitamente mais longo do que se podia imaginar em 1940... Contudo, não se reveste aquela afirmação ainda da maior actualidade quando se olha para a devastação provocada pela pandemia da Covid-19 (devida, na realidade, ao saque da investigação pública e à destruição dos sistemas de saúde e de protecção social por todos os governos capitalistas), com as primeiras vagas de despedimentos de massa, que atiram dezenas de milhões de trabalhadores para o desemprego em todo o mundo?

Pode ler-se, neste número duplo d’*A Internacional*, a acta da conferência marxista (videoconferência, dadas as medidas de confinamento) organizada em França no dia 23 de Maio pela Tendência Comunista Internacionalista do POID, secção francesa da IVª Internacional e membro do CORQI.

Nesta conferência, fomos aos factos para demonstrar a que beco sem saída conduz a sobrevivência — no maior

estado de desarticulação — do sistema assente na propriedade privada dos meios de produção. E, portanto, a actualidade da luta pelo socialismo, pela reorganização da sociedade no seu todo com base na socialização dos meios de produção.

“*A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária do proletariado*”, afirma logo a abrir o Programa da IVª Internacional. Uma vez mais, convidamos os nossos leitores a examinarem esta proposição à luz dos acontecimentos que estamos vivendo. Será exagero da nossa parte afirmar que, em todas as latitudes, enquanto o regime capitalista estava entrando numa nova fase da sua crise, se assistiu a que os dirigentes dos principais partidos que reclamam — de perto ou de longe — representar os trabalhadores foram a correr dar o seu apoio aos planos de salvação do capital e dos bancos? Em França, foi por unanimidade que os deputados à Assembleia Nacional do Partido Socialista, do Partido Comunista Francês e da *França Insubmissa* votaram, no dia 19 de Março, a favor do plano proposto por Macron para oferecer 343 mil milhões de euros (que depois passaram a 400 e, finalmente, a 500 mil milhões!) aos bancos e capitalistas. Na Grã-Bretanha, não só os deputados do Partido Trabalhista (e os da “*esquerda*” deste) votaram a favor do mesmo plano de salvamento, como a direcção do *Labour* (assim como a da central sindical TUC) propôs ao governo conservador a constituição de um “*comité de recuperação nacional*” em que os sindicatos operários se deixassem atrelar ao patronato e ao governo. Na Bélgica, os dirigentes do PS votaram “*poderes especiais*” para o governo burguês. Na Alemanha, a direcção do SPD está há muito tempo atolada num “*bloco central*” com os partidos burgueses, enquanto, no Estado espanhol, é o governo do Partido “*Socialista*”, o PSOE, com o *Podemos* e os restos do Partido Comunista, quem opera directamente o mando do Estado para salvar os capitalistas em detrimento dos trabalhadores, assim como em Portugal, dirigido por um governo do PS que acaba de proibir a greve em nome da luta contra a pandemia. E que dizer da votação, no Brasil, dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista do Brasil e do PSOL a favor das medidas do governo Bolsonaro-Mourão de congelamento dos salários dos funcionários, redução dos salários no privado e presentes de 1,2 trilhões (bilhões) de reais aos bancos e capitalistas! Muitos outros exemplos se poderiam dar. Contraditoriamente com o movimento dos aparelhos “*à direita, tudo*” para tentar salvar o regime capitalista em decomposição, temos assistido, nestes últimos meses, às muitas formas que a resistência da classe operária tem tomado apesar dos golpes sofridos. Sejam elas a retoma das greves na China a seguir à pandemia, a vaga de greves selvagens nos Estados Unidos e na Itália, os protestos operários na Índia e no Bangladesh, a manifestação de mais de 100 mil trabalhadores hospitalares em França ou a exigência de correr com Bolsonaro em crescendo no Brasil. Este é o contexto adequado para compreender a importância do movimento surgido nos Estados Unidos em 25 de Maio, depois do assassinato de George Floyd pela polícia. É à luta de classes que pertence este

● NOTAS EDITORIAIS

movimento de milhões de jovens e trabalhadores, de poderio sem igual, pois, além do legítimo protesto contra os assassinatos de negros pela polícia, são as instituições do Estado imperialista mais poderoso do mundo, assentes no racismo e em quatrocentos anos de opressão da população negra que ele está abalando.

Publicamos neste número a acta da conferência marxista realizada conjuntamente, no dia 12 de Junho, por representantes da Tendência Comunista Internacionalista, secção francesa da IVª Internacional, do *Socialist Organizer*, a organização que, nos Estados Unidos, defende as posições do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional, e de um militante da organização operária e negra de Baltimore Ujima People's Progress Party. Foi a ocasião para focar as relações dialécticas entre a luta pela autodeterminação e a auto-organização dos negros dos Estados Unidos e a luta pela independência política da classe operária americana, pela ruptura do movimento operário com o Partido Democrático, por um *Labor Party* apoiado nos sindicatos.

É claro que estamos perante uma ilustração específica da luta pela independência política da classe operária, que está no cerne do programa da IVª Internacional. Mas nem por isso nós, que há perto de cinco anos nos agrupámos no Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) e estamos preparando a nossa próxima conferência internacional para o mês de Novembro de 2020, fazemos do acordo com aquele programa condição para a acção conjunta. Acção conjunta, nomeadamente, de todos aqueles que, na crise do movimento operário, consideram necessária que ele se reorganize com um novo eixo, o eixo da independência, da luta "classe contra classe", partindo exclusivamente dos interesses dos trabalhadores. Por isso estamos absolutamente empenhados na preparação da conferência internacional do CORQI e em ajudar a que a conferência mundial convocada pelo Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (COI) seja coroada de êxito.

Pois partilhamos inteiramente a reflexão do camarada Nambiath Vasudevan, responsável sindical em Mumbai (Índia) e um dos coordenadores, com Daniel Gluckstein, do COI, feita no comício operário internacional do 1º de Maio organizado pelo COI⁽¹⁾:

"Que saída há? Só o poder do povo pode deter a tragédia. Para lá chegar, na Índia como no resto do mundo, a classe operária tem que se constituir como classe para si e superar os obstáculos da divisão, reconstruindo uma organiza-

ção sólida, tanto ao nível nacional como internacional. Neste 1º de Maio, decidamo-nos a trabalhar nesta direcção. A Covid-19 não deve servir para dar dividendos suplementares aos responsáveis pela exploração! (...) Para evitar, no futuro, uma epidemia como a da Covid-19, são precisos postos de trabalho a sério, com salários dos quais se possa viver, alojamento, hospitais, escolas, um sistema de saúde. O capitalismo ávido de lucro só sabe despejar a sua compaixão. Quanto a tomar as medidas concretas do interesse do povo em geral, falhou. O interesse público tem de levar a melhor sobre as motivações privadas egoístas. A classe operária mundial tem um papel a desempenhar. Foi por essa razão que nos juntámos neste comício do 1º de Maio. Neste 1º de Maio, dizemos, portanto: Abaixo o capitalismo! Abaixo a exploração e a guerra! Viva o socialismo!"

Este número duplo d'A *Internacional* publica igualmente duas contribuições que pomos à reflexão dos nossos leitores. A primeira é a acta de uma conferência marxista organizada em Paris no dia 31 de Janeiro sobre "Como Pôr Termo à Dupla Opressão das Mulheres". A segunda é uma homenagem ao nosso camarada Pierre Lambert, nascido no dia 9 de Junho de 1920 e desaparecido a 16 de Janeiro de 2008, mas não só; é também uma contribuição política sobre "A IVª Internacional e a Questão Sindical".

Estes documentos, tal como todos os materiais publicados neste número duplo, são uma primeira contribuição política para a preparação da conferência internacional do CORQI de Novembro de 2020 e um convite a todos os que se revejam no seu conteúdo para que adiram sem delonga às fileiras das organizações aderentes ao CORQI.

A redacção

(1) Este comício, em que usaram da palavra militantes operários de todas as tendências de 45 países, pode ser visto em linha no sítio internet do COI em inglês, espanhol, francês e turco: <https://coi-iwc.org/>.

Declaração do CORQI (24 de Março de 2020)

“São o sistema capitalista falido e os governos que o servem os responsáveis e culpados pela expansão da epidemia do coronavírus!”

No momento em que escrevemos esta declaração, ninguém pode prever como vai acabar, embora, necessariamente, catastroficamente mal, a pandemia do coronavírus que hoje ameaça a vida de centenas de milhões de mulheres, homens e crianças em todo o mundo. Sabem os trabalhadores e povos do mundo inteiro, isso sim, quais foram as condições que permitiram e continuam a permitir que esta pandemia tomasse proporções catastróficas, as condições que permitem a sua propagação rápida por toda a superfície do globo.

Decisões políticas que os trabalhadores e povos do mundo conhecem

Essas condições são resultado de todas as decisões políticas tomadas e levadas a cabo há décadas pelos governos das grandes potências capitalistas, mas igualmente por governos dos países dominados de todos os continentes, norteados todos eles apenas pela defesa dos interesses das grandes multinacionais, dos grandes bancos e da especulação: decisões políticas determinadas pela subordinação de toda a civilização humana à lei do lucro capitalista.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas, reivindicam-se eles de “esquerda” e “progressistas” ou de direita, que desmantelam os sistemas de protecção social conseguidos pela luta de classe dos trabalhadores.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas que desmantelam e privatizam os sistemas públicos de saúde, liquidam, às centenas de milhar, postos de trabalho de médicos e de pessoal hospitalar e camas hospitalares e, aos milhares, hospitais, serviços médicos e dispensários.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas que estrangulam financeiramente a investigação fundamental pública, desarmando os cientistas que investigam sobre os vírus emergentes.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas que permitem aos grandes grupos farmacêuticos acumularem lucros gigantescos pela produção ao mais baixo “custo do trabalho”, o que deu na actual penúria de produtos tão simples como máscaras, testes de rastreio e produtos desinfectantes.

São as decisões políticas de todos estes governos capitalistas, os dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Alemanha, da França ou do Canadá, que organizam a pilhagem das nações de África, da América Latina e da Ásia. Uma pilhagem cujo resultado, segundo a UNICEF, são 3 mil milhões de seres humanos (40% da população mundial) sem acesso a sabão nem água

corrente, sem poderem portanto, lavar as mãos várias vezes por dia para limitar a transmissão do vírus. Sem falar dos milhares de milhões de seres humanos que só se podem alimentar uma vez por dia.

Às consequências da pandemia crescem as do colapso financeiro

Às consequências dramáticas destas decisões crescem agora as consequências sociais do novo colapso financeiro, há já meses prenunciado no seguimento da crise de 2008-09 e que a pandemia veio agora acelerar. Ele reverte já no anúncio de gigantescos planos de despedimentos nos sectores automóvel, aeronáutico, bancário, comércio e serviços, dos têxteis, tecelagem, etc.

Hoje, a maior parte dos governos capitalistas — a começar pela administração americana, pelos governos das grandes potências imperialistas da Europa e pela sua União Europeia —, vêm, tomados de pânico, anunciar medidas de excepção, tentando dar resposta. Mais do que nunca determinados a “reanimar a economia”, a oferecer, portanto, aos capitalistas milhares de milhões de dólares ou euros, há os que proclamam “pôr em causa as políticas de limitação do défice”, há os que falam em fazer nacionalizações temporárias ou em suspender os despejos enquanto a crise durar. Tudo o que ainda ontem se considerava impossível é hoje ponderado por governos desorientados. Só que os traba-

● DECLARAÇÃO DO CORQI

>>> lhadores não se deixam enganar!

Os trabalhadores não se deixam enganar!

Eles sabem que estes governos devotos dos interesses capitalistas, estes governos anti-operários, não mudaram de natureza.

Eles sabem que, mesmo quando esses governos falam em tais medidas, mesmo quando as põem, ou põem algumas delas, parcial e temporariamente em prática, eles reaverão amanhã cem vezes aquilo que fingiram dar por algumas semanas.

A verdade é que nenhum destes governos, seja qual for o rótulo político dos partidos que os formam, de direita ou de “esquerda”, toma nenhuma das verdadeiras medidas de salvaguarda das populações que hoje se impõem para debelar a pandemia!

Que medidas, à altura da situação, tomaria, pois, um governo preocupado em proteger a saúde da imensa maioria?

Que medidas tomaria um governo ao serviço da imensa maioria?

Tal governo poria sob o controlo do Estado todo o aparelho produtivo, orientando-o de imediato para a produção dos bens indispensáveis para jugular a epidemia: máscaras, testes de rastreio, produtos desinfectantes, medicamentos, etc. Organizaria o rastreio sistemático de toda a população. Para isso, não hesitaria em requisitar as grandes empresas, a começar pelos grupos farmacêuticos, e os activos dos bancos.

Tal governo reabriria de imediato todas as estruturas hospitalares encerradas, requisitaria a totalidade dos locais disponíveis para neles instalar, no mais breve prazo, as estruturas hospitalares e serviços de cuidados intensivos indispensáveis para responder às necessidades.

Tal governo iria buscar os milhares de milhões onde eles estão, garantindo os cuidados gratuitos para todos e o financiamento de todo o pessoal médico e os equi-

pamentos necessários ao bom funcionamento dos hospitais.

Tal governo organizaria o isolamento sanitário de toda a população, obrigando, nomeadamente, as empresas a assegurarem o pagamento dos salários de todos os trabalhadores isolados. Nos países dominados, onde a imensa maioria da mão d'obra pertence ao “sector informal”, sem salário regulado nem direitos, tal governo garantiria a cada trabalhador um rendimento que lhe permitisse viver durante o isolamento sanitário. Tal governo organizaria a distribuição dos víveres e mantimentos necessários à população.

Tal governo nacionalizaria ou renacionalizaria a investigação fundamental e afectaria às equipas científicas os meios necessários à pesquisa dos vírus emergentes e outras doenças.

Tal governo procederia de imediato à requisição de edifícios de habitação, neles alojando todos os sem-abrigo e os precariamente alojados, para quem as anunciadas medidas de “isolamento sanitário” não querem dizer nada enquanto eles não tiverem alojamento.

Tal governo decretaria o fim imediato dos despejos, pronunciará uma moratória sobre o pagamento de rendas e encargos e decidiria proibir de imediato os despedimentos. Tal governo decretaria o controlo dos preços de bens de primeira necessidade e medicamentos, sabendo que as grandes cadeias de distribuição e farmácia estão fazendo subir os preços por toda a parte a pretexto da pandemia e da crise económica.

Para tal efeito, tal governo requisitaria, designadamente, os orçamentos militares das grandes potências, que hoje continuam a financiar intervenções militares imperialistas contra os povos. E, mais geralmente, em qualquer país, reafectaria a totalidade das verbas do orçamento militar às necessidades dos hospitais.

Tal governo cessaria de imediato o pagamento da dívida, interna e externa. Confiscaria os milhares de milhões da especulação (em particular da especulação à baixa das próprias acções que os grandes grupos andam a fazer!),

pondo-os ao serviço da saúde da imensa maioria.

Romper com as exigências da classe capitalista

Pois tal governo, que tais medidas tomasse, por necessárias à sobrevivência da população trabalhadora, medidas contraditórias com as exigências da classe capitalista, não hesitaria em romper com esta.

Pela nossa parte, aqueles que estamos organizados no CORQI, lutando pela reconstituição da IV^a Internacional, pronunciamos-nos, em cada um dos nossos países, pela constituição de governos tais, exclusivamente ao serviço da imensa maioria, e apoiaremos todos e cada um dos passos em frente feitos pelas organizações operárias neste sentido. Governos que não hesitem em requisitar os grupos farmacêuticos, grandes empresas e os imensos activos dos bancos para financiar medidas de salvaguarda dos trabalhadores, dos camponeses e da juventude. Não se pode, porém, ignorar a evidência de que nenhum dos governos capitalistas em exercício, seja qual for o rótulo que ostente, quer hoje enveredar por esta via.

Mesmo quando falam de “guerra” à pandemia, eles recusam-se na mesma a atacar a sacrossanta propriedade privada dos meios de produção, cuja salvaguarda, para eles, passa muito à frente das necessidades da humanidade trabalhadora.

Servem-se da pandemia para reforçar todas as medidas anti-operárias e antidemocráticas

E não é só que eles não tomam as medidas necessárias; eles usam a pandemia e a crise para reforçar todas as medidas anti-operárias e antidemocráticas.

Mormente a administração americana, que mantém e mesmo agrava as criminosas sanções contra o Irão, a Venezuela, Cuba, o Zimbábue e outros, aproveitando-se da pandemia para tentar agudizar a pressão sobre as nações.

DECLARAÇÃO DO CORQI ●

E que dizer da prisão a céu aberto que é a faixa de Gaza, um dos territórios mais densamente povoados do mundo, onde, como fruto de quatorze anos de bloqueio assassino imposto com a cumplicidade da “comunidade internacional“, mais de dois milhões de palestinianos têm à disposição uns 50 testes de rastreio e uma centena de máscaras de protecção?

Que dizer, também, dos milhões de refugiados expulsos de casa pelas guerras imperialistas, dezenas de milhar deles estacionados em campos insalubres nas ilhas gregas, a quem a União Europeia e todos os seus governos recusam asilo, entregando-os à doença?

Apesar das suas declarações tonitruantes e das suas promessas actuais, todos estes governos capitalistas são, pois, responsáveis e culpados pela barbárie que a pandemia revela.

A armadilha da “unidade nacional” com os exploradores e os seus governos

Nestas condições, não é vergonhoso ver como, em tantos países do mundo, os dirigentes das organizações políticas que falam em nome dos trabalhadores aderem à “unidade nacional” com os governos capitalistas?

Não é uma vergonha ver os partidos que falam em nome dos trabalhadores apoiarem os governos capitalistas em funções, exactamente quando estes põem à votação, em vários parlamentos, medidas de “estado de emergência” que agravam a ofensiva dos governos capitalistas contra as conquistas sociais e as liberdades democráticas?

Os trabalhadores sabem muito bem que as medidas sanitárias para abrandar a epidemia são necessárias. Mas nem por isso tiram daí a conclusão de que hão-

de cair na armadilha da “unidade nacional” que os exploradores e os seus governos lhes estão montando.

Multiplicam-se greves, greves selvagens, paralisações de trabalho e ameaças de greve

Os trabalhadores têm o direito de exigir a todas as organizações que falam em seu nome que rompam de imediato com a “unidade nacional” que os seus dirigentes selaram com os governos capitalistas.

Pelo contrário, nestes últimos dias, nos Estados Unidos, em Itália, em França, na Argélia, no Chile, no Peru e noutros países, tem-se assistido à multiplicação de greves, greves selvagens, paralisações, ameaças de greve, iniciativas colectivas de trabalhadores e outras acções de classe em que os trabalhadores e as suas organizações sindicais se recusam a serem obrigados a continuar a trabalhar sem nenhuma protecção contra a pandemia.

Tem-se visto, em muitos países, os trabalhadores rejeitarem o aproveitamento que os governos capitalistas fazem da crise para redobrar os ataques contra as conquistas arrancadas pela luta de classe e contra as liberdades democráticas, rejeitarem os apelos dos capitalistas para que sejam os trabalhadores a pagar a crise “deles” e as consequências que dela advirão.

Tem-se assistido na China, logo que a pandemia começou a abrandar, a como os trabalhadores regressam à greve e aos protestos de massas para conseguir impor os seus direitos.

Mais do que nunca, os trabalhadores só podem contar com as suas próprias forças. Como reza a letra do canto internacional dos trabalhadores, A Internacional: “*Messias, deus, chefes supremos, nada esperamos de nenhum! Se-*

jamos nós quem conquistemos a Terra-Mãe livre e comum!”

A validade da luta para acabar com o sistema capitalista

Pela nossa parte, aqueles que estamos organizados no CORQI, lutando pela reconstituição da IVª Internacional, sustentamos que os acontecimentos por que a humanidade está passando vêm confirmar a validade da luta de classes, da luta para acabar com o sistema falido do capitalismo assente na propriedade privada dos meios de produção.

Estes acontecimentos confirmam a validade da luta por um governo de salvação da população trabalhadora, que leve a cabo as mudanças estruturais necessárias para benefício da imensa maioria. Confirmam, portanto, a validade da luta pelo socialismo.

O que está em jogo não é menos do que a defesa e preservação da civilização humana.

As organizações, grupos e militantes de todo o mundo que lutam pela reconstituição da IVª Internacional sabem que, nesta luta, se alinham lado a lado com os trabalhadores, militantes, jovens, tendências e correntes que se esforçam por salvaguardar a independência da classe operária e das suas organizações.

Alinham-se, mormente, ao lado de todos aqueles que, em mais de 50 países, estão preparando o êxito da conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, que se reunirá em Paris nos dias 5 e 6 de Novembro de 2020.

Para pôr termo à guerra e à exploração!

Para pôr termo à barbárie capitalista!

Para defender a humanidade e a civilização! >>>

● DECLARAÇÃO DO CORQI

>>> Junta-te à luta da IV^a Internacional, adere às organizações do CORQI!

24 de Março de 2020

* O CORQI condena com o máximo vigor as declarações racistas de Trump e acólitos a acusar a China de responsabilidade pelo coronavírus. A verdade é que a burocracia chinesa, depois de ter negado a epidemia e reprimido os que tinham lançado o alerta, se viu obrigada a mobilizar os imensos recursos da propriedade estatal para levantar do chão em poucos dias hospitais para conter a epidemia, objectivo que se está atingindo na China. Não é, porém, o caso em nenhuma das principais potências capitalistas da Europa e da América do Norte. Analogamente, e qualquer que seja a posição que se tenha a respeito da política da burocracia cubana, uma coisa é certa: o envio de médicos cubanos para os países mais afectados, apesar de Cuba ser há décadas vítima de um bloqueio criminoso.

Signatários da declaração

Afeganistão: militantes do CORQI no Afeganistão.

Argélia: Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas da Argélia (COSI)

Alemanha: secção alemã do CORQI.

Azânia-África do Sul: secção azaniana da IV^a Internacional (AS-FI).

Bangladeche: secção do Bangladeche da IV^a Internacional.

Bélgica: Organização Socialista Internacionalista, secção belga da IV^a Internacional.

Benim: Comité de Ligação dos Trotskistas do Benim (CLTB).

Brasil: Organização Comunista Internacionalista (OCI, organização brasileira ligada ao CORQI).

Burundi: secção burundesa da IV^a Internacional.

Canadá: Comité de Ligação dos Trotskistas do Canadá.

Chile: Grupo Trotskista Chileno.

Coreia: Conselho de Militantes da Coreia – Solidariedade

Costa do Marfim: M., militante marfinense.

Estados Unidos: *Socialist Organizer*, secção da IV^a Internacional nos Estados Unidos (CORQI).

França: Tendência Comunista Internacionalista do POID, secção francesa da IV^a Internacional (membro do CORQI).

Grã-Bretanha: Charles Charalambous, editor de *Labour Internationalist*, publicação dos adeptos britânicos do CORQI.

Grécia: Andreas, editor de *Ergatika Nea*.

Haiti: Berthony Dupont, *Haiti Liberté*, membre du COI.

Hungria: adeptos da IV^a Internacional.

Índia: grupo *Spark*, Franklyn d'Souza, Subhas Naik.

Itália: secção italiana da IV^a Internacional.

Marrocos: adeptos do CORQI em Marrocos.

México: Liga Comunista Internacionalista (CORQI).

Paquistão: secção paquistanesa da IV^a Internacional.

Peru: Grupo Socialista Internacionalista, secção peruana do CORQI.

Portugal: Grupo “*A Internacional*” (CORQI).

Roménia: secção romena do CORQI.

Rússia: Grupo dos adeptos do CORQI.

Senegal: militantes simpatizantes do CORQI.

Sérvia: Jacim Milunovic, militante operário.

Suíça: Wolfgang Eichenberger, pela *Tribune ouvrière*.

Togo: Steve, militante togolês da IV^a Internacional.

Tunísia: L., militante tunisino.

Turquia: Liga Operária Marxista (secção do CORQI).

Zimbabwe: Mafa Kwanisai Mafa,

CORQI Zimbabwe.

Declaração publicada e difundida em alemão, árabe, chinês, espanhol, francês, grego, húngaro, inglês, italiano, português, russo, turco e urdu. Sub-títulos da redacção d’*A Internacional*.



Estados Unidos

Negros, Partido Negro e Labor Party



"I can't breathe" ("Não consigo respirar!"): o grito de desespero de George Floyd, de 46 anos, morto asfixiado por um polícia em Minneapolis no dia 25 de Maio, e de tantos outros antes, brandido por milhões de manifestantes, que gritam também "Black Lives Matter" ("A vida dos negros conta").

NO SEGUIMENTO DA MOBILIZAÇÃO INÉDITA de milhões de jovens e trabalhadores nos Estados Unidos contra o racismo institucional, após o assassinato de George Floyd pela polícia de Minneapolis (no dia 25 de Maio), a Tendência Comunista Internacionalista (secção francesa da IVª Internacional) organizou, no dia 12 de Junho de 2020, uma (video)conferência marxista com o tema: "Estados Unidos: negros, partido negro e Labor Party". Animaram-na três

camaradas: o camarada Nnamdi Lumumba, porta-voz do Ujima People's Progress Party, Partido Popular Progressista Ujima, uma organização operária negra sediada em Baltimore (Estado de Maryland), o camarada Alan Benjamin, responsável do Socialist Organizer, organização que defende, nos Estados Unidos, as posições da IVª Internacional e do CORQI, e Daniel Gluckstein, pela direcção da TCI.

Nnamdi Lumumba: Os poucos meses da crise que se tem desenrolado nos Estados Unidos dissiparam muitas ilusões e ideias

falsas sobre o regime capitalista/imperialista dos Estados Unidos.

Esta consciencialização deu-se tanto dentro dos Estados Unidos como fora de portas.

Em primeiro lugar, o mundo inteiro foi testemunha da incompetência e inépcia dos dirigentes ao nível local e nacional na gestão da pandemia da Covid-19. Ficou à vista de todos que os Estados Unidos não têm política de saúde pública para gerir este tipo de crise.

Os mais de dois milhões de pessoas infectadas e mais de 116 mil mortes (segundo os números

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO

>>> oficiais) revelam os problemas sistémicos engendrados por um sistema de saúde parasitado pela procura do lucro e cujas primeiras vítimas são os negros, os latinos, as populações autóctones e a classe operária, que não conseguem acesso à assistência necessária a tempo e horas.

Os negros, latinos e populações autóctones correm um risco duas vezes maior de morrer por causa da infecção. Em muitos Estados, os negros representam mais de 50% de todos os casos declarados.

Depois da catástrofe devida à pandemia da Covid-19, as massas trabalhadoras saíram à rua para exigir justiça e o fim dos assassinatos racistas de negros pela polícia.

Tudo isto acontece no contexto de um ano de eleições presidenciais, das quais se esperaria operarem uma transição sem atritos de um sector da classe capitalista para outro, tanto ao nível local como nacional. Em vez disso, o sistema político dos Estados Unidos foi parar a uma sucessão de crises que põem a nu o carácter corrupto desta sociedade capitalista, racista, imperialista e colonial.

“Somos os descendentes dos que foram importados de África”

Para nós, africanos, esta crise, que tanta atenção atrai neste momento, não é novidade. Somos os descendentes daqueles que foram importados para a América do Norte como bens móveis, utilizados para edificar a estrutura económica do sistema capitalista americano, e temo-nos batido constantemente por resistir e obter a autodeterminação da nossa nação.

A propaganda capitalista dos Estados Unidos quer fazer esquecer ao mundo que os Estados Unidos são um Estado colonialista corrupto. O genocídio e escravização sofridos pelos povos autóctones aparecem na história oficial como mera nota de roda-

pé. Ora, os direitos dos povos autóctones são tão justos e legítimos como os do povo palestino de hoje e dos povos africanos na África do Sul do século XX sujeita a ocupação.

Foi o processo de rapto e escravização dos povos africanos, da sua sujeição a um genocídio, da sua importação para a América do Norte e do Sul e para as Caraíbas que pôs em marcha o mecanismo do domínio colonial da África e de saque das suas riquezas. Foi esse mecanismo que criou as colónias internas de africanos em todo o Ocidente.

A força de trabalho, que antigamente pertencia aos povos africanos independentes, foi desviada e explorada para lucro na construção das economias da América e da Europa, aquilo a que o camarada Karl Marx por eufemismo chamou de “*acumulação primitiva do capital*”.

O combate dos negros pela sua libertação é simplesmente a continuação do combate dos africanos pela sua libertação do colonialismo interno do imperialismo e dos ataques racistas lançados tanto pelo governo como por cidadãos comuns brancos reaccionários, ganhos às teses da “supremacia branca”.

O nosso movimento foi, desde a sua concepção, um movimento anticolonial, anti-racista, anti-imperialista e anticapitalista.

Apesar dos esforços dos pequeno-burgueses negros aliados aos sectores liberais da classe capitalista, as tentativas de integrar a classe operária negra na sociedade debatem-se em contradições. Os negros e os “morenos” (latinos e mestiços — NdT) continuam a combater contra um racismo institucional que nos impede de participar livremente na economia legal capitalista.

Esta falta de acesso à economia legal serve de pretexto para uma repressão feroz, medidas draconianas e tácticas que servem o propósito de encarcerar negros e “morenos” em grande número.

Graças à 13ª emenda constitucional, muitas vezes tida como ponto final da escravatura nos Estados Unidos, passou a ser possível ter acesso a uma mão d’obra barata criada pela transferência da mão d’obra escrava das mãos dos capitalistas privados para as do Estado.

Têm ocorrido períodos de luta viva e intensa da população negra para conseguir a sua independência do Estado capitalista americano. Algumas dessas lutas revestiram a forma do nacionalismo negro e do panafricanismo revolucionário.

Estas tendências políticas são os sectores mais críticos da política interna e externa dos Estados Unidos. É esta resistência persistente que faz com que a população negra se mostre permanentemente pouco interessada em apoiar as guerras e intervenções militares dos Estados Unidos.

O movimento de libertação dos negros está na vanguarda do combate dos movimentos mais radicais pela paz, pela justiça social e económica para todos, seja qual for a cor da pele e o sexo.

Os negros reduzidos a auxiliares das lutas e dos seus “aliados”

Infelizmente, o movimento negro tem muitas vezes sido instrumentalizado por sectores da comunidade branca. Fosse o movimento das mulheres nos anos vinte, que recusava integrar as reivindicações das mulheres negras, fossem as leis sobre o direito de voto, as lutas dos LGBTQ+ ou outras lutas da classe operária, a comunidade negra acabou vítima de alianças que se desagregavam logo que os nossos aliados brancos viam as suas reivindicações satisfeitas.

Este balanço histórico pouco abonatório do movimento operário no seu conjunto é o que faz com que os africanos continuem a bater-se pela sua autodeterminação e pela sua libertação nacional. Exige-se, pois, que quem organiza o

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO ●

movimento negro na esquerda se consciencialize do sectarismo dos brancos nos sectores em que nos organizamos.

Recusamo-nos a ser reduzidos a um papel de auxiliares na luta dos trabalhadores contra os patrões. Em muitas metrópoles dos Estados Unidos, os africanos representam uma larga maioria da população urbana e nós devemos ser capazes de concentrar as lutas dos trabalhadores negros e “morenos” em todas as acções que se desenvolvem nestes domínios, se quisermos construir progressivamente uma força operária independente.

Temos apego ao nosso direito de construirmos uma nação independente e separada que procurará unificar a África e os povos africanos sob a direcção dos trabalhadores africanos, para vencer o imperialismo, o neocolonialismo e o capitalismo em África, nas Américas e no resto do mundo.

Alan Benjamin: Foram milhões, nomeadamente de jovens, negros como brancos, que saíram à rua para dizer ao racismo institucional: justiça para George Floyd, mas também para Breonna Taylor, a jovem enfermeira assassinada no Estado de Kentucky, e Ahmaud Arbery, o jovem corredor negro assassinado por um polícia aposentado, bem como tantos outros. O número de assassinios cometidos pela polícia, 1.099 em 2019, 24% dos quais de negros (que representam apenas 13% da população), é assustador. O último foi o de Rayshard Brooks, de 27 anos, abatido por um polícia branco em Atlanta, na Geórgia. Este movimento começou a derrubar monumentos e estátuas erigidos em honra de dirigentes confederados do exército dos Estados escravagistas do Sul durante a Guerra da Secessão (1861-1865). Porque atribuem os manifestantes tal importância às estátuas

que homenageiam os generais sulistas? Trump afirmou na altura: “*Estas personalidades fazem parte da nossa história.*” De certa maneira, não deixa de ter razão: a raiz dos Estados Unidos modernos é essa aliança celerada celebrada entre os dirigentes capitalistas dos Estados do Norte e os antigos escravagistas do Sul para manter o domínio capitalista.

A classe capitalista está ciente de que este movimento profundo — o mais massivo desde os anos sessenta — está destabilizando todas as instituições do país, não só a polícia. Para a classe capitalista, há que preservar as instituições para preservar o próprio sistema capitalista. Isso mesmo articulam os sectores da classe dirigente que dizem que Trump vai longe demais. Houve generais a avisar publicamente Trump, dizendo-lhe: se o exército sair à rua para reprimir os manifestantes — como Trump tencionava fazer — haverá uma explosão. Outros, como Nancy Pelosi, a porta-voz dos democratas no Congresso, sugerem que se faça uma “*reforma da polícia*”. A questão seria correr com algumas “ovelhas negras” da polícia, com os mais racistas... com o objectivo de deixar na mesma todo o sistema racista da polícia. É por isto que há organizações negras

que avançam, e muito bem, com a reivindicação de “controle popular negro da polícia”.

As instituições dos Estados Unidos assentam no racismo

O *Socialist Organizer*, que defende o programa da IVª Internacional nos Estados Unidos, apoia as reivindicações dos milhões de manifestantes: justiça para Floyd, Taylor, Arbery, castigo exemplar dos polícias culpados destes assassinios racistas. Suscitamos, no entanto, o problema de que não se conseguirá extirpar o racismo da polícia enquanto se mantiverem as instituições capitalistas, que assentam no racismo institucional. O que, por sua vez, suscita a questão da necessária aliança entre a população negra oprimida e a classe operária americana.

O racismo acaba por não ser mais do que o invólucro ideológico que, durante duzentos e cinquenta anos, permitiu, primeiro, justificar a escravatura e, depois, durante os cem anos que se seguiram à abolição, as leis Jim Crow, portanto a segregação. Nnamdi Lumumba tem toda a razão em recordar que também é o racismo que justifica aquilo a que hoje se chama o complexo carceral-industrial, em que os detidos, na sua maioria negros e



No dia 19 de Junho, o “Juneteenth”, dia em que se comemora a abolição da escravatura, muitas secções locais do ILWU apelaram à greve e paralisaram todos os portos do Pacífico. Em Oakland (grande cidade do Norte da Califórnia), organizou-se uma impressionante manifestação, que abria com cartazes da 10ª secção local do ILWU.

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO

>>> latinos, são obrigados a trabalhar por um salário de 15 cêntimos à hora para lucro das grandes empresas que recorrem à mão d'obra do cárcere. Há sectores inteiros da economia que dependem desta forma moderna de escravatura.

A luta eficaz contra o racismo levanta para os negros a necessidade de construírem as suas próprias organizações. Admirei-me e emocionei-me muito com a rapariga negra que exclamou: “*Nós construímos o vosso poder, a vossa riqueza. E ficámos sem nada. Já não temos nada a perder!*”. Um grito que reflecte a necessidade de os negros poderem construir a sua própria representação, a sua própria organização. A questão negra está no centro da nação americana: os negros edificaram esta riqueza, mas foram sistematicamente eliminados da nação e do acesso à riqueza.

Esta questão é, para nós, indissociável da questão da independência da classe operária. As cúpulas do movimento sindical continuam a subordinar-se ao Partido Democrático, ou seja, a um dos pilares fundamentais do Estado capitalista nos Estados Unidos. É isso que encrava a possibilidade de o movimento operário travar a batalha contra o racismo institucional até às últimas consequências. A questão da independência de classe — que supõe a ruptura com o Partido Democrático — aparece, portanto, como uma necessidade não apenas dos trabalhadores americanos, mas da população negra oprimida de um modo geral.

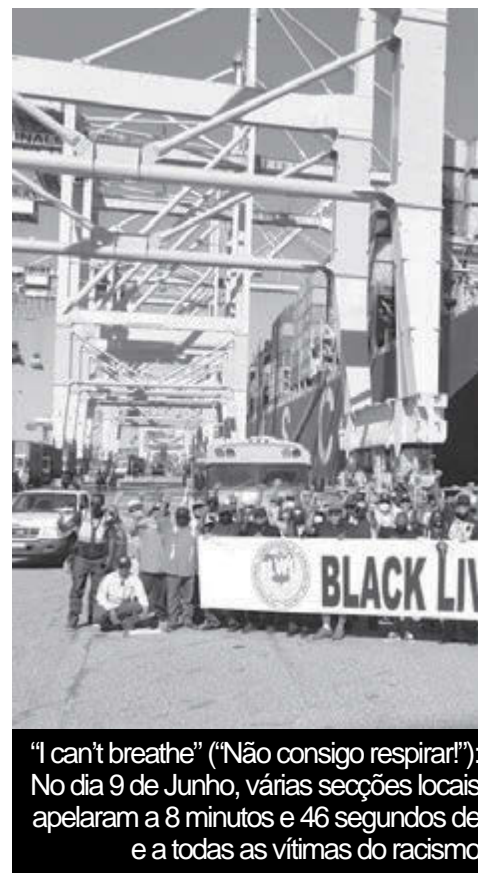
A nossa organização bate-se há anos e anos pela constituição de um autêntico partido operário independente, assente nas únicas organizações operárias de massa que existem nos Estados Unidos, os sindicatos: um *Labor Party*. Não escondemos, porém, que houve e continua a haver, como fruto de toda esta história, uma desconfiança dos negros para com as organizações dirigidas pelos trabalhadores brancos. Durante muito tempo houve gente que, com as melhores intenções do mundo, pedia aos

negros que fossem “auxiliares” das suas lutas. Há hoje todos os grupos da “esquerda” do Partido Democrático, como os *Democratic Socialists of America*⁽¹⁾, que preconizam uma “reforma” da polícia para melhor a preservar. Houve muita traição de gente que era tida por aliada dos negros. Tal desconfiança deixa marcas. Assim, para se poder operar uma junção com os trabalhadores negros, estes precisam de se sentir em pé de igualdade e de poder, por conseguinte, constituir a sua própria organização, a quem competirá decidir da forma em que se alie ao *Labor Party*.

A libertação dos negros está estreitamente vinculada à independência de classe

Eu ilustrá-lo-ia com o que se passou na Terça-feira, 9 de Junho, com a nossa participação. Nesse dia, dia das obséquios de George Floyd, várias secções locais do sindicato dos estivadores da costa ocidental, o International Longshore and Warehouse Union (ILWU), bem como o sindicato dos estivadores da costa leste, o Longshoremens Association, filiada na central sindical, mas também a secção local 808 da International Brotherhood of Teamsters (sindicato dos motoristas de camiões) e o sindicato dos operários agrícolas, o Farm Labor Organizing Committee (filiado na AFL-CIO) organizaram uma paralisação de trabalho, observando silêncio durante 8 minutos e 46 segundos (tanto quanto durou o estrangulamento de Floyd pelo agente da polícia Chauvin) para homenagear a memória de George Floyd e de todos os assassinados pela polícia.

Esta acção teve um prolongamento: as secções locais do ILWU apelam à greve e ao bloqueio dos vinte e nove portos da costa ocidental, de Bellingham (Estado de Washington, o mais ao norte) a San Diego (na Califórnia, o mais meridional), durante oito horas, no dia 19 de Junho. Esta data, conhecida como “Juneteenth” é o dia em que tradi-

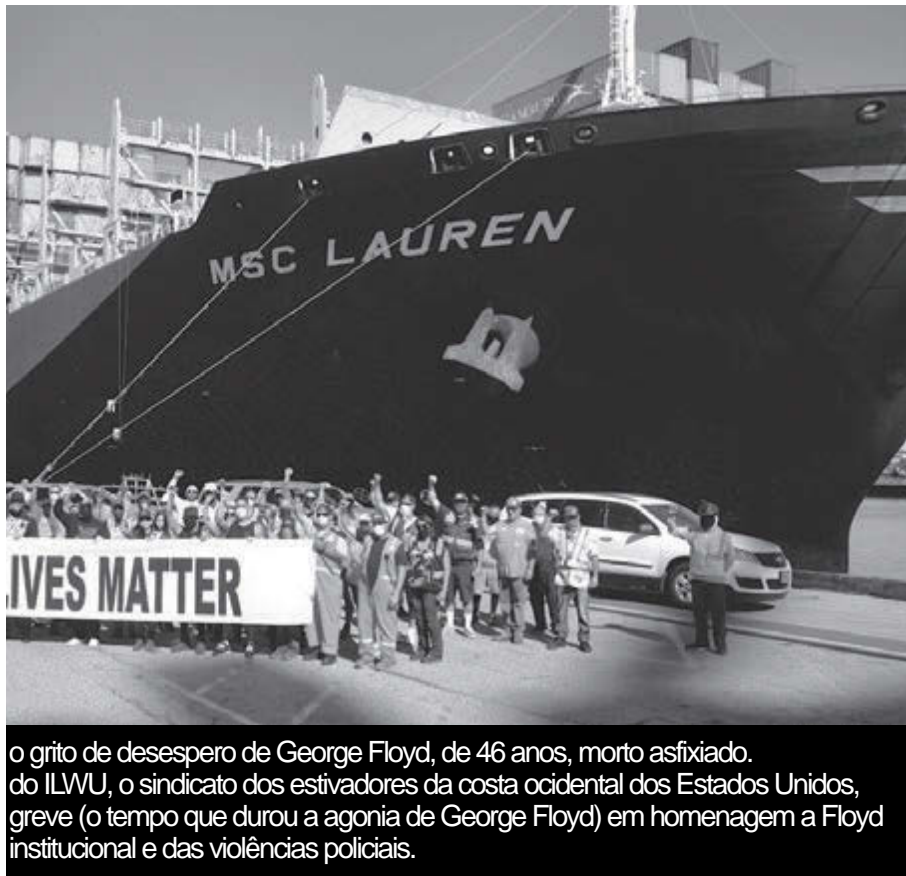


“I can't breathe” (“Não consigo respirar!”): No dia 9 de Junho, várias secções locais apelaram a 8 minutos e 46 segundos de e a todas as vítimas do racismo

cionalmente se festeja nos Estados Unidos o fim da escravatura, em 1865. “*Chegou o momento de usar o poder do nosso sindicato para paralisar todos os portos da costa Oeste em solidariedade contra o racismo e a repressão*”, declararam a uma só voz Trent Willis, Keith Shanklin, Billy Kempo’O e Ryan Murphy, respectivamente presidentes das secções locais 10, 34 e 91 do ILWU e secretário-geral da secção local 75. Clarence Thomas, antigo secretário-geral da 10ª secção local do ILWU, declarou, por seu lado: “*Consideramos que a maneira mais eficaz de acabar com o terror policial é a classe operária passar à acção no local de trabalho. Para a classe operária ser ouvida, é preciso os trabalhadores bloquearem a produção.*” As secções locais do ILWU, que tomaram a iniciativa da greve — muitas delas secções de maioria negra ou dirigidas por negros — apelam aos sindicatos de todos os Estados Unidos para se juntarem a elas no dia 19 de Junho.

Daniel Gluckstein: Queria responder a uma pergunta que nos foi dirigida, dado que, desen-

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO ●



o grito de desespero de George Floyd, de 46 anos, morto asfixiado. do ILWU, o sindicato dos estivadores da costa ocidental dos Estados Unidos, greve (o tempo que durou a agonia de George Floyd) em homenagem a Floyd institucional e das violências policiais.

rolando-se esta conferência em França, há camaradas que sentem a necessidade de fazer comparações. O camarada levantava a seguinte questão: *“Não haverá contradição entre a nossa posição pela unidade da classe operária sem distinção de cor e origem e o apoio que damos à proposta de uma organização política negra independente, ainda que com ligação ao Labor Party? Se tal perspectiva é correcta nos Estados Unidos, não há-de ser igualmente correcta noutros lados, incluindo a França?”*

Eu diria que, contrariamente ao que muitas vezes se pensa em França, a França não é o centro do mundo, e o movimento operário francês não é uma espécie de modelo para as organizações operárias do mundo inteiro. Claro que se pode fazer comparações. Em França, como nos Estados Unidos, o capitalismo desenvolveu-se com base na pilhagem da África. Em França como nos Estados Unidos, há uma grande proporção de negros na população, especialmente nos sectores mais explorados da classe operária. Esta é a parte

que é comparável.

Nos Estados Unidos, há uma dimensão particular, partilhando eu integralmente o ponto de vista dos oradores que me precederam, mormente quanto a que a questão que o povo negro enfrenta nos Estados Unidos é a da luta pela autodeterminação nacional, pela auto-organização, numa situação tal que, como muito bem disse Nnamdi Lumumba, o movimento negro tem sido sempre traído por sectores que, não obstante, se enquadram no movimento operário ou em movimentos ditos progressistas. Alianças estas que, porém, ruíram. Os negros não podem ser relegados para o papel de “auxiliares” de lutas travadas por outros. Têm que assumir as suas próprias responsabilidades, a sua própria direcção neste movimento.

Um racismo institucional herdado de quatrocentos anos de opressão

E, para os camaradas franceses, queria vincar um aspecto. Quando se fala de racismo nos

Estados Unidos, fala-se de racismo institucional. Não apenas do preconceito idiota que pode existir em qualquer lado pela mundo fora. Pode-se afirmar que em nenhum país do mundo o racismo institucional adquiriu uma dimensão como nos Estados Unidos. Em nenhum país do mundo foi, como nos Estados Unidos, um elemento dominante de um período que cobre mais de quatrocentos anos de história.

Em país nenhum do mundo o capitalismo surgiu numa tal relação com a especial exploração dos negros. Em nenhum outro país o racismo chega a tal grau de invólucro ideológico para “justificar” e autorizar todas as perseguições de que os negros são vítimas nos Estados Unidos há já mais de quatrocentos anos. Ao ponto de ser ainda hoje um “argumento eleitoral” de massas.

Eu chamaria a atenção dos camaradas franceses para algo que, em França, pareceria esquisito. Vocês ouviram que Trump ia realizar o seu primeiro comício eleitoral “pós-confinamento” no dia 19 de Junho em Tulsa, no Estado de Oklahoma. O dia, portanto, comemorativo da proibição da escravatura nos Estados Unidos (*o comício acabou por ocorrer no dia 20 de Junho, tendo sido um fiasco em toda a linha — NdR*).

Trump convocou o comício não só para o dia 19 de Junho, mas para Tulsa, cidade onde, nos dias 31 de Maio e 1 de Junho de 1921, centenas de negros foram linchados em massa, um massacre entre muitos no século XX. Trump escolheu deliberadamente fazer o seu primeiro comício de campanha em Tulsa a 19 de Junho. É uma provocação a dizer: estão a ver, na data comemorativa do fim da escravatura, aqui estou eu onde se massacraram centenas de negros.

É um apelo aos sentimentos mais racistas de uma fracção significativa do eleitorado.

Nos Estados Unidos, fazer uma coisa destas, pode, infelizmente, ser “eleitoralmente lucrativo”.

>>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO

>>> O que é difícil de imaginar noutros países. Há uma fracção da população branca, conhecida como “lixo branco”, que não esconde a sua aspiração a ver regressarem os piores períodos de perseguição dos negros. É, assim, um “argumento eleitoral”.

Mesmo em França, só para fazer uma comparação, embora esta tenha os seus limites, não se está muito bem a ver Marine Le Pen, mulher de extrema-direita, a fazer um comício eleitoral na data em que se comemora a razia do Vel d’Hiv⁽²⁾, no próprio Vel d’Hiv, a piscar o olho à deportação dos judeus. Eleitoralmente, seria contraproducente. Nos Estados Unidos, contudo, a piscadela de olho ao linchamento dos negros pode ser eleitoralmente produtiva. Tanto basta para vermos a que ponto chega, lamentavelmente, o racismo institucional e o fundas que as suas raízes na consciência de milhões de brancos são, inclusive em sectores da classe operária e do pequeno campesinato.

A riqueza dos Estados Unidos nasceu da escravatura, da deportação e do assassinato de milhões de africanos

É preciso vincar bem este ponto: a riqueza dos Estados Unidos nasceu da escravatura, da deportação forçada e do assassinato de milhões de filhos e filhas do solo africano. Sem eles, os Estados Unidos nunca teriam sido a potência em que se tornaram.

Não foi, no entanto, só a escravatura. Em toda uma série de episódios da história americana, que Nnamdi Lumumba referiu, por várias vezes, os negros, que estiveram no centro da luta pela emancipação dos Estados Unidos, foram traídos por quem devia ter sido seu aliado ou o fora.

Um dos episódios mais marcantes deu-se quando os Estados Unidos se tornaram num país capitalista moderno através da Guerra da Secessão (1861-1865), quando o Norte industrial do país derrotou o Sul assente na agricultura e na escravatura.



Saint-Paul, Minnesota, 19 de Junho. Um militante ostenta um cartaz que diz: “40 acres e uma mula”. Esta promessa, uma courela e uma mula para cultivá-la, fora feita pelos dirigentes do Norte aos negros durante a Guerra da Secessão, para conseguir que se alistassem nas tropas do Norte, que então estavam mal paradas. Mais de 200.000 negros juntaram-se às tropas nortistas, que venceram... a promessa nunca foi cumprida.

Bem se sabe que a preocupação dos capitalistas do Norte não começou por ser a libertação dos escravos, mas a consolidação do seu domínio, tendo eles chegado a dar garantias aos escravagistas do Sul quanto à manutenção da escravatura.

Só que, na guerra contra o Sul, viram-se confrontados com um problema: as tropas do Norte não conseguiam ganhar a guerra e, para ganhar a guerra contra o Sul, foi preciso fazer aquilo que eles tinham começado por recusar fazer: recorrer ao alistamento dos negros. Alistaram-se no exército nortista mais de 200.000 negros, 125.000 oriundos do Sul, 80.000 do Norte. Sem este recurso aos negros, é provável que tivesse custado muito mais ao Norte vencer o Sul.

Até certo ponto, os capitalistas do Norte ficaram dependentes deste empenhamento dos negros. Para o conseguir, prometeram não só o fim da escravatura, a emancipação, mas mais: prometeram terra, “40 acres e uma mula”, por outras palavras, numa economia americana em grande parte agrícola, a possibilidade de os negros passarem a lavradores negros, tal como os lavradores brancos e, consequentemente, adquiririam uma certa independência económica.

Era, portanto, para ser uma emancipação tanto política como económica.

Depois da vitória do Norte, surgiu no Sul um movimento, um movimento revolucionário que ficou conhecido como período da *reconstrução radical*, em que se assistiu a que os negros e uma parte da população branca pobre tomaram o seu destino nas próprias mãos e impuseram pela primeira vez a eleição de negros para os congressos dos Estados do Sul. Um dos Estados do Sul, a Carolina do Sul, creio, teve uma maioria de representantes eleitos negros no seu Congresso estadual.

A “reconstrução radical”, período chave da história dos Estados Unidos

As massas impuseram, durante a reconstrução radical, uma série de medidas progressistas: a escolarização das crianças e liberdades políticas, incluindo o direito de voto dos negros e das mulheres.

Uma coisa, porém, elas não conseguiram conquistar, mesmo no ponto mais alto desta fase revolucionária: a propriedade da terra. Renegando a sua promessa de “40 acres e uma mula”, os capitalistas do Norte tudo fizeram para que a principal riqueza,

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO ●

a terra, ficasse nas mãos ou das companhias ferroviárias ou dos grandes terratenentes. Foi uma traição à promessa de emancipação económica, sem a qual a emancipação política nada é, que tinha permitido a centenas de milhar de negros acalentarem a esperança de aceder à igualdade económica e social. Esta foi-lhes recusada pelos mesmos que lha prometeram.

Esta fase de reconstrução radical em que brancos pobres e negros se aliaram, impondo uma série de conquistas democráticas — em que se incluem os direitos das mulheres, o direito de voto e o direito ao aborto, por exemplo — e constituindo milícias para defender os seus direitos, acabou por ser vista pelo governo capitalista dos Estados Unidos como uma ameaça ao seu regime, o regime da propriedade privada dos meios de produção.

Deu-se uma inversão de alianças, e os capitalistas do Norte voltaram a aliar-se com os antigos proprietários de escravos do Sul, esmagando no sangue o movimento da reconstrução radical. Só no Tennessee, 20.000 negros membros de uma milícia de autodefesa foram massacrados em poucos dias no final dos anos sessenta do séc. XIX. Outros exemplos abundam.

Querendo traduzir para a nossa história francesa esse formidável impulso revolucionário, digamos que o equivalente corresponderia ao período mais revolucionário da Revolução Francesa (1792-1793) e à Comuna de Paris (1871). Foi, não subsiste a mínima dúvida, o movimento mais progressista que os Estados Unidos alguma vez conheceram, sendo o coração desse movimento os antigos escravos libertos e uma parte dos negros do Norte, aliados aos brancos pobres.

Neste curto período, de uma dezena de anos, assistiu-se a um grande recuo dos preconceitos racistas dos brancos pobres, pois a aliança com os negros redefinia a situação em termos de classe. Surgira a possibilidade de uma emancipação política e

social.

O Partido Republicano, que fora portador das esperanças do Norte na Guerra de Secessão e prometera acabar com a escravatura, entendeu que o domínio capitalista estava em perigo. Aliando-se aos antigos proprietários de escravos do Sul, esmagou no sangue a reconstrução radical. Não se ficou por aí. Encorajou o regresso às piores perseguições racistas, que tinham amainado durante uma década. Ficou este sistema conhecido como “leis Jim Crow”, um sistema de perseguição e discriminação que teve como resultado que, a partir de finais do séc. XIX, os negros perdessem todos os direitos democráticos conquistados e que um grupo qualquer de brancos pudesse linchar o negro que lhe apetecesse.

Nos anos vinte e trinta do séc. XX, havia regularmente linchamentos nos Estados Unidos, anunciados com antecedência nos jornais: “No próximo Domingo, vamos enforcar cinco negros”, acusados de crimes imaginários. Milhares de pessoas percorriam centenas de quilómetros para ir ver o “espectáculo”. Informa-nos a imprensa que, ao cabo de um longo processo, acaba hoje de ser reconhecida a inocência de um negro linchado há cem anos por uma falsa acusação de violação: massacrado, como o foram dezenas de milhar de outros.

Esta traição da burguesia “progressista” do Norte a quem ela ficara a dever o ter ganho a guerra, retirando-lhes, um a um, todos os direitos, expondo-os às piores perseguições racistas de que eles esperavam ter-se visto definitivamente livres com a Guerra de Secessão e acabando por reconduzi-los a um estatuto de escravidão — não oficial, mas de facto — esta traição explica o que nos dizia Nnamdi Lumumba: “*Passámos pela experiência da traição dos nossos aliados; dela, tirámos a lição de que nos temos de organizar por nós próprios, libertar-nos por nós próprios, aliados, sim, a outros, mas dirigindo nós*

próprios o nosso próprio movimento.”

O racismo institucional e o movimento operário

O racismo institucional, como disse o Alan, tem tido prolongamentos dentro do próprio movimento operário, que, nos Estados Unidos, de algum modo se construiu integrando no seu seio as posições racistas e discriminatórias da burguesia. Nos anos oitenta — há não muito tempo, portanto —, lembro-me de ter conhecido um camarada, militante operário negro, que me explicou que, poucos anos antes, em Los Angeles, segunda cidade dos Estados Unidos, a câmara municipal continuava a só empregar brancos, apesar de o recrutamento ser feito sob controlo do sindicato. Havia negros que pediam emprego como funcionários da cidade, mas o sindicato recusava. Foi preciso constituírem um sindicato negro “separado”. “Separado”, porquê? Então como é que haviam de fazer, se o sindicato existente recusava aceitar negros? Constituiu-se a *Black Employees Association*, que promoveu uma batalha legal e acabou por conseguir impor o recrutamento de negros, contra o sindicato “branco” e contra a vereação. Mais tarde, quando a câmara começou a pôr em prática os seus primeiros planos de reestruturação de pessoal, a vereação aplicou a regra: “último recrutado, primeiro despedido”. O negro, por outras palavras.

É esta batalha constante, da qual se podiam dar abundantes outros exemplos, que explica que hoje a questão se ponha, sim, senhor, em termos de auto-emancipação nacional, de auto-organização dos negros. Nenhum militante negro sensato vai considerar “natural” confiar no militante branco, mesmo no mais simpático, que lhe venha dizer: “Vou tratar do teu destino.”

Por isso a palavra de ordem da autodeterminação, da auto-organização, do direito dos negros americanos a constituírem as suas próprias organizações

>>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO

>>>

como bem entenderem e serem eles próprios a determinar o tipo de relação que entendam manter com o movimento operário em geral, com os sindicatos, amanhã com um Partido Trabalhista, é uma questão central. Ninguém libertará o povo negro americano a não ser ele mesmo.

Como militantes revolucionários que se batem pela libertação da exploração e da opressão no mundo inteiro, temos que compreender que os motores da luta contra a exploração e a opressão são os próprios explorados e oprimidos.

Ninguém libertará o povo negro americano a não ser ele mesmo

Da opressão específica do povo negro nos Estados Unidos decorre que o fermento da sublevação contra a opressão e a exploração começa por estar na capacidade do povo negro para tomar em mãos os seus próprios assuntos, em aliança, evidentemente, com as outras categorias oprimidas. Mas é a ele que cabe definir as alianças e as formas das alianças, sem confiar em quem o possa trair amanhã.

Esta questão vai além da da questão negra nos Estados Unidos. Ela acaba por concentrar o que Marx dizia, na citação que Nnamdi Lumumba fez: “*A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.*”

Para acabar, gostaria de mostrar a que ponto esta consciência está enraizada no estado de espírito de gerações de negros americanos. Num livro dedicado ao período da reconstrução radical, deparei com este episódio que vos deixo. Houve, naquela altura, um formidável movimento de escolarização dos filhos dos antigos escravos. Deslocaram-se para o Sul nove mil professores para esse efeito, estimando-se em 250.000 o número de crianças escolarizadas no Sul nessa época. Conta um historiador que

os alunos aprendiam muito depressa, conforme indica o seguinte diálogo: “*O professor pede aos miúdos: ‘Ainda acham que os brancos são melhores do que vocês por terem cabelo liso e caras pálidas?’ Resposta em coro: ‘Não senhor professor!’ O professor continua: ‘Pois não, eles não são melhores, são diferentes, porque possuem muito poder, formaram um grande governo e controlam este grande país. E vocês, miúdos, o que acham que os torna diferentes de vocês?’ Os miúdos respondem, todos em coro: ‘O dinheiro!’ O professor insiste: ‘Está bem, mas o que é que fez com que eles tivessem esse dinheiro?’ Coro infantil: ‘Tiraram-no-lo, roubaram-no-lo.’*”

Era verdade em 1869 e continua a sê-lo em 2020.

Pergunta transmitida a Nnamdi Lumumba: “*Querida saber a sua opinião sobre Alexandra Ocasio Cortez⁽³⁾, eleita no Bronx e Queens com mais de 80% de apoio das organizações Brown New Congress. Vi um documentário sobre ela na Netflix. Fiquei com a impressão que a política que ela faz vai ao encontro dos negros, dos oprimidos? Que lhe parece? Qual é a sua opinião sobre Bernie Sanders e os democratas progressistas?*”

Nnamdi Lumumba: Alexandra Ocasio Cortez representa uma contradição. Por um lado, é latina, “morena” (“brown”) e faz parte da tendência “progressista” do Partido Democrático. Por outro lado, faz parte deste mesmo partido capitalista e serve para atrair os povos negro e “moreno” para as garras desse partido capitalista.

É uma fonte de confusão para os trabalhadores e os negros, na medida em que ir ter com esse partido põe em xeque a sua independência. Ora, essa independên-



Nnamdi Lumumba (à direita), candidato operário e negro independente em Baltimore (2016), militante do Ujima People's Progress Party.

cia é a única força real de que eles podem dispor.

Como ela está profundamente enraizada no Partido Democrático, diga ela o que disser, a sua verdadeira natureza virá ao de cima assim que os interesses dos trabalhadores e do povo negro estiverem em jogo. Só poderá traí-los.

É uma contradição que nós, no que ao Ujima People's Progress Party diz respeito, rejeitamos. Recusamo-nos a apresentar candidatos às eleições sob a égide do Partido Democrático, um partido capitalista. Um ditado dos nossos maiores diz assim: “*As ferramentas dos escravagistas não podem ser usadas para libertar os negros.*” Como os partidos políticos burgueses são ferramentas dos capitalistas, nós sabemos o que está por trás da sua pretensa capacidade para defender os trabalhadores e os negros.

O Partido Democrático é um pilar do regime capitalista

Além disso, o Partido Democrático tem-se especializado em cooptar e integrar movimentos “progressistas”. Inversamente, os movimentos progressistas têm-se mostrado sempre incapazes de fazer o Partido Democrático mudar de linha.

Tal como Bernie Sanders, que não passa de um fantochezinho

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO ●

que se farta de dançar só para conseguir uma coisa, que é tentar salvar o Partido Democrático. No papel, a política dele é muito progressista, dentro do espectro político americano. Só que ele é profundamente fiel ao sistema capitalista e ao Partido Democrático. Ele teve a possibilidade de romper e de apresentar a sua candidatura como candidato independente, mas fez o contrário, apresentou-se dentro do Partido Democrático, o que é a prova provada da sua traição e de que ele só poderá trair sempre. Nós recusamo-nos a aderir ao partido dos escravagistas, ao partido imperialista, colonialista, ao partido destruidor da humanidade. Recusamo-nos.

Pergunta transmitida a Alan Benjamin: “Podias desenvolver a greve de 9 de Junho, que referiste, mas também as diferentes posições existentes no movimento sindical acerca do assassinato de George Floyd e, mais genericamente, da mobilização “Black Lives Matter”?”

Alan Benjamin: Houve muitas declarações importantes no movimento sindical a apoiar as mobilizações que exigiam justiça por causa do assassinato de George Floyd. Na baía de São Francisco, houve uma declaração das quatro uniões locais dos sindicatos filiados na AFL-CIO, condenando o racismo institucional e explicando que o movimento operário deve pôr-se na vanguarda da luta pela justiça. O sindicato dos transportes de Minneapolis, o ATU Local 1005, recusou-se a transportar a Guarda Nacional, enviada para reprimir as manifestações, afirmando a sua solidariedade com os manifestantes.

O 9 de Junho teve muitos apoios. Os camaradas estivadores, membros de várias secções locais do sindicato ILWU, puseram o seguinte problema: temos que passar das declarações que se vêem por toda a parte, por muito importantes que sejam.

A própria AFL-CIO emitiu uma declaração a exigir justiça

para George Floyd. Mas é preciso fazer alguma coisa. Portanto, o 9 de Junho era uma acção que era preciso organizar coordenadamente. Nos Estados Unidos, põe-se a questão da polícia e da presença do sindicato dos polícias na central sindical. Sectores importantes do movimento operário organizado, os camaradas do sindicato dos trabalhadores do sector automóvel (UAW), por exemplo, publicaram uma declaração a exigir que o sindicato dos polícias fosse expulso da AFL-CIO.

Abriu-se toda uma discussão do seguinte teor: tem um instrumento da repressão do Estado lugar no movimento sindical? A união local dos sindicatos de São Francisco, filiada na AFL-CIO, resolveu o assunto expulsando o sindicato da polícia há dez anos. Adoptámos uma resolução de apoio aos direitos democráticos e por um novo processo a favor de Mumia. O sindicato dos polícias disse que Mumia era um “cop killer” (“matador de polícias”) e que nem pensar em votar a favor, exigindo a retirada da resolução. Nós recusámos. Eles foram-se embora e, desde essa altura, justificam sempre a defesa da polícia contra os militantes.

Secções do ILWU, o sindicato dos estivadores da costa ocidental, apelam à greve em 19 de Junho

No entanto, o que hoje é importante é que os estivadores não se limitaram a fazer a greve de 8 minutos e 46 segundos (o tempo que durou a agonia de George Floyd quando foi morto, no dia 25 de Maio). No dia 19 de Junho, aniversário da 13ª emenda à Constituição, que acabou oficialmente com a escravatura nos Estados Unidos — embora não na prática, como disse Nnamdi Lumumba —, vai haver uma greve de 24 horas dos estivadores, por causa do trabalho $\frac{3}{8}$ na estiva, e eles apelam ao movimento sindical para que

os apoie e também faça greve, isto no mesmo dia em que Trump realiza o comício em Tulsa. Há secções locais do sindicato da electricidade, dos teamsters (motoristas de camiões) e de outros sindicatos locais a começarem a apoiar o apelo à greve para 19 de Junho que saiu esta manhã mesmo. A nossa organização, *Socialist Organizer*, que é uma pequena organização, mas implantada no movimento operário, com laços tecidos em dezenas de anos com militantes negros, estivadores, etc., apoia activamente este apelo, dando-o a conhecer e divulgando-o. É um elemento novo nesta situação em que a radicalização se efectua, no movimento operário, no contexto do movimento pela libertação e por justiça para os negros, contra o racismo institucional.

Pergunta para Nnamdi Lumumba: escreve um camarada: “Lembro-me de ler em *La Tribune des travailleurs* (semanário do Partido Operário Independente Democrático em França) que, em 2016, o camarada Nnamdi Lumumba se apresentou como candidato independente às eleições locais de Baltimore, nomeadamente com duas reivindicações: fim imediato da brutalidade policial e salário mínimo de 15 dólares/hora. Que balanço faz o seu partido da experiência?”

Nnamdi Lumumba: Essa experiência foi-nos muito útil para compreendermos e usarmos a apresentação de candidatos às eleições como uma das frentes da nossa luta pela libertação dos trabalhadores negros. Ajudou-nos a compreender as possibilidades que tal apresentação proporcionava para reunir e organizar centenas de trabalhadores negros e membros da classe operária que andam à procura de uma saída fora do sistema bipartido (Republicanos e Democratas - NdT) que monopoliza a vida política nos Estados Unidos.

Percebemos que apresentar can-

>>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO

>>> didatos oferece um forte potencial de organização, pois há imensos trabalhadores que se alhearam do processo eleitoral. Já não votam. Não obstante, querem-se organizar de modo a terem voz fora do processo eleitoral tradicional.

Cometemos erros e, para podermos tirar lições deles e superá-los, precisamos de perceber que é possível, como movimento dos trabalhadores, reforçar-nos através de uma campanha eleitoral, quer vencendo eleitoralmente, quer fortalecendo a capacidade de resposta, as nossas campanhas e a auto-organização dos trabalhadores.

Outra pergunta para Alan e Nnamdi: *“Cada vez mais sondagens mostram que a perspectiva do socialismo está a ficar mais popular nos Estados Unidos. Uma sondagem da Gallup de 2018 dizia que 51% dos americanos consideravam o socialismo uma noção positiva. Uma sondagem Harris de 2019 dizia que 55% das mulheres americanas prefeririam viver num país socialista do que num capitalista. São, é claro, meras sondagens. Mas será verdade, encontra-se realmente entre os trabalhadores e jovens tal sentimento de procura de uma alternativa ao capitalismo e, se é verdade, como é que Socialist Organizer, por um lado, e o Ujima People’s Progress Party, por outro, se dirigem a eles nesse aspecto?”*

Alan Benjamin: É certo que as sondagens dão constância de uma nova consciência que se desenvolve, sobretudo, entre a juventude, mas não só. A questão é, para nós, nova. Há décadas que a questão do socialismo tem sido difícil de colocar nos Estados Unidos por causa do estalinismo, sendo os dois termos apresentados como sinónimos. Enquanto partidários do socialismo, éramos marginalizados, mesmo nos sindicatos. Há, aliás, uma confusão nesta matéria, pois Bernie Sanders pôs a questão do socialismo, em-

bora na versão social-democrata. O símbolo do socialismo, para muita gente, quando se vai além das sondagens e se pergunta o que eles acham da economia de mercado, o que eles dizem é: *“Queremos uma economia de mercado, mas com uma economia à escandinava.”* Abrimos então uma discussão com todos esses camaradas. Os Democratic Socialists of America (DSA), são amiúde usados como exemplo de uma organização, que apoiou Bernie Sanders, que funciona dentro do Partido Democrático e que se pretende “socialista”, mas com um senão: “Somos socialistas no Partido Democrático, não há outra maneira, não nos queremos marginalizar.” Esta versão do “socialismo” dentro do Partido Democrático funciona como um obstáculo.

Nós, *Socialist Organizer*, explicamos que não dá para usar o Partido Democrático a favor dos trabalhadores, contrariamente ao que pretendem os que se pronunciam por um “dirty break”, uma “ruptura que não seja cerce” com o Partido Democrático. Não se pode ir para o socialismo aceitando a subordinação do movimento operário ao Partido Democrático. Pois não há socialismo sem propriedade colectiva dos meios de produção, e o Partido Democrático é um dos dois pilares em que, nos Estados Unidos, assenta a defesa do sistema da propriedade privada.

Há um grande debate nos Estados Unidos sobre esta matéria, em revistas como a *Jacobin* e outras: que socialismo queremos? Nos DSA, há jovens que querem uma saída realmente socialista, pondo a questão da ruptura com o Partido Democrático. Mas, nos DSA, há igualmente outros sectores, que são maioritários, que afirmam que nos marginalizamos se rompermos com os democratas e colocarmos a questão da propriedade colectiva dos meios de produção. É evidente que nós fazemos parte integrante deste

debate, lado a lado com aqueles que se orientam para a ruptura e contra os que justificam a subordinação ao Partido Democrático, seja com que justificação for.

Nnamdi Lumumba: Parece-me que isso coincide com a realidade, mas parece-me também necessário salientar que as populações oprimidas andam há muito tempo a tentar sobreviver ao sistema capitalista. Para os negros, a manifestação negação do acesso à economia legal gerou sistemas de sobrevivência que têm uma natureza mais comunitária entre as populações negras e “morenas”.

Assim, e se bem que eu não ache que se possa considerá-los programas “socialistas”, têm existido experiências colectivas que deram o resultado de a perspectiva do socialismo se afigurar a muita gente como uma possibilidade. Por exemplo, nos anos sessenta, o camarada Fred Hampton⁽⁴⁾ declarou que o programa de pequeno-almoço gratuito para as crianças era um exemplo de socialismo, que o socialismo era o povo. Teve um eco enorme, ainda que as próprias pessoas não o considerassem necessariamente “socialismo”.

Não me parece que devemos deixar de afirmar que somos partidários do socialismo nem de promover uma política socialista. Acho que, quanto mais as pessoas ouvirem falar dele, quanto mais puderem compará-lo com a podridão que o capitalismo nos impõe, mais se abrirão à perspectiva do socialismo como modo de produção alternativo ao que existe. É isso também no ponto de vista das relações sociais.

Sanders pôde romper, mas optou por não romper

Daniel Gluckstein: Alguns comentários sobre o que disseram o Alan e o Nnamdi. Faço meu o ponto de vista do Nnamdi acerca de Bernie Sanders: *“Ele podia romper e apresentar-se como candidato independente e optou por*

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO ●



Bill Whitfield, militante do Black Panther Party em Kansas City, serve um pequeno almoço gratuito a crianças, 16 de Abril de 1969.

não romper”. Esta questão da alternativa entre romper... e não romper é uma pergunta posta aos trabalhadores e militantes do mundo inteiro. Em França, os partidos de esquerda optaram por votar (no dia 19 de Março, na Assembleia Nacional) a favor de um plano de oferecimento de centenas de milhar de milhões de euros aos bancos e capitalistas, capitalistas que os usam para despedir trabalhadores às dezenas de milhar. É uma escolha. Teriam podido optar por não votar a favor destes milhares de milhões, privando os capitalistas desse instrumento de que se servem para desfechar planos de despedimentos. Fizeram a escolha deles. Quem, como nós, é defensor da independência da classe operária, toma outra opção, que é a de lutar pela proibição dos despedimentos, contra todos estes planos de destruição que, nos Estados Unidos, destruíram mais de 30 milhões de empregos em poucas semanas e, entre nós, em França, destruíram já meio milhão de empregos, e é apenas o princípio.

O meu segundo comentário é sobre a questão do racismo, que, como a questão da exploração, é uma questão universal, que

reveste formas diferentes de um país para o outro. No entanto, a França não está isenta nem de racismo nem de violência policial. No prolongamento das mobilizações que se deram nos Estados Unidos contra o assassinato de George Floyd, tem-se assistido há duas semanas ao desenvolvimento, em França, de um movimento muito significativo, nomeadamente na juventude, por justiça para Adama Traoré, morto pela guarda em 2016 em condições que o governo gostaria de silenciar. Mais geralmente, mobilizações de dezenas de milhares de jovens neste país, há algumas semanas, contra a violência da polícia.

Vai haver manifestações convocadas pelo Comité Verdade para Adama, e os militantes da IV^a Internacional, os militantes do Partido Operário Independente Democrático (POID) e da *Jeunesse révolution* sairão, evidentemente, à rua com os jovens e os menos jovens, os trabalhadores e militantes de todas as tendências, contra os crimes racistas e por que se faça justiça a todas estas vítimas da violência da polícia no nosso país.

Terceiro comentário: houve

camaradas que fizeram perguntas baseando-se em artigos que leram em *La Tribune des travailleurs* sobre o que se tem passado nos Estados Unidos, sobre a campanha eleitoral de Nnamdi Lumumba em Baltimore, a actividade do *Socialist Organizer*. Sentimos orgulho em publicar um semanário que, todas as semanas, dedica muito espaço a estes desenvolvimentos da luta de classes internacional. Continuaremos, evidentemente, a fazê-lo. Deixo aqui um apelo a todos os camaradas para que apoiem este jornal, o assinem, o difundam, como o fazem os militantes da IV^a Internacional no mundo inteiro, desenvolvendo uma imprensa operária independente.

A luta pela Internacional Operária

Para concluir: esta conferência foi organizada pelos militantes da IV^a Internacional, mas, se nós somos defensores da IV^a Internacional, não fazemos disso condição para trabalhar em conjunto com trabalhadores e militantes do mundo inteiro. Para se reconstituir, o movimento de emancipação dos explorados e oprimidos, da classe operária, terá que recompor-se segundo um novo eixo. É aquilo a que nós chamamos a luta pela Internacional Operária. Têm-se feito muitas conferências. A Internacional Operária é a perspectiva de agrupar militantes e correntes que se situam no terreno real da independência, da auto-organização dos trabalhadores e dos povos, sejam quais forem outras diferenças de apreciação que tenham entre si.

No mês de Novembro de 2020, decorrerá aqui, em França, uma conferência do Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (COI), que junta trabalhadores e militantes do mundo inteiro. Ela englobará representantes de mais de 50 países de todos os continentes. O relato da

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 12 DE JUNHO

>>> conferência será apresentado em comício público em Paris. Espero que as condições sanitárias do confinamento e do desconfinamento nos permitam acolher todos estes camaradas, que as condições, em Novembro, possibilitem o acolhimento numa grande sala em Paris, e não apenas via Internet e videoconferência, de camaradas vindos do mundo inteiro. Faço votos por que, nessa ocasião, possamos de novo ouvir Nnamdi Lumumba, Alan Benjamin e todos os camaradas que, em todos os continentes, participam da luta de emancipação dos explorados e oprimidos. Obrigado aos camaradas por terem animado esta conferência marxista em directo dos Estados Unidos. ●

(1) Os Democratic Socialists of America (ainda recentemente filiados na IIª Internacional), DSA, são uma organização que existe dentro do Partido Democrático. Foi, nomeadamente, um dos núcleos das campanhas de Bernie Sanders às primárias democratas em 2015 e 2019. Acerca do movimento actual nos Estados Unidos, os DSA pronunciam-se por uma “reforma” da

polícia e opõem-se a políticas negras e operárias independentes do Partido Democrático. É particularmente significativo que, nos últimos meses e, particularmente, nas últimas semanas, os DSA se exprimam semanalmente nas colunas do semanário *Informations ouvrières*, órgão do grupo revisionista e liquidacionista que provocou a crise da IVª Internacional em 2015. Assim, semana a semana, *Informations ouvrières* dá a palavra a responsáveis dos DSA, que declaram, por exemplo: “*Espero que as organizações do movimento operário reclamem que se reforme a polícia*” (sem comentário da redacção). O movimento operário pronunciar-se pela “reforma da polícia” é, efectivamente, perfeitamente compatível com a política do Partido Democrático. E compatível com a política das *Informations ouvrières*, que se abstém de qualquer referência — mesmo puramente formal — à luta pela ruptura do movimento operário com o Partido Democrático, à luta por um partido negro independente e por um *Labor Party* assente nos sindicatos.

(2) Nos dias 16 e 17 de Julho de 1942, a polícia francesa, executando ordens das autoridades de ocupação nazis, prendeu 13.000 judeus em Paris, um terço dos quais crianças,

enfiando-os no estádio do Vélodrome d’Hiver (Vel d’Hiv). Todos eles seriam deportados e assassinados nos campos de extermínio nazis.

(3) De origem “latina”, membro dos DSA, no dia 6 de Novembro de 2018 foi eleita pelo partido Democrático para a Câmara de Representantes dos Estados Unidos pelo 14º distrito de Nova Iorque. Apoiou Bernie Sanders nas primárias do Partido Democrático até este aderir à candidatura de Joe Biden.

(4) Fred Hampton (1948-1969): militante negro e um dos oradores mais conhecidos do Black Panther Party for self-defence (BPP, Partido das Panteras Negras de Auto-Defesa). Tal como outras secções do BPP, Hampton criara em Chicago o *Free Breakfast for Children Programme* (Programa de Pequenos Almoços Gratuitos para Crianças) a pensar nas crianças dos guetos negros, mas igualmente um dispensário médico, etc. Como muitos dirigentes do BPP, Fred Hampton foi assassinado em Chicago, no dia 4 de Dezembro de 1969, pelo FBI, no âmbito do programa de eliminação COINTELPRO deste.



Leão Trotsky, no exílio mexicano, lê *The Militant*, semanário do Socialist Workers Party (SWP) dos Estados Unidos.

COORDENADAS

Labor Party e Partido Negro

A PERSPECTIVA de um partido operário independente enraizado nos sindicatos (estes, as únicas organizações operárias existentes nos Estados Unidos, à falta de um partido operário de massa), o Partido Trabalhista (*Labor Party*), resultou de discussões, no final dos anos trinta do século passado, entre Leão Trotsky — então no exílio mexicano — e os dirigentes do partido da IVª Internacional nos Estados Unidos, o *Socialist Workers Party* (SWP), considerando os marxistas, na linha das resoluções dos primeiros congressos da Internacional Comunista de Lenine e Trotsky, que os negros dos Estados Unidos sofriam uma forma específica de opressão nacional.

O *Socialist Organizer* — membro do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) — adotou, no seu 12º Congresso Nacional, em Outubro de 2012, a seguinte resolução: “O programa de fundação da IVª Internacional apela aos seus defensores para, sejam quais forem as circunstâncias, lutarem por que os dirigentes sindicais e políticos que falam em nome dos trabalhadores rompem com o sistema capitalista agonizante. Nos Estados Unidos, isso significa bater-se por que os sindicatos, particularmente a AFL-CIO, mas também o agrupamento sindical *Change to Win* e os sindicatos não federados — sendo os sindicatos a única expressão organizada da classe operária enquanto classe para si — rompem com a classe capitalista e o seu instrumento político que é

o Partido Democrático. A classe capitalista depende politicamente da subordinação dos sindicatos — únicas organizações de massa existentes — ao Partido Democrático através da burocracia sindical. Lutar pela ruptura dos sindicatos com o Partido Democrático e por um Labor Party enraizado nos sindicatos é uma tarefa central do Socialist Organizer, secção americana da IVª Internacional, sendo essa tarefa o reflexo americano da orientação internacional da IVª Internacional de construir as suas secções “na linha da transição”. Abandonar a luta por um Labor Party enraizado nos sindicatos equivaleria a deixar as mãos livres à burocracia sindical, a querer deixar de ver na saliência da subordinação ao Partido Democrático o principal obstáculo que o movimento operário americano tem pela frente.”

Em matéria de articulação entre o Labor Party e um partido negro independente, a resolução do 12º Congresso do Socialist Organizer dizia ainda que “existe, naturalmente, nos Estados Unidos, uma dimensão muito específica da luta de classes, que é a questão da opressão nacional. A posição do Socialist Organizer sobre a questão nacional nos Estados Unidos assenta em alguns princípios fundamentais:

— A “supremacia branca” tem sido a principal fonte de divisão dentro da classe operária dos Estados Unidos. A fim de ajudar a superar este obstáculo, batemo-nos por que os sindicatos se ponham à cabeça da defesa dos direitos dos grupos que sofrem opressão nacional e racial e apoiamos e participamos nos movi-

mentos e organizações autónomos dos negros no âmbito de uma estratégia global de construção da unidade da classe operária.

— Apoiamos a auto-organização de todos os grupos que, nos Estados Unidos, enfrentam opressão racial e/ou nacional, na sua luta pela igualdade e pela justiça social. Do mesmo passo, batemo-nos para forjar a unidade de todas as componentes da classe operária americana na luta pela revolução socialista, condição para poder eliminar a opressão racial.

— Os negros são parte integrante da constituição da nação americana. Não obstante, têm estado permanentemente excluídos da nação pelas classes dirigentes. A história da escravatura, da guerra civil americana, do período da reconstrução, de Jim Crow (as leis segregacionistas - NdR), etc., confere à luta dos negros uma especificidade na luta de classes que não se pode equiparar à de nenhum outro grupo oprimido nos Estados Unidos.

— Apoiamos o direito à autodeterminação dos negros, embora não preconizemos a separação territorial. No intuito de prosseguir a sua luta de libertação rompendo com o Partido Democrático e de abrir caminho a que se forje a unidade, de igual para igual, com os trabalhadores de outras nacionalidades, apoiamos a construção de um partido negro independente. Partido que nós, Socialist Organizer, consideramos que se deve ligar à luta por um Labor Party enraizado nos sindicatos. Procuraremos todas as vias para promover a unidade de um tal partido negro com um Labor Party (e, se possível, dentro dele). ●

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

Crise Mundial do Coronavírus

Falência do Capitalismo, Actualidade do Socialismo

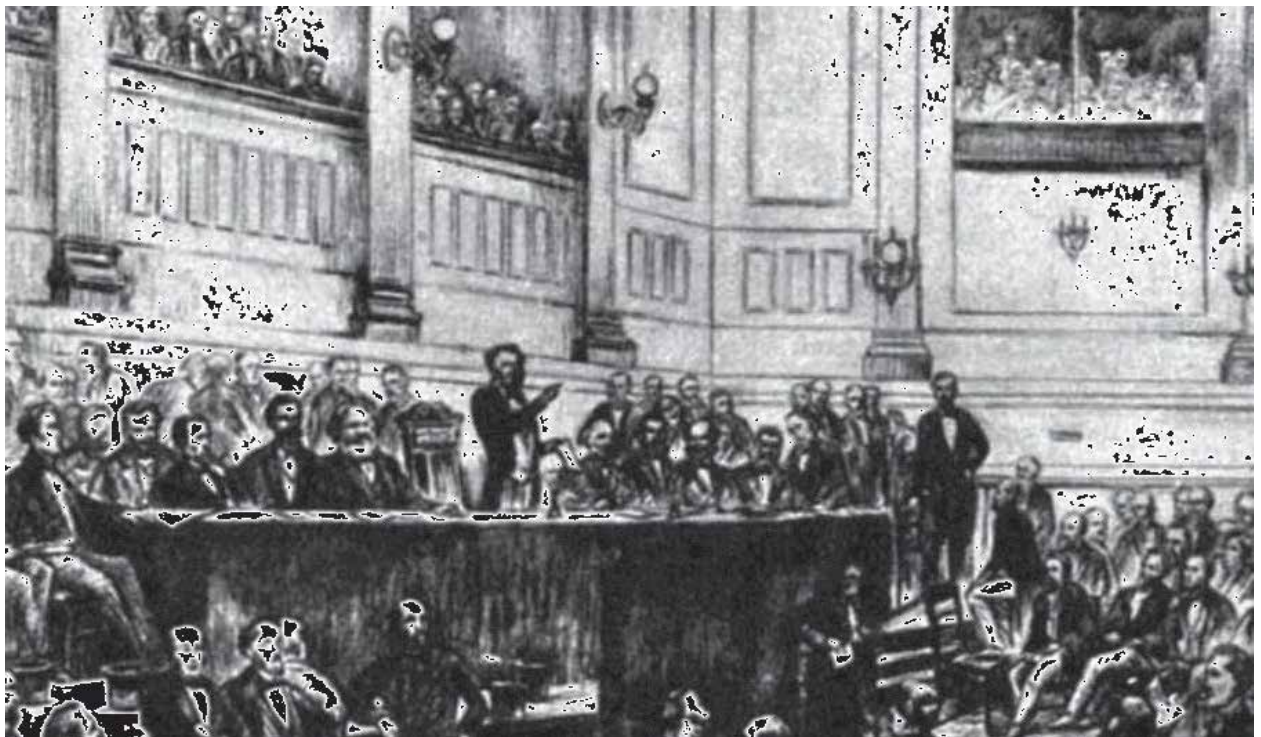
No dia 23 de Maio de 2020, realizou-se uma (video)conferência marxista organizada pela Tendência Comunista Internacionalista (secção francesa da IVª Internacional) com o tema: “Crise Mundial do Coronavírus. Falência do Capitalismo, Actualidade do Socialismo”. Durante duas horas e meia, os camaradas Daniel Gluckstein e Pierre Cise desenvolveram o ponto de vista dos marxistas nesta matéria, respondendo a algumas perguntas. Publicamos de seguida amplos extractos.

Daniel Gluckstein: Caros amigos, caros camaradas, obrigado por participarem nesta conferência marxista organizada pela Tendência Comunista Internacionalista do Partido Operário Independente Democrático (POID), aderente do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional.

Muitas foram as perguntas que nos chegaram. Elas põem indubitavelmente de manifesto o interesse pelo marxismo que hoje se desenvolve, mas também uma grande angústia com a situação.

Sois muitos aqui, e muitos são os trabalhadores deste país de modo mais geral, a olhar com angústia o como a situação se

está desenvolvendo, não somente o desenvolvimento da pandemia, mas também as suas sequelas ao nível económico e social. São centenas de milhar, porventura milhões, os trabalhadores e jovens que procuram respostas, explicações. Procuram, também, a discussão sobre como agir: como impedir que a



Londres, Setembro de 1864, fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

humanidade soçobre nesta barbárie desenfreada? Como abrir uma perspectiva aos trabalhadores, à juventude? Eis algumas das perguntas a que iremos hoje tentar dar respostas.

O que é o Marxismo?

Em primeiro lugar, o que é o marxismo? O marxismo é a unidade da teoria e da prática na organização. O marxismo parte, sempre, das questões teóricas para chegar às consequências práticas, do mesmo passo que parte do exame da situação concreta para chegar à generalização dos princípios que dela decorrem. Para tal, o marxismo parte dos factos e só dos factos. Costumamos dizer que, se os factos viessem a invalidar o ponto de vista do marxismo, seria então necessário reconsiderar o próprio marxismo.

Entre as perguntas feitas em preparação desta conferência, houve camaradas que nos interrogaram a respeito das *fake news*. O princípio do marxismo é de se basear unicamente em factos averiguados, verificáveis, que todo o trabalhador, todo militante possa comprovar por si próprio, cuja realidade ele possa verificar, sem ter medo de dizer que aquilo que não sabemos, pois bem, não sabemos.

Assim, há um primeiro facto indiscutível, que é haver um vírus. Quanto às condições exactas em que apareceu, ao grau de perigo que representa, tem havido respostas variadas, e há demasiadas incógnitas para que uma corrente que se atribui a si próprio com seriedade a tarefa de ajudar os trabalhadores a libertar-se das cadeias da exploração e da opressão possa responder categoricamente: aqui está a verdade. Nesse aspecto, há que deixar que a ciência se desenvolva e dê respostas indiscutíveis a perguntas que, para já, estão sujeitas e interrogações e

polémicas.

Em contrapartida, há outro facto que é indiscutível, que é que a propagação do vírus; o alastramento da epidemia e a sua transformação em pandemia remontam não apenas às características próprias do vírus, prendem-se com as políticas praticadas no período antecedente.

Sabemos que, em França, há décadas — e não é menos verdade nos outros grandes países capitalistas — que muitos investigadores haviam lançado o alerta quanto ao imperativo, na sequência de coronavírus anteriores, de desenvolver a investigação de base sobre os processos de emergência e alastramento destes tipos de epidemia.

É um facto indiscutível que não se afectaram as verbas necessárias para tal investigação fundamental. É um facto indiscutível que, numa economia norteada pela procura do lucro, esta investigação fundamental, que nada indicava pudesse vir a ser fonte de lucros, foi posta de lado. Que os orçamentos públicos, tanto em França como nos Estados Unidos e noutros países, foram rápidos a não afectar as verbas necessárias a esta investigação. É outro facto que se suprimiram, desfizeram camas hospitalares e serviços em proporções consideráveis. Sabe-se que, em França, como em todos os países capitalistas, os orçamentos da saúde têm sido sistematicamente estrangulados, asfixiados em nome das necessárias políticas de austeridade, portanto, na realidade, em nome da necessidade de aliviar os capitalistas dos impostos que pagavam.

Orçamentos da saúde sistematicamente estrangulados

É facto que, num país como a França, não se tomou nenhuma medida preventiva que per-

mitisse testar a população e os doentes. É facto que as máscaras não só faltaram, mas que se destruíram mais de mil milhões delas sem reconstituir existências.

O que é verdadeiro para os países capitalistas desenvolvidos é-o ainda mais para os países dominados pelo capitalismo, pelas potências imperialistas. Vê-se o que hoje se passa no Brasil, na Índia, na África do Sul. Foram, primeiramente e antes do mais, as decisões políticas, as opções económicas e sociais, a procurando, em todas as latitudes, reduzir os serviços públicos, quando não fazê-los pura e simplesmente desaparecer, cortar aos pedaços as políticas de saúde, reduzir os sistemas de protecção social, acabando em que as condições desta epidemia fossem bem piores do que poderiam ter sido.

Há que dizer que as opções políticas, em França, têm sido assumidas com assinalável continuidade por todos os governos que se têm sucedido nos últimos quarenta anos. Vê-se com pasmo como correntes políticas diferentes da nossa reconhecem hoje esta realidade e dizem que se anda a atacar a saúde há quarenta anos. Convém recordar quem esteve no poder durante esses últimos quarenta anos. Governos de direita, servidores da classe capitalista, é a ordem das coisas. Pode-se, porém, esquecer que tal política foi seguida, com perfeita continuidade e grande zelo pelos governos ditos de “esquerda”, socialistas e ecologistas sob a égide de François Hollande, pelo governo chamado da “esquerda plural”, com ministros do Partido Socialista, do Partido Comunista, ecologistas e Jean-Luc Mélenchon e, ainda, por governos de “esquerda” com ministros do Partido Socialista e do Partido Comunista no tempo de François Mitterrand.

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> O que têm em comum todos estes governos, que prosseguiram uma e a mesma política, apesar de afivelarem rótulos políticos aparentemente diferentes? O que uns e outros têm em comum é terem optado por ficarem presos ao sistema capitalista, portanto, ao sistema da lei do lucro que rege o sistema capitalista e, por consequência, às directivas da União Europeia, que mais não é do que um Estado-Maior supranacional para impor as leis do capital.

Um sistema capitalista — e teremos ocasião de discutir o assunto de novo nesta conferência — adentrado há muito na sua fase de apodrecimento, de putrefacção, que hoje já só se consegue aguentar à custa da destruição em massa de forças produtivas e, de entre essas forças produtivas, da principal delas: a força de trabalho do proletário, que, com a natureza que o rodeia, representa uma das duas únicas fontes de nova riqueza. Destruir as forças produtivas, desvalorizar, diminuir, enfraquecer a principal força produtiva, a força de trabalho da classe operária passa, nomeadamente, por atentar contra o seu direito à assistência, a sistemas de saúde e de protecção social. Segundo facto.

O terceiro facto que não se pode deixar de reter é que, durante mais de dois meses, no nos-

so como na maior parte dos países industrializados, a produção quase paralisou, tendo as medidas de confinamento dado em que a produção industrial parasse em grande parte, as trocas comerciais abrandassem e, em muitos casos, parassem também. Podia-se imaginar que, ao emergir deste período de confinamento, a economia voltasse a arrancar em grande, a indústria ganhasse bom balanço. Ora, como se é obrigado a registar, aconteceu exactamente o contrário. No âmbito do confinamento, a produção parou. No âmbito do desconfinamento, a recuperação ocorre com uma lentidão tal, com tal timidez, que todos os especialistas anunciam já que estamos a caminho de uma crise económica grave.

Centenas de milhões de empregos ameaçados de destruição

Anunciam-se as primeiras vagas de despedimentos, outras se desenham, e a maior parte dos especialistas económicos, mesmo os da classe burguesa, anunciam que a crise vindoura será pior do que a crise de 1929. Fala-se de centenas de milhares, mesmo milhões de postos de trabalho suprimidos, isto só em França. Quantas centenas de milhões à escala internacional? Os capital-

istas e seus governos respondem com uma metralha de medidas anti-operárias, assunto que mais à fernte voltaremos a ventilar. Note-se, porém, este paradoxo: quando a produção pára, fica parada, quando “arranca” outra vez, continua quase parada. Há uma explicação para este paradoxo, uma explicação que remonta às leis do capital, que é necessário conhecer.

Um quarto facto há que se impõe evocar, ocupando como ocupa um lugar crescente na actualidade e nas perguntas que nos são feitas: a do plano dos 400 mil milhões de euros. O semanário do POID, *La Tribune des travailleurs*, tem alertado para o facto desde que a lei de 19 de Março foi votada. Foi por unanimidade que a Assembleia Nacional adoptou uma lei que concedia aos bancos 300 mil milhões de euros e às empresas capitalistas 43 mil milhões, um total de 343 mil milhões, entretanto aumentado para 400 mil milhões.

A particularidade desta lei foi ter sido votada por unanimidade pelos deputados de todos os partidos de “esquerda”, dos partidos de direita e de extrema-direita e pelos deputados do partido de Macron. Desde esse momento, temos salientado o carácter intolerável de uma lei que dá centenas de milhares de milhões aos capitalistas para resgatá-los e para eles prepararem planos anti-operários de despedimentos. Pronunciámo-nos por que esses 400 mil milhões fossem requisitados. Muitos trabalhadores e militantes que não são membros do POID nem da IVª Internacional têm aprovado esta posição. Há também, contudo, camaradas com interrogações. Entre as perguntas que recebemos, uma camarada — visivelmente próxima da IVª Internacional, já que diz ter seguido um grupo de estudos revolucionários (GER) — diz isto: “Estou 90% convencida, por uma questão de confiança, mas mantenho 10% de incompreensão, que me impedem de ir ter com os meus colegas para lhes falar desta campanha.”



16 de Maio, enfermeiros, médicos e pessoal do hospital de Saint-Pierre em Bruxelas (Bélgica) “abrem alas em desonra” da primeira-ministra Wilmès.

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

A camarada não torna explícitas as razões da sua incompreensão. Não obstante, a pergunta que ela suscita pede respostas a dois níveis. O primeiro é que não é bom estar convencido “por uma questão de confiança”. Ninguém deve confiar seja no que for *a priori*. Temos que ser sempre capazes de nos certificarmos por nós. A segunda observação é que temos condições para dar a cada um, a cada uma, a possibilidade de se certificarem daquilo que colocamos à consideração. Repita-se que estamos a falar de factos. Vou recordá-los a benefício desta camarada, que não conheço, e de todos e todas de vocês que possam partilhar desta dúvida, que, aliás, é para mim perfeitamente compreensível, pois como raio é que só *La Tribune des travailleurs*, o POID e a TCI dão conta desta votação e mais ninguém fala dela?

Para dissipar a dúvida, há que certificar-nos nós próprios. É fácil ir ao sítio oficial da Assembleia Nacional e certificar-se de que, ou se, no dia 19 de Março, foi ou não adoptada uma lei, depois promulgada no dia 23 de Março, assim como é possível certificar-se de quem votou a favor dela. Assim se dissipará, desde logo, a dúvida sobre se a votação foi ou não por unanimidade, visto tal estar registado nas actas dos debates da assembleia Nacional.

Feito isto, é igualmente fácil verificar o conteúdo da lei: em particular, do seu artigo 6º, o que indica que o Estado porá à disposição dos bancos 300 mil milhões de euros até 31 de Dezembro de 2020, de modo que estes possam deles fazer beneficiar as empresas que lhes peçam empréstimos. Estará inscrito na lei que, para isso, uma condição é as empresas fazerem despedimentos? Não. O que lá está escrito é simplesmente que os bancos decidirão as condições para a atribuição dos empréstimos. Ora, como decidem os bancos essas condições? Isso é, evidentemente, parte das negociações entre bancos mutuantes e empresas mutuárias. No entanto, não sendo os bancos empresas filantrópicas, antes de concederem um empréstimo a uma empresa,

eles estabelecem uma série de condições que dizem respeito à viabilidade da empresa, à sua capacidade, portanto, para fazer lucros e para não perder dinheiro.

A votação de 19 de Março deu aos bancos o poder de decidirem

E é por isso que, nas negociações entre bancos e empresas, aparecem cláusulas que dizem: iremos aumentar a produtividade, realizando reestruturações, “emagrecendo”, desembaraçando-nos de uma série de sectores não rentáveis. Nos últimos dias, o governo fez de conta que protestava: é um escândalo, estamos dando dinheiro aos bancos para eles emprestarem à Renault, e a Renault anuncia um plano de reestruturação. Pura hipocrisia! O governo sabe muito bem que, dando as chaves destes 300 ou 400 mil milhões aos bancos, quem determina as condições de atribuição são eles. Há, aliás, neste momento, em França, um grandíssimo número de pequenos artesãos e pequenos comerciantes que dizem que os bancos lhes recusaram os empréstimos que eles solicitaram. Os bancos consideram que muitíssimos pequenos artesãos e comerciantes não serão capazes de se aguentar e, apesar da garantia estatal, recusam-lhes créditos. É a lógica do capitalismo, e quem, seja o governo ou os partidos de esquerda, protesta que “não sabíamos”, está dizendo algo de imexacto. Sabiam perfeitamente que, ao votarem a lei de 19 de Março e entregarem, portanto, as chaves do cofre-forte aos bancos sem condições, o que estavam decidindo é que eram os bancos quem decidia.

Outro facto perfeitamente comprovável é os bancos terem passado a usar esse dinheiro para promoverem planos de reestruturação.

Mas então, e seria possível fazer outra coisa? Esta é uma pergunta que nos fazem muito. Será possível deixar de resgatar os bancos de modo a eles poderem resgatar as empresas? Nesse caso, não se irá criar mais problemas ao emprego? Antes de responder a esta pergunta, queria deixar claro que a crise que está desenvolvendo não é

surpresa para os marxistas. A crise económica e social, que incorre no risco de ganhar uma magnitude inédita nos últimos três quartos de século, não é consequência da epidemia. Pela lógica, a epidemia devia engendrar um surto de actividade económica. As razões da crise são bem anteriores. Amadureceram antes da própria crise de 2008. São inerentes ao capitalismo. A explosão da epidemia funcionou apenas como acendalha. Se não tivesse havido epidemia, outros factores interviriam.

O meu camarada Pierre Cise desenvolveu comigo estas questões num artigo publicado no último número da revista *A Internacional* (o nº 17), a revista do CORQI. O artigo foi escrito entre Dezembro de 2019 e Janeiro de 2020. Na altura, nada sabíamos da crise do coronavírus que se anunciava.

Pierre Cise: Como agora mesmo foi dito, andam aí muitos meios de comunicação, políticos e especialistas a quererem-nos convencer de que o coronavírus provocou uma crise financeira, a qual, por sua vez, provocou a crise económica. A realidade é, efectivamente, completamente diferente. O coronavírus e as suas consequências infligiram, na realidade, um choque a uma economia já doente de um potencial de crise que, precisamente, já só estava à espera do primeiro choque para se declarar.

Nesse artigo no nº 17 d’*A Internacional*, escrito algumas semanas antes de a epidemia se transformar em pandemia, começávamos por dar constância de que, onze anos volvidos sobre a última grande crise do capitalismo em 2007-08, os índices das bolsas americanas realizaram os melhores resultados desde há muitos anos, numa progressão que afectou, igualmente, em proporções idênticas, as bolsas europeias. Os accionistas das quatro primeiras sociedades francesas cotadas em bolsa auferiram um pouco mais de 60 mil milhões de euros, o que é o nível mais alto de remuneração dos accionistas desde a crise de 2007-08.

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> Esta orgia de especulação engordou igualmente os fundos de investimento, como o famoso fundo americano BlackRock, assim como fundos especulativos. Em 2019, os fundos especulativos distribuíram aos seus clientes três vezes mais lucros do que em 2018. Só o BlackRock sacou sozinho 5 mil milhões de lucros.

Orgia especulativa... e abrandamento da produção

A segunda coisa a registar é que, do lado da chamada economia real, a da produção das mercadorias, dos serviços, bem como dos investimentos produtivos, o ambiente é completamente diferente. A economia dos principais países capitalistas caracteriza-se pelo abrandamento e pela estagnação do crescimento. Durante o ano de 2019, até ao início deste ano e antes da pandemia, as principais organizações internacionais do capital, a OCDE, o FMI, etc., reviram à baixa as perspectivas de crescimento. A OCDE, para falar só dela, previa para 2020 um crescimento ao nível mais baixo desde a crise de 2007-08. Este diferencial entre resultados financeiros e bolsistas e a realidade da produção de riqueza alarmou, na altura, a maior parte dos analistas. Uma sondagem realizada no final de 2019 entre os maiores investidores nos mercados financeiros previa, num prazo de três a cinco anos, uma crise de maior amplitude do que a de 2007-08. O que equivale a dizer que a pandemia acelerou consideravelmente o ritmo. Porém, o diferencial referido não tem nada nem de fortuito nem de conjuntural. Remonta, de facto, à própria natureza do sistema capitalista na sua fase actual, a do imperialismo. Isto parte de uma contradição fundamental do capitalismo, a saber, a contradição entre, por um lado, a possibilidade de produzir cada vez mais para realizar cada vez mais lucro e, por outro lado, as restritas possibilidades do consumo em sistema capitalista, como dizia Marx. O fim dos capitalistas não é satisfazer as necessidades humanas, mas realizar um máximo de lucro.

Peguemos num exemplo que não tem mais de uma semana: a declaração da direcção da empresa Sanofi, um dos principais produtores de medicamentos do mundo, que manifestou a intenção de reservar prioritariamente ao mercado americano a sua produção de vacinas contra a Covid-19. Porque fez a Sanofi tal coisa? Porque os capitalistas que são proprietários da Sanofi só lá estão para tirarem lucros e o mercado americano dá plenas garantias disso. O responsável da Sanofi França pareceu voltar atrás, dizendo que, evidentemente, também iria haver vacinas para a Europa, mas não deixando de esclarecer que a Europa terá que propor condições tão satisfatórias como as dos Estados Unidos.

Como Marx elucidou, em regime capitalista, não se produzem mercadorias a mais em relação às necessidades da humanidade, não se produzem meios de produção, fábricas, máquinas, etc., a mais para dar trabalho à população apta a trabalhar. Pelo contrário, a produção não é suficiente para responder às necessidades da humanidade. Vê-se isso nas fomes, na subnutrição, hoje na dramática carência de meios para debelar a pandemia... A produção de meios de produção não impede o desemprego, o subemprego e a miséria.

O problema é que produzem mercadorias e meios de produção a mais relativamente às possibilidades de que o escoamento dessas mercadorias e meios de produção possa gerar lucro suficiente para reinvestir na produção e criar novo lucro, e isto num movimento permanente. Uma das características do capitalismo é os mercados rendíveis serem cada vez mais limitados pela concorrência entre capitalistas, obrigados a conquistar novos mercados para garantir as suas mercadorias e quotas de mercado. Isto, na era do imperialismo, em que o mercado mundial já foi conquistado na sua totalidade, passa pela absorção ou destruição dos concorrentes, o que tem limites. Em deixando de poder escoar as respectivas mercadorias e serviços em condições rendíveis para eles, os capitalistas procuram reduzir os

custos de produção e, designadamente, a parte dos custos de produção a que eles chamam o “custo do trabalho”, isto é, o valor da força de trabalho. Ao fazê-lo, os capitalistas reduzem paralelamente a capacidade de consumo dos trabalhadores. Como? Por um lado, pondo-os a trabalhar mais tempo e com mais intensidade, reduzindo o seu número (despedimentos) e, por outro lado, reduzindo o valor da força de trabalho atacando todas as conquistas e regalias da classe operária, a protecção social, a aposentação, o ensino, os contratos colectivos, as leis laborais.

O capital não pode escapar às suas próprias leis

O capital não pode, porém, escapar às suas próprias leis, devendo gerar constantemente lucros, sem o que deixaria de ser capital. Como o disse Marx (no livro primeiro d’*O Capital*), “o valor passa, assim, a ser valor progressivo, dinheiro em permanente germinação e crescimento e, destarte, capital”. Por outras palavras, o capital é dinheiro que dá à luz dinheiro, moeda que faz filhotes. Em não respondendo o mercado suficientemente às expectativas de lucros dos capitalistas, o capital vira-se então para outros terrenos de investimento, novos mercados, inclusive mercados que não respondem a nenhuma necessidade humana fundamental e, pelo contrário, representam para a humanidade uma ameaça de regressão e destruição.

Como se manifesta isso? Esmiuçámo-lo no referido artigo d’*A Internacional*.

Em primeiro lugar, pelo aumento das despesas militares. Rosa Luxemburgo foi a primeira a mostrar o papel do militarismo e das despesas militares no capitalismo chegado ao estágio imperialista: não só defender os mercados, conquistar novos e esmagar concorrentes, mas também enorme fonte de lucros num sector que vive em grande parte das encomendas do Estado. É um mercado artificial, pois não cria riqueza alguma. Cria, em contrapartida, forças destrutivas de riqueza, absorvendo, no mais, capitais que deixam de poder ser afectados à

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

criação de riqueza nova e às necessidades da população.

Em 2019, estas despesas militares chegaram ao ponto mais alto desde 2008, atingindo algo mais do que 1,8 biliões (1,8 trilhões) de dólares, um terço dos quais da responsabilidade dos Estados Unidos. Trump anunciou entretanto um orçamento de 750 mil milhões de dólares extraordinários para 2020 para despesas militares, não hesitando em pedir ao Congresso dos Estados Unidos que arranjasse espaço no orçamento do Estado federal, reduzindo, se necessário, os orçamentos da saúde e do ensino. Hoje, na hora da pandemia, vêm-se as consequências.

O outro elemento é o da explosão da dívida, isto muito antes da que é agora provocada pelos planos de ajuda aos capitalistas.

Há, para começar, é claro, a dívida do Estado, que explodiu com os planos de ajuda aos bancos e aos especuladores em risco de naufrágio por causa da crise de 2007-08 e que continuou depois a aumentar, nomeadamente por causa da redução das receitas do Estado resultante das ofertas fiscais dadas aos capitalistas. Quanto aos países ditos emergentes, na véspera da pandemia, a inquietação quanto à sua capacidade de reembolsarem a dívida, vistas as perspectivas pessimistas de crescimento destes países, aumentava. Uma coisa é certa: com a pandemia, estas perspectivas tornaram-se ainda mais pessimistas.

Por outro lado, há a dívida das empresas, igualmente a explodir. Mas dívida para quê? Para produzir novas mercadorias, para o crescimento? O crescimento, nas economias capitalistas, tem-se mantido relativamente fraco nos últimos anos, o que leva a pensar que este endividamento não foi virado para aumentar o crescimento e, portanto, a riqueza. Aliás, a título de exemplo, pode-se reter que, no final de 2019, nos Estados Unidos, que são a principal economia mundial, o índice da actividade industrial estava ao



Indústria de armamento, mercado mundial nº 1 do sistema capitalista em apodrecimento.

nível mais baixo desde a crise de 2007-08 e teria baixado ainda mais se não fossem as encomendas militares do Estado feitas em Dezembro passado. Baixa que afecta igualmente o sector dos serviços, cuja actividade está igualmente ao nível mais baixo dos últimos três anos. E estamos a falar, é claro, da situação anterior à pandemia.

Dívida, então, para quê, se não é para produzir riqueza? A dívida tem, de facto, servido principalmente operações financeiras destinadas a satisfazer os accionistas. São, nomeadamente, operações de resgate de acções — que temos descrito em *La Tribune des travailleurs* (8 de Abril de 2020) — destinadas a puxar artificialmente pelas cotações das acções. Em resumo, as empresas que operam estas manipulações aumentam o seu valor em bolsa não produzindo mais, não descobrindo novas técnicas de produção, mas efectuando operações artificiais e puramente parasitárias. É para isso que vão buscar fundos ao endividamento.

Há, para concluir, a dívida das famílias, antes da pandemia fonte dos maiores receios de especialistas e analistas, nomeadamente nos Estados Unidos, mas também na Europa. Que dizer então, quando 34 milhões de

americanos estão hoje no desemprego, 40 milhões de trabalhadores da União Europeia estão em *layoff*, 13 milhões só em França, já para não falar dos despedimentos e da destruição anunciada de postos de trabalho?

Donde vem a dívida?

Esta orgia de dívidas só tem, na realidade, sido possível graças à política dos bancos centrais, durante a crise de 2007-08, para evitar o afundamento do sistema financeiro e estimular a retoma económica. Os bancos centrais têm injectado massas de dinheiro praticamente gratuito nos circuitos financeiros. Estas medidas, que antes haviam tido carácter temporário, para atalhar a crise financeira, passaram há mais de dez anos a permanentes, com um resultado mais do que medíocre em termos de retoma da produção de riqueza.

O resultado é, em contrapartida, diferente no ponto de vista dos mercados financeiros e dos especuladores. No artigo d'*A Internacional*, citávamos um editorialista do jornal do capital financeiro francês *Les Échos* (de 12 de Agosto de 2019), que referia que “*privando o dinheiro do seu valor no tempo* (ao ter taxas de juro nulas ou,

>>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> mesmo, negativas - NdR), *torna-se possível justificar o financiamento de tudo e mais alguma coisa.*” É assim que se formam bolhas financeiras e imobiliárias. É, também, em virtude da mesma lógica que se mantêm vivas empresas “zombie”, com injeções de capital baratas, a que não conseguiriam acesso noutras circunstâncias. Será viável um

mundo em que a finança deixe de seleccionar? A pergunta merece ser feita e pôs-se realmente seis meses antes da pandemia. Mas as leis do capitalismo impõem que, em última análise, o lucro só possa ser extraído através da extorsão de mais-valia, explorando a classe operária, porquanto a mais-valia é a única fonte de riqueza. A tendência do capitalismo no seu estágio de putrefacção actual é, pois, para procurar novas fontes de mais-valia, reduzindo o valor da força de trabalho, o “custo do trabalho”, e já não só a sua quota-parte relativa na riqueza produzida, portanto fazendo com que o operário produza mais riqueza sem mexer no valor da sua força de trabalho, mas, sobretudo, fazendo cair o seu valor absoluto, isto é, atacando os salários, os contratos colectivos, os estatutos, a protecção social e as aposentações, o que equivale a atacar o poder de consumo dos trabalhadores. É uma nova expressão da destruição de forças produtivas e da principal delas, a força de trabalho da classe operária.

Bolha especulativa, endividamento afectado não à produção, mas à satisfação dos interesses dos accionistas, crescimento ininterrupto das despesas militares que alimentam guerras em muitos pontos do planeta, ataques contra as regalias dos trabalhadores e as suas condições de existência, a crise do coron-



avírus desenvolveu-se por entre um vasto campo de destruição de forças produtivas e da principal delas, a força produtiva humana.

Maquinismo e dinheiro

Era assim a situação, como a analisávamos a poucas semanas do desenvolvimento da pandemia. Uma situação que a pandemia confirmou e agravou dramaticamente. E que confirma o que disse Marx: no curso do desenvolvimento das forças produtivas, chega o momento em que nascem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações de produção existentes, passando a forças destrutivas em vez de forças produtivas. Citava a propósito o maquinismo e o dinheiro.

O dinheiro: através da questão da especulação, das bolhas, da política dos bancos centrais, da dívida, vimos como esta força destrutiva se exerceu antes da pandemia e, durante esta conferência, veremos como ela se está exercendo e se exercerá na situação actual.

O maquinismo: este reveste hoje a forma da automatização, da robotização, da digitalização. Em si, estes fenómenos constituem inegáveis progressos tecnológicos, mas, no quadro das relações de produção capitalistas, são factor de destruição das forças produtivas: fecho de unidades de produção, deslocal-

izações, destruição de empregos, reestruturações de processos de produção à escala mundial, com mais precarização e redução do valor da força de trabalho, destruição dos serviços públicos — nomeadamente do ensino nacional público, quando Macron e o seu Ministro da Educação nacional, Blanquer, tentam dar cabo dos programas nacionais e do leccionamento em aula, perenizando o teletrabalho — já para não falar dos efeitos destruidores sobre a relação entre o homem e o seu ambiente: poluição, emissão de gases com efeito de estufa, graves degradações das condições físicas e psicológicas de trabalho e de vida, degradação da segurança dos trabalhadores, da população, pilhagem e uso anárquico dos recursos naturais, etc.

Daniel Gluckstein: Há uma pergunta que é mesmo preciso fazer: Porque é que tão pouca gente aceita usar o termo “capitalismo” para designar o sistema social em que vivemos? Há algumas décadas, todas as correntes do movimento operário, fossem elas quais fossem, socialistas, comunistas, anarquistas ou trotskistas, assim como os sindicalistas, consideravam normal, natural, dizer que o sistema em que vivemos se chama sistema capitalista e que o objectivo do movimento operário é acabar com o capitalismo, passando pela acção colectiva da classe operária para a socialização dos meios de produção.

No entanto, há algumas décadas, sem dúvida desde a queda da União Soviética, em 1991, e a ofensiva contra todo o movimento operário, parece que é preciso evitar a todo o custo falar em capitalismo. Pode-se, eventualmente, pôr em causa a “globalização” e seus “excessos”, pode-

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

-se, sabe-se lá, mencionar o “neoliberalismo”... mas falar de capitalismo propriamente dito, nem pensar. Ora, o capitalismo não é um palavrão, é uma realidade susceptível de definição científica. O que é o capitalismo? É um sistema em que duas classes sociais estão frente a frente, uma que possui os meios de produção, portanto o capital que permite comprar fábricas, matérias-primas, máquinas... e o uso da força de trabalho. E outra classe social, que possui como única riqueza essa sua força de trabalho.

Esta classe social cuja única riqueza é a força de trabalho vê-se obrigada, se quiser viver, a vender a sua força de trabalho ao possuidor de meios de produção. O possuidor de meios de produção dispõe, por assim dizer, de um poder extraordinário: é dele que depende o trabalhador poder ganhar a vida, no sentido próprio do termo; por essa razão, pode impor-lhe condições de exploração tais, que só uma parte do trabalho prestado pelo proletário lhe seja retribuída, ficando este obrigado a ceder gratuitamente a outra parte da sua jornada de trabalho.

Essa parte da jornada de trabalho, o trabalho gratuito, é a fonte da mais-valia. A fonte desta mais-valia é, por sua vez, o fundamento de toda a riqueza nova, de todo o lucro realizado pelos capitalistas.

Uma questão central: quem possui os meios de produção?

Sendo assim, não se percebe lá muito bem porque é que tanta gente, à “esquerda”, se obstina em evitar a palavra “capitalismo”. A explicação só pode ser uma, a vontade de evitar pôr o dedo na questão central: quem possui os meios de produção? É que é quem possui os meios de produção que vai estar no centro da organização da produção. Quem possui os meios de produção organiza a

economia, organiza a sociedade, impõe as suas formas políticas. Assim, para contestar a situação, prefere-se falar, pelo menos à “esquerda”, de “neoliberalismo”. Fala-se, também, de “produtivismo”. Eu acho importante que militantes operários compreendam e assimilem em que medida o termo produtivismo é, na melhor das hipóteses, um engodo para papalvos. Que quer dizer produtivismo? Quer dizer um sistema que tem como finalidade produzir seja em que circunstâncias for.

No livro IV d’*O Capital*, Marx examina a noção de trabalho produtivo: escreve ele que há duas maneiras de tratar do trabalho produtivo. Para um trabalhador, trabalho produtivo é o trabalho que produz algo de útil, um valor de uso, para nos servirmos do termo de Marx. Já para o capitalista, trabalho produtivo é trabalho que produz mais-valia, permitindo, portanto, fazer um lucro. É muito diferente. É que, quando o capitalista explora o trabalhador, quando o obriga a produzir mais-valia, esta mais-valia começa por tomar a forma da mercadoria produzida. Ora, para o capitalista poder recuperar a sua parada, para realizar a sua mais-valia, ainda é preciso que essa mercadoria encontre comprador. Não encontrando ele comprador para ela — é o próprio da presente situação de crise, em que as capacidades de produção excedem em muito as possibilidades do mercado para absorver as mercadorias — mal se pode dizer que o capitalista seja primeiro que tudo um produtivista.

Peguemos na situação actual: nos parques dos construtores automóveis do mundo inteiro, há hoje milhões de carros novos que não encontram comprador. Esta é a razão que leva os capitalistas a dizer que a crise é tal, que já não se pode continuar a produzir carros e, portanto, se

vai ter que fechar fábricas e despedir operários. Para já, os magnates da indústria automóvel não puxam pela produção de carros. São cautelosos: para já, querem escoar as existências.

E a produção aeronáutica? A Airbus e a Boeing estão reduzindo significativamente a produção. Porquê? Porque é preciso poder vender os aviões em condições que dêem lucro. Se a própria produção, se a própria capacidade de produção excedem a capacidade do mercado para absorver as mercadorias produzidas, os capitalistas, para manter as margens de lucro, não hesitarão em destruir em massa as mercadorias produzidas — aviões, automóveis, batatas... — nem hesitarão em destruir em massa as forças produtivas existentes. É o fecho de fábricas, os planos de despedimentos — e anuncia-se a eliminação de centenas de milhões de empregos no mundo inteiro — e é, evidentemente, a tentativa de contornar a produção recorrendo à especulação. É por isto que é importante ser exacto. Completamente diferente é olhar para o trabalho produtivo do ponto de vista das necessidades humanas. Se se considerarem as extraordinárias capacidades de produção de que dispõe hoje a humanidade e se se conseguir imaginar por uns segundos que essas capacidades de produção não sejam reguladas pela procura do lucro, nesse caso é possível imaginar, bem pelo contrário, uma produção cujo surto fosse guiado pelas necessidades humanas.

Vejamos o exemplo da produção de veículos. Pode-se sempre discutir do uso de viaturas individuais e dos seus efeitos de poluição. Mas é indiscutível que as condições de transporte dos trabalhadores e da juventude do mundo inteiro são muito inferiores ao necessário. Produzir comboios em vez de destruí-los, cami-

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> nhos de ferro, em vez de fechá-los, linhas de autocarros e de muita outra coisa, seria um grande factor de surto das forças produtivas, não só em França, mas à escala internacional.

Pode-se reflectir por analogia sobre as indústrias da construção e das obras públicas. Se houvesse um plano para prover a humanidade em escolas, hospitais, dispensários, maternidades, alojamentos, dar-se-ia um grande desenvolvimento às forças produtivas à escala do planeta. E que dizer da produção dos medicamentos necessários para combater a doença — nem estou sequer falando do coronavírus —, erradicando, por exemplo, doenças que sabemos como debelar, mas fazem dezenas de milhões de mortos todos os anos, nomeadamente crianças, em África, na Ásia ou na América Latina, por carência de vacinas, por carência de meios de prevenção, por carência de pessoal médico.

Se considerarmos como produtivo o trabalho necessário à sobrevivência da humanidade, então é a coisa muda de figura em relação ao trabalho produtivo de mais-valia. A distinção é indispensável. Aqueles que gostam de falar para a galeria da “luta contra o produtivismo” livram-se bem de ser exactos: produtivismo de quem e ao serviço de quem; o da classe capitalista, que procura produzir mais-valia para ter lucro, ou o da classe operária a tomar conta da sociedade para satisfazer as necessidades do género humano?

Chama-se a isso socialismo

Historicamente, o movimento operário, desde que nasceu no século XIX, na época da Iª Internacional de Marx, Engels e Bakunine, o movimento operário dos primeiros sindicatos, o movimento operário da Carta de Amiens em França, que fundou a velha CGT, partilhou sempre, independentemente das correntes que o compusessem, a compreen-

são de que, ao organizar-se, o movimento operário tem como objectivo final a expropriação dos capitalistas. Que os meios de produção não devam, portanto, continuar nas mãos de uma pequeníssima minoria que os usa para tirar lucros, devendo, sim, passar a ser propriedade da grande maioria. A isto se chama a socialização dos meios de produção, que permite planear a produção industrial e a economia em função das necessidades humanas.

Claro que isto põe uma série de problemas. Alguns camaradas fizeram a observação de que não é possível pronunciarmo-nos pela requisição dos 400 mil milhões de euros sem nos pronunciarmos pela nacionalização da banca. É evidente que, para ajudar a planear a produção segundo as necessidades do género humano e não as do lucro, é indispensável fundir toda a banca num banco único sob controlo do Estado, um banco nacionalizado sem indemnização, cujos fundos sejam afectados às necessidades de desenvolvimento da indústria e da actividade económica ao serviço da humanidade.

Chama-se a isso socialismo. Palavra maltratada, poluída, traída. Muitas outras palavras têm sido traídas e poluídas. O ser a democracia espezinhada todos os dias não impede muita gente (nós, nomeadamente) de se reclamar da democracia. O ser a República traída e poluída não impede muita gente (nós, nomeadamente) de se reclamar da República. Pois sim, reclamamo-nos do combate pelo socialismo, do combate, portanto, por uma sociedade que não tenha por lema a procura e realização do lucro, cuja consequência é enfiar cada vez mais trabalhadores e jovens na miséria, na exploração, na decomposição, situação em que a França, quinta potência industrial do mundo conhece hoje um fenómeno de subnutrição e mesmo de fome a afectar milhões de famílias. Pois sim, não pode-

mos ter medo de dizer que o objectivo é uma sociedade nova, uma sociedade cujo ponto de partida será a satisfação das necessidades de todos. Quem queira lutar pela defesa dos interesses da classe operária não pode ter medo do socialismo.

Quem, no dia 19 de Março, votou a favor de dar 343 (que passaram depois para 400 e depois 500) mil milhões aos banqueiros e capitalistas, permitindo-lhes, em última análise, continuarem a ser eles a dirigirem a sociedade, estava de algum modo a dizer: é aos bancos e capitalistas que compete decidir quem é que vai ser despedido, quem é que vai continuar a ter emprego, quem é que vai perder as férias, quem é que vai trabalhar 60 horas por semana, etc. Quem votou por isso fê-lo por medo de andar para o socialismo, medo de pôr em causa a sociedade capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção — independentemente de os respectivos partidos se chamarem “socialista”, “comunista” ou “insubmisso”. São etiquetas — e não seria má ideia merecê-las. Em contrapartida, partindo das necessidades da população, há uma consequência imediata: é hoje uma questão prioritária proibir os despedimentos, manter todos os empregos. Vai ser preciso criar condições para criar a unidade para conseguir impô-lo. Não basta pedir com bons modos ao governo, como alguns fazem, para escrever o decreto. E é para conseguir impor esta solução, este primeiro passo, a proibição dos despedimentos, simplesmente para evitar que milhões sejam reduzidos à precariedade e à miséria, que é mais do que nunca necessário construir o partido revolucionário da IVª Internacional, em luta pelo partido operário, a fim de apressar a chegada do socialismo.

Entre as perguntas que nos chegaram, leio esta: “*Se não se garantissem os 300 mil milhões aos bancos, o sistema capitalista ruiria e haveria perdas de empregos imensas. Será preciso fazer tábua*”

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

rasa? Não é melhor manter e reformar o que está bem? Não é arriscado destruir tudo para depois reconstruir?”

Em primeiro lugar, os 300 mil milhões aos bancos estão garantidos e, contudo, e ao contrário do que o camarada parece pensar, tem havido e haverá perdas de empregos imensas. Estas quantias consideráveis são facultadas para facilitar as destruições de empregos, para facilitar reestruturações. Longe de serem uma garantia de emprego, são um factor de aceleração da sua destruição. Eu gostava de responder, sobretudo, ao ponto: *“Será preciso fazer tábua rasa? Não é melhor manter e reformar o que está bem?”* É claro que é melhor manter e reformar o que está bem. Por exemplo, é melhor manter os empregos. O que hoje está na ordem do dia, não é que a classe operária queira destruir emprego, é que a classe capitalista está prestes a destruir milhões de empregos. 30 milhões de empregos nos Estados Unidos e 500 mil em França nos dois últimos meses, e milhões a vir. Sim, manter o que está bem é manter o emprego. Manter o que está bem é manter as garantias colectivas, contratos a termo indeterminado, empregos baseados em estatutos, contratos colectivos. Manter o que está bem é manter a segurança social tal como foi criada em 1945 para garantir aos trabalhadores e suas famílias coberturas contra os azares da vida. Manter o que está bem é manter os serviços públicos, manter um ensino que dê instrução, com professores face aos alunos, com programas, com diplomas, com meios para dar apoio às crianças com dificuldades, com meios para a recuperação escolar. Manter o que está bem é manter os nossos regimes de aposentação.

Revolucionários como somos, queremos manter tudo o que, na nossa sociedade, está bem e que, de um modo geral, foi conseguido pela luta da classe operária. E apelamos a lutar exactamente contra as medidas tomadas pelo governo e pela classe capitalista para

pôr em causa o que está bem e é preciso preservar e melhorar, nomeadamente para preservar o emprego.

Acerca da palavra de ordem “proibição dos despedimentos!”

Outra questão que nos interpela: *“Concordo com a palavra de ordem de proibição dos despedimentos, mas não será um voto piedoso?”*

Se fosse um voto piedoso, não seríamos pouco os que, por parca confiança em votos piedosos e “piedades” em geral, dele nos absteríamos. A questão é, porém, outra. Toda a história da luta de classes é a história do conseguimento, pelos explorados e oprimidos organizados, de conquistas que, antes, lhes eram declaradas inacessíveis. O próprio Marx conta, n’*O Capital*, como, na Inglaterra de meados do séc. XIX, evocando burgueses liberais a possibilidade de limitar o tempo de trabalho das crianças, a sua jornada de trabalho, os capitalistas arrancaram os cabelos, mortos de preocupação, exclamando: *“Se não pusermos as crianças de 8 anos a trabalhar quatorze horas por dia, vamos todos parar direitinhos à ruína!”* Pois bem, fez-se a limitação do tempo de trabalho das crianças e, depois, das mulheres, na indústria, a limitação da jornada de trabalho em geral, e a classe capitalista, que, dada a relação de forças, não tinha alternativa, teve que engolir.

O mesmo aconteceu com todas as conquistas operárias. Para só mencionar uma: se, no início do séc. XX, se tivesse dito aos capitalistas que iam ser obrigados a pagar um salário diferido para proteger os trabalhadores dos azares da vida, que se criaria um sistema, a que hoje se chama segurança social, de garantia de assistência a cada um através do salário diferido, se se tivesse dito tal coisa, a classe capitalista teria, indiscutivelmente, dito: impossível, é a nossa ruína.

Pois bem, a prova está dada: há segurança social. Os capitalistas fazem tudo o que podem para destruí-la, sim, mas a classe capitalista não foi parar à ruína. Porquê? Porque quando se vê obrigada a conceder conquistas, quando é obrigada a conceder coisas que não queria conceder por estar em jogo o seu poder, então a classe capitalista é capaz das maiores concessões.

Então, não, não há limites ao que a classe operária se há-de propor ganhar. A classe operária, à escala internacional como à de França, conseguiu conquistas consideráveis, e tudo o que conseguiu era antes considerado impossível. Mas conseguiu. A questão é defender estas conquistas e conseguir novas. Pode-se perfeitamente imaginar, embora seja pouco provável, que a relação de forças imposta pela mobilização de milhões de trabalhadores unidos em greve geral possa obrigar o governo, seja temporariamente, a conceder a proibição dos despedimentos. O sistema capitalista não ficaria comprometido enquanto tal. Ficaria decerto comprometida uma pequena parte dos lucros capitalistas, uma parte muito pequena. Quando o que está em causa é o seu poder, porém, a classe capitalista está pronta, para mantê-lo, a fazer este género de concessões.

Voto piedoso? Nem pensar. Mas temos plena consciência de que, de cada vez que é obrigada a dar com uma mão, a classe capitalista dispõe-se de maneira a recuperar com a outra o que teve de dar. A segurança social de 1945 ficou sempre atravessada na garganta da classe capitalista. São setenta e cinco anos que os capitalistas e todos os governos ao seu serviço andam a tentar, de contra-reforma em contra-reforma, corroer a segurança social, deixar de reembolsar medicamentos, separar riscos e muitos outros ataques. Para já, contudo, ainda não conseguiram ir até ao fim. Cientes de que é essa a parada, é por essa razão que nós, militantes da IV^a Internacional,

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> nos organizámos na base de um programa, o programa sobre que se ergueu a IVª Internacional em 1938, programa redigido em grande parte por Leão Trotsky e por discussões com os seus camaradas, que se intitula: “*A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IVª Internacional*”, com este esclarecimento em sub-título: “*A mobilização das massas em torno de reivindicações transitórias como preparação para a tomada do poder*”. Porquê? Porque estamos cientes, por exemplo, de que, sim, é para proibir os despedimentos; é um passo numa dada direcção. Proibir os despedimentos vai de encontro à reivindicação patronal, que, sejam quais forem as circunstâncias é: temos que fazer lucro. Portanto, proibir os despedimentos é um passo na via de pôr em causa o domínio da classe capitalista.

A actualidade das palavras de ordem transitórias

Neste ponto de vista, esta reivindicação, encadeada com outras, suscita e suscitará inevitavelmente a questão do poder, a questão de um governo da classe operária que reorganize a sociedade nos seus próprios termos. É nessa lógica que enquadrámos, pela parte que nos cabe, a palavra de ordem de proibição dos despedimentos.

Fazemos disso condição? Não, pois a urgência do dia de hoje é barrar o caminho aos planos de despedimentos. No próximo número de *La Tribune des travailleurs*, vocês vão poder ver reportagens dos nossos camaradas em várias fábricas da Renault. Os trabalhadores entrevistados e os delegados sindicais dizem unanimemente que é preciso proibir os despedimentos. Eles sabem perfeitamente que é preciso proibi-los, apesar de a direcção da Renault lhes dizer que, economicamente, não é viável e blabla... instintivamente, os trabalhadores dizem que é preciso proibir os despedimentos. A unidade para proibir os despedimentos é hoje uma necessidade que não pode ficar condi-

cionada a um acordo com o programa da IVª Internacional.

Assim vão as coisas andando. Leio, em *L’Humanité* (de 22 de Maio), jornal que reflecte o ponto de vista do Partido Comunista Francês, um dossier crítico, e bem, das ajudas públicas, por, cito, serem “*um prémio para a destruição social*”. Exactíssimo. Só que *L’Humanité* não pode estar a descobri-lo: estava escrito na lei de 19 de Março. Diz: “*Todos sabem que, face à crise do coronavírus, o que se espera do primeiro-ministro não são promessas, mas a capacidade do Estado para pilotar eficazmente a sua acção, impedindo a destruição social que se está preparando.*”

Se *L’Humanité* conta com a capacidade do Estado para barrar os despedimentos, então a causa não tem esperança. É preciso contar é com a capacidade dos trabalhadores e das suas organizações para se unirem para impor a proibição dos despedimentos. Vão-se ouvir vozes nesse sentido. O senador de Seine-Saint-Denis, Fabien Gay, membro do Partido Comunista, tomou a palavra no Senado, pronunciando-se pela proibição dos despedimentos. Outros dirigentes, alguns responsáveis de *La France insoumise*, como Quatennens, deputado do Norte, tomaram igualmente posição pela proibição dos despedimentos. Será de realizar a unidade de todas as forças que se pronunciam pela proibição dos despedimentos? É.

Pela parte que nos cabe, esta reivindicação prende-se com outra: é preciso requisitar os 400 mil milhões dados aos banqueiros e capitalistas, exactamente para fazer, com esse dinheiro, um plano de preservação do emprego. É a nossa posição e defendemos a nossa posição; mas não fazemos dela condição. Assim, em todo o lado em que é possível, enquanto estamos nós, aqui, a realizar esta conferência, os militantes da IVª Internacional, no quadro dos

comités do POID de que são membros, estão entrando em contacto com os militantes e secções do Partido Comunista, do Partido Socialista e de outras formações ditas de esquerda, dizendo-lhes: se vocês estiverem dispostos a fazer um acordo de unidade para actuarmos juntos num plano de luta e de mobilização que levante, por todo o país, a palavra de ordem de “proibição dos despedimentos, manutenção de todos os postos de trabalho”, nós, POID, estamos prontos para essa unidade, aspiramos a realizá-la, tudo faremos para lhe dar vencimento, sem deixar de continuar, independentemente, como é evidente, a desenvolver as nossas posições. É esta a nossa concepção de unidade.

A guerra social é o ADN do capitalismo

Pierre Cise: Vou responder a três perguntas. A primeira é: “*Que semelhanças e diferenças há entre a crise de 1929 e a de hoje?*” O camarada que faz esta pergunta esclarece que “*Hoje parece mais uma guerra social*”, o que poderá fazer pensar que não fosse esse o caso em 1929.

Queria começar por esta nota: a guerra social generalizada que o camarada salienta não é específica de um período de crise. A “guerra social” é o ADN do capitalismo. Esta guerra social, ou luta entre as duas principais classes da sociedade — preferindo eu, por conseguinte, usar o termo de luta de classes — entre os que possuem meios de produção e crédito, os capitalistas, por um lado, e os que possuem apenas a sua força de trabalho, os trabalhadores, por outro lado, tem a sua fonte fundamental no processo de exploração da força de trabalho pelos capitalistas. É a luta entre os trabalhadores, que tentam melhorar as suas condições de existência, lutando por se apropriarem de uma parte maior da riqueza produzida, e os capitalistas, que querem, pelo contrário, reduzir o mais possível a

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

parte da riqueza produzida que fica para o trabalhador em remuneração do uso da sua força de trabalho e apropriar-se de uma parte maior dessa riqueza para transformá-la em lucro e recomençar todo o processo.

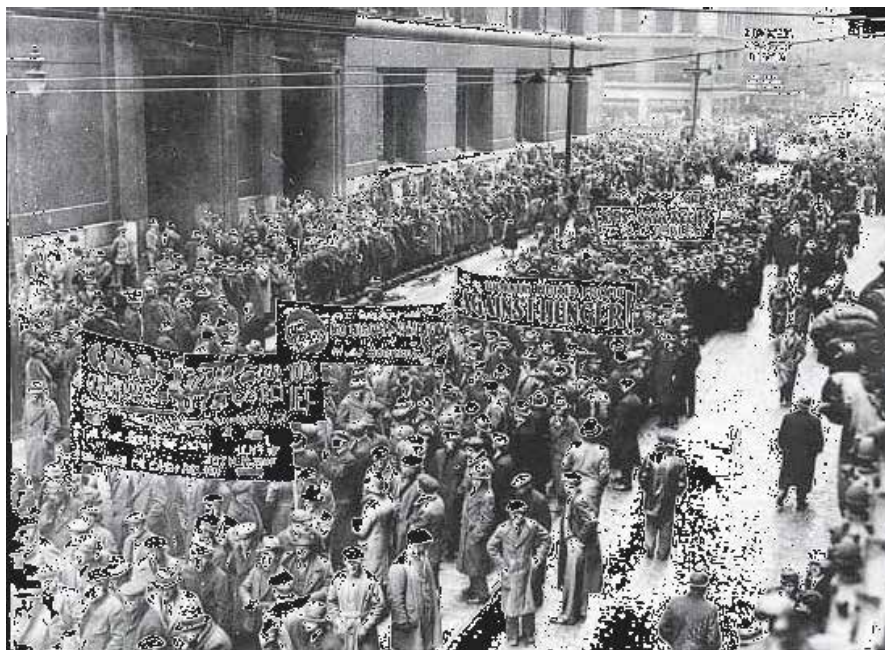
Esta guerra social, esta luta de classes, está na origem da criação das organizações sindicais, dos partidos, das garantias colectivas, das leis laborais. É uma guerra permanente e o mais frequente é aquilo que os trabalhadores ganham de um lado ser incessantemente repostos em causa pelos capitalistas, até à ditadura ou à guerra, como referiu o Daniel.

Olhemos, então, para as comparações entre a crise 1929 e a de hoje. Seja qual for a crise, faz-se muito a comparação com a de 1929, pois esta crise foi a primeira grande crise financeira, económica e social do capitalismo chegada ao seu estágio imperialista.

Ainda assim, num texto de meados dos anos trinta, Trotsky referia, e bem, que, num ponto de vista histórico, a crise de 1929 era, na realidade, a segunda maior crise do sistema capitalista contemporâneo, tendo a primeira sido simplesmente a Primeira Guerra Mundial.

A verdade é que se a crise de 1929 serve de “referência”, é porque foi a primeira crise que não revestiu uma forma imediatamente guerreira e militar, não obstante a sua consequência última ter sido a Segunda Guerra Mundial.

Há com certeza muitas diferenças de forma e contexto entre 1929 e 2020. Não podemos focá-las em pormenor, mas pode-se dizer que, no fundo, os mecanismos que operam são os mesmos. A seguir à Primeira Guerra Mundial deu-se um surto económico nos principais países capitalistas, com excepção da Alemanha, vencida e esmagada pelas “reparações” exigidas pelos aliados. Este surto tornou-se possível, sobretudo, graças a uma exploração desenfreada da força de trabalho, tão



Consequência da crise de 1929: as marchas da fome dos desempregados multiplicam-se nos Estados Unidos (aqui, Chicago, 1934).

bem evidenciada no filme de Charlie Chaplin *Os Tempos Modernos*. Foi, nomeadamente, o caso da exploração sem freio propiciada pela introdução do trabalho em cadeia.

Aliada à estagnação do salário médio, esta exploração permitiu lucros colossais. A especulação com títulos emitidos pelos sectores motores do boom dá origem a intensa actividade nos mercados financeiros, essencialmente as bolsas, na altura, fazendo os índices bolsistas bater recordes. O boom económico fez, do mesmo passo, desenvolver as forças de produção e a própria produção além das capacidades de absorção dos mercados. Esta contradição interna do sistema capitalista está lá sempre.

Desenvolve-se então o “crédito ao consumo”, sucedâneo de salários a meia haste. Mas não chega e, a partir de finais de 1928, a produção começa a ruir. O que já se produziu escoar-se cada vez mais dificilmente. Os créditos custam cada vez mais a serem reembolsados. Os especuladores tiram os seus capitais, e dá-se o colapso de Outubro de 1929 na Wall Street. Dele resulta uma crise que alastra a todas as bolsas e a todas as principais

economias do planeta, com consequências económicas, sociais e políticas bem conhecidas. A guerra, portanto a destruição maciça das forças produtivas, vem a ser, para os capitalistas, a única saída para poderem repor em marcha o sistema de exploração.

A pandemia acelerou o ritmo da crise

As formas da crise actual não são as mesmas. O contexto, é evidente, não é o mesmo. Alguns fenómenos, embrionários ou inexistentes em 1929, adquiriram hoje dimensão sem igual. Como, no entanto, referimos na introdução a esta conferência marxista, os mecanismos fundamentais descritos no processo que deu na crise de 1929 ressurgem nos mecanismos que deram na crise actual. Estavam lá os mesmos ingredientes antes da pandemia, a pandemia só veio acelerar o ritmo.

Será o resultado uma guerra mundial, como em 1929? Quanto à forma, a direcção pode ser essa, ou pode ser outra. O que é certo é que o capitalismo, chegado ao seu estágio imperialista, em 1929 como hoje, só abre caminho a uma coisa: mais destruição de forças produtivas, anunciada já >>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> no desemprego em massa, no sub-emprego e nas perspectivas de despedimentos e de destruição de empregos.

Seria preciso desenvolver a questão bastante mais.

A questão que se segue foi formulada assim: “*Vê-se que a crise actual está a começar por destruir as forças produtivas, mas há alguns representantes do capital, Devedjian, Riester, Boris Johnson* (respectivamente um político francês de direita, o ministro da cultura de Macron e o primeiro-ministro britânico, todos eles vítimas da Covid-19 — NdR), *que já foram afectados, em graus diferentes. Até que ponto os capitalistas e o seu pessoal político poderão aceitar trabalhar em seu próprio prejuízo, ao não combaterem o vírus?*”

Para dizer a verdade, não é simplesmente com o vírus que os capitalistas parecem estar correndo para o abismo. É o funcionamento do sistema no seu todo, com o seu cortejo de destruição de forças produtivas, que parece estar serrando o ramo em que os capitalistas estão empoleirados. A questão não se põe a partir do ponto de vista dos indivíduos que compõem a classe capitalista, da maior ou menor percepção que possam ter da

tragédia absurda das condições em que o capitalismo sobrevive. Os capitalistas são uma classe social, que é proprietária dos meios de produção, cujo papel, missão e mesmo dogma, mas, sobretudo, razão de existência, são explorar a força de trabalho, criando riqueza de que se apropria, uma vez deduzidos os custos de produção.

Na fase ascendente do capitalismo, foi um inegável factor de desenvolvimento das forças produtivas. Na fase imperialista, contudo, este processo transformou-se progressivamente no seu contrário, como anteriormente explicámos.

A produção não se consegue escoar porque as necessidades do lucro implicam uma taxa de exploração que, por sua vez, limita o consumo. Perante estas dificuldades de escoamento das mercadorias e, por conseguinte, de realização do lucro, uma fracção dominante dos capitalistas orienta os capitais para o caminho da especulação, da “economia de casino”, dos “paraísos artificiais” da dívida, das despesas militares. São artifícios que se evaporam regularmente, mas a ritmos cada vez mais apertados desde há cinquenta anos.

Em frente, há a realidade da

economia real, tal como acima a descrevemos. Virar-se, por isso, o feitiço contra o feiticeiro é parte do jogo. Em 2008, os capitalistas não hesitaram em sacrificar o banco Lehman Brothers e milhares de bancos de menor dimensão para salvar o sistema, tal como a mafia faz quando não hesita em eliminar alguns dos seus próprios membros para salvar o todo.

O que motiva o nosso combate é que, ao lado dos capitalistas que andam a serrar o ramo em que eles próprios estão empoleirados, está a humanidade no seu todo. A nossa luta, a luta da classe operária é a luta para evitar que a humanidade no seu todo seja arastada na queda do capital.

Outra pergunta foca o ambiente: “*Pode-se dizer que o capitalismo tem alguma coisa que ver com todos os problemas ecológicos actuais? Se tem, qual é a posição do partido a esse respeito?*”

É uma pergunta que mereceria desenvolvimento que é impossível ter em suficiente pormenor no âmbito desta conferência e que focaremos numa próxima conferência. Contentar-nos-emos hoje com alguns princípios de base.

Uma posição marxista sobre o ambiente

Começemos por um esclarecimento: não há posição específica do partido sobre estas questões, a não ser a decisão de nos interessarmos por elas como parte integrante da luta da humanidade pela sua emancipação. O partido e o seu programa vão beber a sua substância ao marxismo e à confrontação permanente com os factos. Vou, pois, esboçar a posição marxista em traços muito gerais, aduzindo que Marx e Engels se manifestaram a respeito destas questões mais de um século antes de aparecerem as correntes que se têm chamado “ecologistas”.

O que o marxismo nos diz é que o homem é produto da natureza.



“Se não nos matar o “vírus”, mata-nos a fome”, dizem estes habitantes dos bairros desfavorecidos de Santiago (Chile).

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

Construiu-se na sua relação com a natureza, de onde vem. Os marxistas opõem-se, por conseguinte, a todas as teorias, que voltam, aliás, a florescer por ocasião desta pandemia, de que o homem e a natureza se oporão ou de que o homem é um simples predador da natureza. Como condição para se poder desenvolver, o homem procurou dominar a natureza, o seu ambiente, conhecer as respectivas leis, o que deu azo a um desenvolvimento prodigioso das forças produtivas. No entanto, conforme explica Marx em *Trabalho Assalariado e Capital*, “Ao produzirem, os homens não se relacionam unicamente com a natureza. Só produzem, colaborando de certa maneira entre si e trocando actividades. Para produzir, estabelecem entre si laços e relações bem determinados: o seu contacto com a natureza, a produção, portanto, efectua-se unicamente no âmbito destes laços e destas relações sociais.”

Por conseguinte, o desenvolvimento da relação do homem com a natureza não é, para nós, concebível fora das relações que os homens tecem entre si, portanto fora das relações de produção. Na nossa época, fora das relações de produção capitalistas.

Efectivamente, as questões do ambiente, os “problemas ecológicos”, como diz o camarada, têm que ver com o capitalismo, e não é pouco. Di-lo o próprio Marx no livro primeiro d’*O Capital*, quando refere que “a produção capitalista só é, portanto, capaz de desenvolver a técnica e a combinação do processo de produção social, esgotando, do mesmo passo, as duas fontes de que brota toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. Porquê? Porque o seu motor não é a satisfação das necessidades humanas, mas sim a realização do lucro. As condições de médio e longo prazo das suas acções, as que permitam, em particular, preservar uma relação equilibrada entre homem e natureza, não interessam fundamentalmente os

capitalistas. Isto relativiza toda a propaganda sobre o “*capitalismo verde*”.

Assim, as questões do ambiente e, em particular, da destruição do ambiente, não são independentes da luta geral contra a ameaça que o capitalismo, chegado ao seu estádio imperialista, constitui para a humanidade.

A destruição do ambiente é uma componente do movimento de destruição das forças produtivas, destruição necessária, como se viu, para manter o domínio do regime assente na propriedade privada dos meios de produção. O ambiente não é um elemento nem uma luta à parte, ainda menos uma luta que se haja de pôr acima de todas as outras em nome de uma pretensa “urgência ambiental”, “climática” ou outra.

Para os marxistas, e é o que procuramos demonstrar nesta conferência, a urgência é derrubar o capitalismo, cuja sobrevivência ameaça a existência da humanidade e, portanto, do seu ambiente.

Estas são, é claro, apenas algumas ideias de princípio, fundamentais, que merecem desenvolvimento e discussão aprofundadas. Espero que possamos reatar um ciclo mais “normal” de conferências marxistas, incluindo uma sessão específica sobre questões de ambiente e ecologia.

No imediato, podem usar como referência a exposição anterior, apresentada a um acampamento de jovens revolucionários em Agosto de 2018, publicada no n° 12 (de Novembro de 2018) d’*A Internacional*, intitulado: “*Devemos ser ecologistas? Marxismo e ambiente*”

Actualidade da palavra de ordem da escala móvel das horas de trabalho

Daniel Gluckstein: A questão do emprego e dos despedimentos vai-se tornar, tornou-se já questão central para os trabalhadores de todo o mundo. É já o caso em França. Salientei o carácter crucial da

palavra de ordem “proibição dos despedimentos”. Um camarada envia a seguinte questão: “*O programa de transição, portanto, o programa da IVª Internacional, propõe como solução a partilha do trabalho. Mas como conseguilo sem perder salário?*”

É uma questão importante. O passo do programa a que o camarada faz referência elucida:

“*Sob pena de se condenar à sua própria degenerescência, o proletariado não pode tolerar a transformação de parte crescente dos operários em desempregados crónicos, em miseráveis a viver das migalhas de uma sociedade em decomposição. O direito ao trabalho é o único direito sério que o operário tem numa sociedade assente na exploração. No entanto, este direito é-lhe retirado a cada momento. Contra o desemprego, seja “estrutural”, seja “conjuntural”, é tempo de lançar, lado a lado com a palavra de ordem de obras públicas, a de ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO. Os sindicatos e outras organizações de massa têm que ligar os que têm trabalho e os que dele carecem pelo compromisso mútuo da solidariedade. Reparta-se o trabalho disponível entre todos os operários existentes, determinando esta repartição a duração da semana de trabalho. O salário médio de cada operário tem que ficar igual ao da antiga semana de trabalho! O salário, com um mínimo estritamente assegurado, segue o movimento dos preços. Não se pode aceitar nenhum outro programa no actual período de catástrofes.*”

Terá esta palavra de ordem hoje actualidade? A nossa resposta é: tem. O camarada pergunta: como preservar o emprego de todos, repartir o trabalho entre todos e preservar os salários ao mesmo tempo? É uma objecção que pode, no período actual, parecer de bom senso. Antes de mostrar em que medida este bom senso é só aparente, queria dar-vos um exem-

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> plo concreto. Ainda esta manhã se lia no jornal *Le Figaro*, insuspeito de simpatia pela classe operária, a seguinte informação: “*Os 600 ultra-ricos americanos viram a sua fortuna aumentar 434 mil milhões de dólares nos últimos dois meses.*” O jornal acrescenta: “*Os bilionários americanos continuam a enriquecer enquanto a pandemia da Covid-19 destrói dezenas de milhões de empregos nos Estados Unidos...*” Ouviram bem: nos últimos dois meses, 30 milhões de americanos perderam o emprego e 600 ultrabilionários viram as suas fortunas aumentar 434 mil milhões. São quase 14.500 dólares por cada trabalhador que perdeu o emprego. 14.500 dólares são muito mais do que dois meses de salário desses trabalhadores. Por outras palavras, se os 434 mil milhões, em vez de terem ido parar aos bolsos dos capitalistas — nem estou falando de confiscar as quantias gigantescas que eles detinham antes da crise, mas deste premiozinho de 434 mil milhões de dólares em dois meses — tivessem ido parar aos bolsos dos 30 milhões que perderam o emprego, estes teriam podido manter o seu poder de compra, e a sua situação e das suas famílias teria ficado muito melhor do que é. Teriam consumido mais do que agora podem com o parco subsídio de desemprego. Ou seja, tal repartição seria benéfica até no ponto de vista do relançamento da máquina económica capitalista.

Refiro-o apenas para mostrar que nada é impossível. Pôr a questão da repartição do trabalho disponível entre todas as mãos, da manutenção dos salários, é uma maneira de pôr, não a questão do derrube do capitalismo, uma vez que é uma palavra de ordem “transitória” que ainda tem cabimento no sistema capitalista, mas simplesmente a questão de outra repartição entre lucros e salários.

É, portanto, uma palavra de ordem extremamente moderada.

Como acabo de mostrar, ela poderia manter todos os salários sem sequer atentar contra as fortunas acumuladas pelos capitalistas antes da fase pandémica. Não há, portanto, nenhuma impossibilidade económica em dizer que seria possível, em todas as circunstâncias, repartir a massa de trabalho disponível e manter os salários. Transpondo isto para a situação francesa, com 3, 4 ou 6 milhões de trabalhadores privados de emprego, o que não chegaria a representar 20% da massa de trabalhadores, isto daria uma diminuição equivalente dos lucros capitalistas. Económica-mente, não tem nada de impossível.

Claro que, para os capitalistas aceitarem tal situação, teriam que ser obrigados por circunstâncias excepcionais, mas, no plano económico, as coisas seriam perfeitamente suportáveis pela classe capitalista. Em contrapartida, no plano social e no plano político, tal reivindicação apareceria — com razão — à classe capitalista e ao governo como um ataque intolerável. Todos compreendem, com efeito, as suas consequências: se a classe operária começar a receber como preço do seu trabalho uma fracção superior do trabalho realmente efectuado, se os capitalistas apropriarem uma fracção mais diminuta de trabalho gratuito, abre-se uma dinâmica. Que é que o próprio trabalho gratuito devia desaparecer.

No fim desta dinâmica está a possibilidade de a classe operária reivindicar para si a totalidade do produto do trabalho que efectua. No fim desta dinâmica, está a possibilidade de a sociedade se organizar a partir das necessidades sociais da imensa maioria e não das exigências do lucro capitalista. É por isso que a palavra de ordem de “escala móvel das horas de trabalho”, de repartição do trabalho entre todas as mãos, mantendo-se os salários, é, no sentido mais forte, aquilo a que nós chamamos uma

palavra de ordem transitória. Articulado no âmbito do sistema capitalista, abre uma dinâmica numa direcção que aponta para fora do quadro do sistema capitalista, que põe o problema da ruptura com esse quadro, o problema da socialização dos meios de produção. É assim para esta palavra de ordem e é-o também para muitas outras.

Pelo governo operário

Isto traz-nos de regresso a uma questão já suscitada: para onde orientar a acção política dos militantes revolucionários que lutam pela construção do partido operário?

Somos, dissemo-lo, partidários de um governo de unidade operária. O programa de fundação da IVª Internacional formula-o assim: “*Lutamos, em todas as circunstâncias, por governos operários e camponeses.*” O que significa hoje, porém, “governo de unidade operária”? Significa que as organizações que se reclamam da classe operária — os laços, embora muito lassos, existem — têm o *dever* de se unir pelas palavras de ordem que são as de todos os trabalhadores.

É consabido que, quando vamos lá “abaixo”, às fábricas, oficinas, obras, bairros populares, escolas, escritórios, grande parte dos trabalhadores e da juventude partilham as mesmas preocupações. Consideram que é preciso proibir os despedimentos, restabelecer os serviços públicos, defender a segurança social e o ensino. Partilham uma mesma aspiração de não só defender o que existe, mas de reconquistar o que se destruiu.

Esta aspiração choca com uma série de obstáculos. O camarada evocou os projectos de uma série de partidos de “esquerda” que não visam, e é o menos que se possa dizer, romper com o capitalismo. Também se podia mencionar a posição dos dirigentes das organizações sindicais. A IVª Internacional é incon-

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

dicionalmente a favor de defender as organizações sindicais e a sua independência. Mas isso não nos impede de deitar um olhar crítico sobre a maneira como os dirigentes das organizações acompanham de certo modo os “planos de relançamento”, sejam os do governo, sejam, mais recentemente, os da União Europeia, que, como se viu, são planos que incluem perspectivas de “reestruturações”.

O facto é que, enquanto prevalecer a recusa de romper com o capitalismo, ficamos num círculo vicioso. Volto ao que disse no princípio desta conferência: os governos que se têm sucedido — e não estou discutindo a boa vontade de quem neles participou — têm em comum o terem renunciado a qualquer forma de ruptura com o capitalismo, ao seu derube, e se terem enquadrado na lógica da preservação do sistema capitalista.

Não temer ir para o socialismo, pôr a questão da ruptura

Cabe a quem não teme ir para o socialismo dizer claramente aos trabalhadores: sim, a política que avançamos, que é uma política pela unidade das forças da classe operária, inclui o objectivo de derrubar o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção.

Cabe-nos dizer: é por essa razão que nós entendemos que a unidade de todas as forças que se reclamam da classe operária e da juventude se deve poder exprimir em relação a todas as palavras de ordem avançadas, mas também no plano governamental. Todos os governos que se têm sucedido neste país, fosse qual fosse o rótulo que ostentassem — de direita, de esquerda, do centro — têm em comum, no plano social, o serem governos capitalistas. governos, portanto, em que a classe que dita as suas ordens é a classe capitalista. Os interesses que di-

tam as políticas desses governos são os interesses da classe capitalista.

Nós reivindicamos um governo que aceite que quem lhe dite ordens sejam não os interesses dos capitalistas, os interesses, portanto, de uma pequena minoria, mas sim os interesses da grande maioria — quem trabalha, quem só tem o seu trabalho para viver e fazer viver a família e os filhos. Um governo, portanto, que aceite que seja a classe operária, os trabalhadores e suas organizações a ditarem as suas perspectivas.

É isto o governo de unidade operária, e é por que ele se realize que nós convidamos todos os que partilhem esta perspectiva a aderirem à luta da IVª Internacional pela construção de um partido operário.

Outras perguntas incidem na tomada do poder pela classe operária. Uma refere-se à Assembleia Constituinte: *“Como se organiza a eleição de uma Assembleia Constituinte? Quem há-de organizá-la?”*

Uma Assembleia Constituinte impõe-se como saída democrática numa situação em que o poder já não se consegue aguentar e em que os que têm interesse na democracia a conseguem impor. Que forma revestirá a criação de uma Assembleia Constituinte? Depende das circunstâncias.

Vejamos o exemplo do que acaba de se passar na Argélia. Há mais de um ano que o considerável poderio revolucionário do movimento popular, o “Hirak”, portador da rejeição do regime, pôs ao centro a pergunta: a quem cabe decidir? A uma fracção das instituições do Estado argelino que decida passar o poder a outra fracção? Poderá o destino do povo, da nação argelina que pagou pela conquista da sua liberdade o preço de um milhão e meio de mortos na guerra da independência, ser resolvido simplesmente em enfrentamentos entre as várias fracções do aparelho na cúpula desse aparelho de

Estado? Não cumprirá antes ao povo decidir?

E se é ao povo que compete decidir, conforme se gritou nas manifestações e afirmou em cartazes e panfletos, é por e só por uma Assembleia Constituinte soberana que isso tem de passar, através da qual sejam os próprios delegados do povo a decidir. É evidente que só podemos esperar que o povo argelino, e, com ele, todos os povos mobilizados pela sua liberdade e pela sua soberania, consiga franquear esta via. Mas serão os acontecimentos a decidir da forma exacta.

Outra pergunta: *“Como pode a classe operária apropriar-se dos meios de produção?”*

Há que ter confiança na classe operária, na sua capacidade para resolver os problemas com que se vê confrontada. Para dizer as coisas simplesmente, a produção de riqueza, a produção de mercadorias, só precisa da classe operária. Não necessita de capitalistas. Os accionistas só existem para extrair lucros da mais-valia extorquida ao operário. A produção de mercadorias não exige, porém, mais do que o saber dos operários, engenheiros, técnicos, daqueles que, no seu todo, constituem a classe operária produtora de riqueza.

Consequentemente, como poderá a classe operária tomar em mãos a produção de mercadorias? Com a maior simplicidade do mundo. A única condição é que os investimentos necessários à produção não dependam da boa vontade dos accionistas e das multinacionais, dependam de um plano concertado. É possível, por exemplo, imaginar que os delegados dos trabalhadores, com as suas organizações, vindos dos diferentes ramos de produção, se reúnam periodicamente num congresso dos produtores, em congresso da produção, e decidam eles próprios, em função das necessidades da sociedade, como lhes responder.

Quem melhor do que os traba-

>>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

balhadores que produzem, seja na construção civil, na metalurgia, na química, no automóvel, pode saber como melhor responder às necessidades do planeamento social? Neste aspecto, como em muitos outros, tenha-se confiança na classe dos produtores para resolver este problema.

“Poderá a tomada do poder ser pacífica? Tem que ser violenta?”, pergunta um camarada. Quem não faz votos por uma tomada do poder pacífica? Recordemos simplesmente que, de cada vez que a classe operária tentou apoderar-se do poder de Estado embateu na reacção selvagem da classe adversa. A Comuna de Paris foi um banho de sangue porque a reacção versalhesa não aceitou que se impusesse um governo operário. A revolução russa deparou com uma guerra atroz e com um bloqueio tremendo porque as potências imperialistas decidiram intervir.

Se a pergunta for feita aos trabalhadores, se são a favor de tomar pacificamente em mãos o poder de decidir o destino da sociedade, a resposta será sim.

Porém, a questão mais geral é: se a classe capitalista resistir, se disparar repressão, haverá que ceder? É a uma pergunta com a qual os trabalhadores muitas vezes se viram a braços na história. O que é certo é que a classe operária tem o direito democrático de reivindicar e tomar o controlo da sociedade. Não há caminho pré-estabelecido para a tomada do poder pela classe operária. Mas há um meio, e esse meio é a organização. Compete aos trabalhadores, nesta sociedade que lhes é hostil porque dominada pela classe capitalista, encontrar os meios para a sua própria organização, em sindicatos, em partidos, em comités de greve, em comités operários e em quaisquer outras formas, para poderem dar vencimento aos seus interesses de classe.

Não apenas para as reivindicações imediatas, mas para se

candidatarem abertamente a fazer com que esta sociedade — há décadas e décadas unicamente dominada pelos interesses da classe capitalista, ostentem os partidos que estão no poder o nome que ostentem — possa ser regida pela satisfação dos interesses da grande maioria.

Assinalam-me que há 1.142 ligações activas ao sítio e, portanto, segundo os especialistas, bastante mais, pois há muitas pessoas que dividem a mesma ligação. É sinal de um interesse evidente e da procura de respostas. Esta procura é a procura de trabalhadores e militantes preocupados, e com razão.

Um camarada pergunta: *“É possível haver guerra? Fala-se de guerra entre os Estados Unidos e a China. Até onde pode chegar a crise em curso? Não será a revolução uma perspectiva longínqua?”*

Sim, a situação actual é composta por tanta anomalia, tanta deriva, tanta coisa que mais parece loucura, mas não é, que tudo é possível. Reflectindo nos números incríveis de 30 milhões de empregos eliminados em dois meses nos Estados Unidos; ou em que, em dois meses, a Covid-19 levou mais de 100 mil americanos, uma grande maioria dos quais nas camadas mais exploradas e oprimidas — e não é por acaso que os negros americanos estão, de longe, pagando o tributo mais pesado a esta epidemia —, quando os militantes da minha geração se lembram de que a guerra do Vietname, que foi um traumatismo terrível para o povo americano, custou a vida a um pouco mais de 50 mil jovens americanos, sacrificados pelo imperialismo numa intervenção injusta e injustificada naquele país, então, sim, a catástrofe já está aí. Ninguém pode afastar o risco de guerra. A guerra já está presente, embora não oponha a China aos Estados Unidos, basta olhar para o que se está passando no Médio Oriente há vinte anos, estendendo-se à

Líbia, em África. De cada vez, são as políticas de pilhagem do imperialismo que estão no cerne destas guerras.

A catástrofe está igualmente mais próxima de nós. Uma camarada escreve: *“Esta videoconferência vai ser determinante ou vai ser mais conversa fiada? Eu, tenho medo. Macron avança a uma rapidez fulgurante, faz passar leis e mais leis com uma rapidez incrível, nunca se viu coisa assim. A máquina está em marcha e não se consegue pará-la. Tudo a desenvolver-se debaixo dos nossos olhos, e ninguém vê. Estão todos cegos?”*

Compreendo perfeitamente a angústia da camarada. Não me parece que uma conferência possa alguma vez ser “determinante” por si só. Estará esta, então, condenada a não passar de “conversa fiada”? Cabe à camarada responder. Espero que não tenha sido mera conversa fiada. Porque o que aqui se discute e põe à reflexão não são ideias abstractas, são propostas de acção.

É verdade, Macron avança com uma rapidez fulgurante. Sim, faz passar golpes com uma rapidez incrível. Mas convirá acrescentar que, se pode fazê-lo, é porque tem a garantia de total impunidade. Só pode fazê-lo porque aqueles que lá estão para se lhe opor votaram a favor dos 300 mil milhões, porque, escorado nessa votação, ele tem a sensação de que ninguém se lhe vai atravessar à frente quando deixa os capitalistas organizar os seus planos de despedimentos na Engie, na Air France, na Renault e amanhã noutras empresas, na Arcelor, na Lorena, etc. Aí é que está o problema.

Não me parece que se possa dizer que Macron actua assim porque as pessoas são cegas ou não compreendem a situação. Todos os camaradas dão disso testemunho, nas empresas, nas escolas, quando vamos aos mercados fazer di-fusões, à frente das mercearias, basta dizer que estamos contra Macron para suscitar o interesse

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

dos trabalhadores. As pessoas não são surdas. Têm um ponto de vista sobre quão desastrosa é a política do governo e a necessidade de lhe pôr termo.

Do mesmo passo, perguntam: como fazer?

Não é fácil responder a esta pergunta quando, por um lado, no plano político, a oposição só se opõe da boca para fora e toda a gente diz: há que esperar 2022 e um novo salvador supremo. E até 2022, quantos milhões de postos de trabalho destruídos? E quando, no plano sindical, os sindicatos avançam embora com reivindicações, mas, no essencial, não apelam à mobilização geral para pôr termo à política do governo.

O problema não é, pois, os trabalhadores serem cegos ou surdos. É estarem, sem dúvida, insuficientemente organizados num plano de independência e insuficientemente alertados sobre o que uns e outros andam fazendo e o que é ou não é do seu interesse.

Não obstante, quando um camarada nos envia a pergunta: “*Como se explica a fraqueza extrema do movimento social em comparação com o que já foi em todo o mundo e, especialmente, nos países ocidentais?*”, não faço minha a maneira dele de pôr o problema. A França não é o centro do mundo, mas enfim, entre as mobilizações contra a lei El Khomri e as mobilizações por causa das aposentações, mais recentemente, os trabalhadores em França demonstraram bem a sua capacidade de mobilização em defesa das suas conquistas.

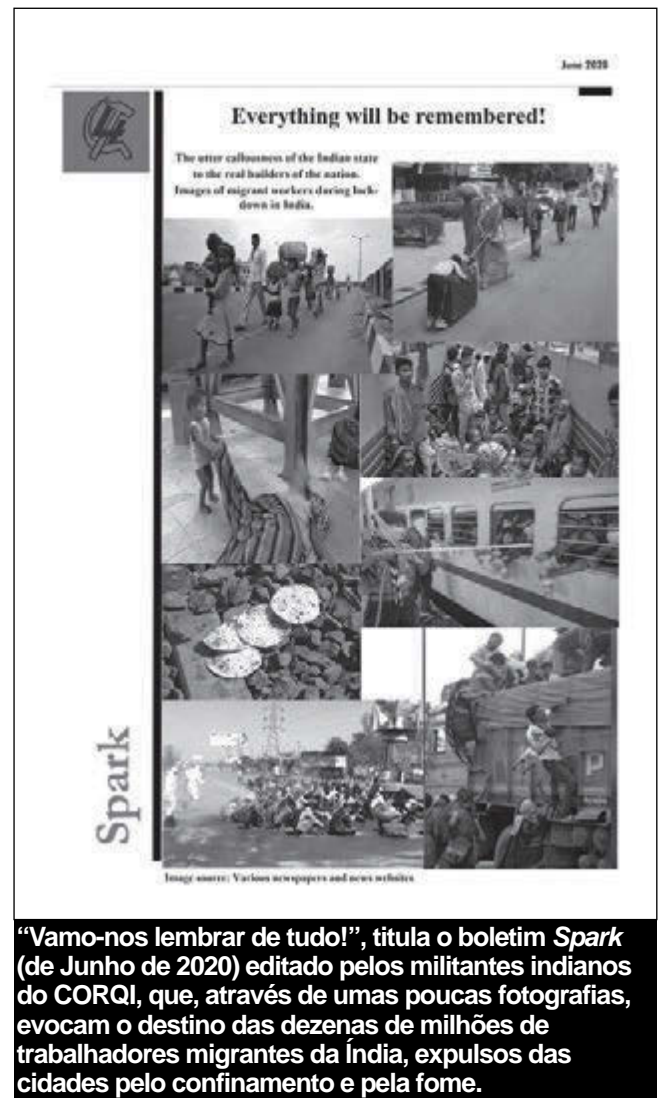
Se, apesar de todas as tentativas de enveredarem pela greve, não conseguiram chegar a uma situação de greve geral, será isso devido a quererem deixar passar as leis Macron ou ao facto de aqueles que podiam lançar um apelo à greve geral se terem recusado a fazê-lo?

Se olharmos para a situação dos últimos dez anos, em Espanha, em Portugal, na Grécia, na Bélgi-

ca..., quem pode falar de “fraqueza extrema” do movimento social? Mesmo nos Estados Unidos, onde, nos últimos meses, temos visto vagas de greves consideráveis, até no período inicial da pandemia. E nem falo das greves na China, do que se tem passado em Hong Kong, e numa série de outros países.

Creio que não é correcto falar de “fraqueza extrema do movimento social”. O que é certo é que as direcções das organizações que foram construídas pelos trabalhadores para defendê-los têm tendência a baixar a guarda, a participar no acompanhamento, em vez de romper com os regimes, e não é só em França. Basta ver como, nos Estados Unidos, os dirigentes sindicais apoiam um dos dois partidos capitalistas, o Partido Democrático, que por sua vez acordou com Trump um plano, não de 400 mil milhões, como em França, mas de mais de 2 biliões, para organizar os despedimentos. A fraqueza está nisto, não no “movimento social” em geral. Está na política dos dirigentes que fogem às suas responsabilidades e não querem enveredar pela via da ruptura.

Quanto à classe operária, ela mantém a capacidade de agir e surgir. A camarada escreve: “*Não será a revolução uma perspectiva longínqua?*”. Sabem, a revolução é uma perspectiva longínqua até ao momento em que passa a uma perspectiva imediata. Ninguém pode determinar quando e como. Vou recordar um episódio conhecido. Em Janeiro de 1917, Lenine, refugiado na Suíça, em Zurique, animou uma conferência com estudantes socialistas suíços. Falou-lhes das perspectivas da revolução mundial, da revolução na Rússia, dizendo-lhes, no essencial: “Nós, os velhos, talvez já não vejamos as lutas decisivas da revolução imi-



“Vamo-nos lembrar de tudo!”, titula o boletim Spark (de Junho de 2020) editado pelos militantes indianos do CORQI, que, através de umas poucas fotografias, evocam o destino das dezenas de milhões de trabalhadores migrantes da Índia, expulsos das cidades pelo confinamento e pela fome.

nente. Mas creio poder exprimir com grande segurança a esperança de que os jovens, que tão admiravelmente militam no movimento socialista da Suíça e do mundo inteiro, terão a felicidade não só de lutar na revolução proletária de amanhã, mas também de nela triunfar.” Profere estas palavras poucas semanas antes de deflagrar a revolução de Fevereiro de 1917, que abriu por sua vez o caminho à revolução de Outubro, o maior acontecimento revolucionário no ponto de vista do avanço da classe operária no séc. XX.

Não nos aventuremos, pois, em prognósticos. A situação não se aguenta. Não vai ser possível impor a milhões de trabalhadores a perda, de um dia para o outro, do emprego, da segurança social, dos seus direitos. Não vai ser possível impor à jovem geração deixar de ter escola, >>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> diplomas, perspectivas. Não vai ser possível impor aos professores deixarem de ensinar, aos prestadores de cuidados de cuidar, só porque o lucro capitalista assim o exige.

Concentremo-nos, pois, no que há a fazer para ajudar a nossa classe trabalhadora a avançar, a emancipar-se — a organizar-se, portanto, a todos os níveis.

Um camarada faz esta pergunta: “*Vocês dizem que são a secção francesa da IVª Internacional. O CORQI é aquilo a que geralmente se chama a IVª Internacional lambertista?*”

Pessoalmente, nunca ouvi falar de uma IVª Internacional “lambertista”. Nós somos militantes geralmente chamados “trotskistas”, pois os estalinistas colaram-nos este nome durante o período sangrento em que perseguiram os nossos camaradas no mundo inteiro. Seguimos as pisadas de Leão Trotsky, que fundou a IVª Internacional em 1938. Com o camarada Pierre Lambert, trabalhamos em defesa desta IVª Internacional contra os que traíam o seu programa e a sua perspectiva. Com ele, participámos na conferência de reproclamação da IVª Internacional em 1993. E, face à crise que depois atingiu a IVª Internacional, em 2015, constituímos o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional. Somos marxistas. Somos partidários do bolchevismo de Lenin e Trotsky, e estamos gratos ao camarada Pierre Lambert pelo papel que desempenhou na continuidade do trotskismo e da sua implantação no movimento operário do nosso país.

São rótulos que nos bastam. No mais, somos lutadores operários revolucionários, partidários da IVª Internacional e do seu programa.

Distingue-nos isso, opõe-nos isso às outras correntes do movimento operário? A discussão é livre. Evoquei aqui várias questões e, como tereis notado, houve camaradas com perspectivas que não eram as nossas, o que é normalíssimo, pois o

movimento operário não se poderá reconstruir com o eixo da independência sem haver debate livre entre trabalhadores e militantes.

Houve um camarada que nos escreveu para nos dizer, em súmula, que “*a situação mudou. Antigamente, podia-se compreender que a vossa corrente lutasse por organizações políticas transitórias, como foram o MPTT, o PT, mais tarde o POI. Não será esta orientação hoje* (entendo que o camarada fala da orientação dos trotskistas em França, de construir o POID) *um obstáculo, dado o lugar específico, a história específica da secção francesa da IVª Internacional na construção de uma secção francesa da IVª Internacional como partido de massas?*”

Não me parece. Temos até o ponto de vista exactamente oposto. A classe operária conheceu outrora no nosso país uma situação em que existiam no país partidos poderosos que reclamavam a representação dos seus interesses. Embora se pudesse ter a opinião de que a política dos partidos que se reivindicavam do socialismo e do comunismo virava costas aos interesses da classe operária, no plano eleitoral eles puderam, em alguns períodos, representar 30 ou 40%, talvez 50% dos votos. Centenas de milhares de aderentes estavam filiados nesses partidos.

A evolução da situação no plano internacional, a traição dos interesses operários por esses partidos — estou pensando, por exemplo, em França, no que aconteceu após a eleição de Mitterrand, a política levada a cabo pelos ministros socialistas e comunistas, a sua adaptação às exigências do capitalismo, a sua participação em todas as contra-reformas — depois, o desmoronamento da União Soviética e muitos outros acontecimentos, acabaram por levar a uma situação de enfraquecimento e, por fim, desaparecimento, daqueles partidos.

Sabe-se que, em Itália, existia o

Partido Comunista mais poderoso de toda a Europa Ocidental e que ele desapareceu. O mesmo aconteceu noutros países. São factos indiscutíveis. A classe operária ficou enfraquecida pelo desaparecimento de organizações que representavam, fosse apenas formalmente, a sua existência como classe.

Podemos, no entanto, conformar-nos com esta situação? Deve-se considerar, como muitas vezes se ouve, que, no fim de contas, a questão das linhas de classe já não está na ordem do dia? Deve-se aceitar a ideia de que as principais divergências não são entre classe operária e classe capitalista, mas, segundo as circunstâncias, entre ecologistas e não ecologistas, esquerda e direita, com todas as vagas denominações implícitas?

Não há, pois, como evitar pôr o problema de um partido operário. É necessário que haja uma representação política que diga: os trabalhadores têm o direito de dispor de um partido que os represente como classe e que não fique prisioneiro de vagas definições sem carácter de classe. Se compreendemos que a raiz da situação é a existência do sistema capitalista, portanto do regime social que assenta na propriedade privada dos meios de produção, é preciso que exista pelo menos um partido — pode haver vários — que diga claramente: situamo-nos no terreno da classe operária e lutamos contra o domínio da sociedade pela classe capitalista. Chama-se a isso um partido operário. Muitos trabalhadores e militantes orientam-se hoje por esta perspectiva, põem esta questão. Muitos trabalhadores consideram que, na crise actual, é mesmo o sistema capitalista que está em causa; e que irá mesmo ser necessário, de uma maneira ou doutra, reconstruir um partido operário.

Nós, pela nossa parte, somos partidários do programa da IVª Internacional. Deveremos transformar a concordância com este

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO ●

programa em condição para construir conjuntamente um partido operário? Não cremos. Cremos, pelo contrário, que todos os que partilham o ponto de vista de que a classe operária necessita de uma representação política devem poder agir em conjunto: é a história do movimento operário que no-lo ensina. A Iª Internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em Londres em 1864, agrupava todas as correntes do movimento operário: alguns — poucos — reclamavam-se do marxismo, ao lado de toda a variedade de socialistas, mais ou menos utópicos, possibilistas, reformistas, todo o género de anarquistas ou anarco-sindicalistas. Todos, porém, defensores da independência da classe operária, todos coincidentes no direito dos trabalhadores se poderem organizar entre si e separar-se da classe capitalista, todos concordes em que o objectivo da luta não era simplesmente resistir ao capitalismo, mas derrubá-lo, todos partícipes do objectivo da socialização dos meios de produção e, para isso, da necessidade de a classe operária se apoderar do poder político.

As circunstâncias são evidentemente diferentes, mas não manterá esta exigência a actualidade? Consideramos que mantém. Por isso não vemos contradição entre convidar todos os que participam das posições da IVª Internacional a continuarmos o debate, a aderirem às suas fileiras, a participar nos grupos de estudos revolucionários em que nós organizamos esta discussão, e, do mesmo passo, trabalhar com todos aqueles que consideram necessário reconstruir o movimento operário com um novo eixo, no plano internacional no âmbito do Comité Operário Internacional pela Internacional Operária e, em França, no quadro do POID. E trabalhar pela unidade, portanto, concretamente, pela constitu-

ção de comités unitários, já, imediatamente, pela proibição dos despedimentos.

Vou terminar com esta última pergunta de um camarada: “*Face a meios de comunicação extremamente hostis ao movimento social, face ao aparelho de Estado repressivo, a todos os meios usados para tornar “foleiro” ou “obsoleto” o vocabulário do anti-capitalismo, será possível ganhar a opinião pública para o nosso lado, atendendo aos nossos minúsculos meios?*”

Ganhar a opinião pública... Não sei lá muito bem o que isso queira dizer e até que ponto a nossa ambição seja ganhar “toda a opinião”. Mas poder-se-á fazer avançar as ideias e um modo de organização consentâneos com os interesses operários?

O jornal *La Tribune des travailleurs* foi lançado em circunstâncias especiais, vai fazer cinco anos. É, há cinco anos, um jornal cuja difusão tem experimentado um desenvolvimento regular, número a número, do número de assinantes. Para responder à pergunta do camarada, eu diria, então, o seguinte: sim, os nossos meios são modestíssimos e incomparáveis com os grandes meios de comunicação. Basta hoje, aliás, abrir seja que canal de televisão for, para ouvir a mesma coisa que nos canais concorrentes, abrir seja que jornal for para ler a mesma coisa que nos outros diários.

O que tem feito com que *La Tribune des travailleurs* tenha, modestamente embora, conhecido uma progressão regular? Para dar resposta a esta pergunta, vou simplesmente recordar, nos cinco minutos que me restam, a muitos de vós que sois leitores de *La Tribune des travailleurs*, o que ela disse nas últimas semanas.

Na primeira semana da pandemia, o nosso título foi: “*Em França e no mundo inteiro, os trabalhadores face à crise*”, intitulava-se o editorial “Produtores, salve-

mo-nos nós mesmos!”. Maneira de dizer que não podíamos alinhar na “união nacional”. Suscitávamos a questão da destruição de camas, de hospitais, de todo a política que tinha dado naquilo. E citávamos os dirigentes dos partidos de “esquerda” que se pronunciavam pela unidade nacional. Apelávamos aos trabalhadores para “*a unidade das fileiras operárias para defender direitos e garantias, repelir a ofensiva destruidora em curso e, por fim, correr com Macron e a sua política.*”

Na semana seguinte, a primeira página de *La Tribune des travailleurs* publicava uma petição: “*A Assembleia Nacional acaba de decidir dar 300 mil milhões aos bancos. Que este valor seja de imediato reafectado à protecção da população.*” O título do editorial era: “*Pereçam os lucros dos bancos para que viva a população!*” O jornal dava todos os pormenores sobre a votação da Assembleia Nacional de 19 de Março.

Na semana seguinte, o nosso título foi: “*Doentes em perigo... hospitais em ruptura... Requisição imediata dos activos dos bancos e empresas para produzir máscaras, luvas, testes de despistagem e os ventiladores necessários! Requisição imediata dos 300 mil milhões de euros oferecidos aos bancos.*” No jornal, fazíamos uma série de perguntas: “*O que é feito das máscaras, com quem andam a gozar?*” Denunciávamos a guerra social que o governo disparara.

Na semana seguinte, o título de *La Tribune des travailleurs* foi: “*Não podemos deixar Blanquer e o governo organizarem o naufrágio escolar da nova geração.*” Fazíamos esta pergunta, num dossiê: “*Vai ser preciso reconstruir o sistema hospitalar. Por onde começar?*” Dávamos todas as informações sobre como, em quarenta anos, contra-reformas sucessivas tinham preparado as condições para a catástrofe sanitária.

Na semana seguinte, era este o título de *La Tribune des travailleurs*: >>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 23 DE MAIO

>>> “Por trás dos apelos de Macron à unidade nacional, a ofensiva contra os trabalhadores e a juventude.”

Título da semana seguinte: “Sem máscaras, sem testes, sem protecção, quais seriam as consequências do desconfinamento a 11 de Maio” Voltávamos a destacar que havia, agora, 400 mil milhões para bancos e patrões. O apelo do secretariado nacional do POID, publicado nesse número, intitulava-se: “Nem unidade nacional nem unidade na acção com Macron e o seu governo!”

Na semana seguinte, o título de *La Tribune des travailleurs*: “400 mil milhões para bancos e patrões, uma esmola de 5 euros para quem tem fome. Os trabalhadores nada têm a esperar de Macron e do seu governo.”

E, na semana a seguir, púnhamos em título: “Desconfinamento de todos os perigos. Professores, pais, ferroviários, funcionários do metro, autarcas e profissionais de saúde acusam.”

Uma semana mais tarde: “Vagas de despedimentos, prolongamento do tempo de trabalho, pilhagem da segurança social, desmembramento do ensino... O governo não perde um minuto para atacar os trabalhadores e suas famílias!”

Por fim, na semana passada, citávamos uma “enfermeira face a Macron: “Prémio!? O que nós queremos é a revalorização. Quanto? Quando?”

Pois é, camaradas, é a resposta àquela pergunta. É o trabalho de fazer este jornal, de o redigir, de o difundir, um trabalho útil para a emancipação dos oprimidos e dos explorados? Se vocês acharem que é um trabalho útil, então façamo-lo juntos. Organizemo-nos. Organizai-vos. Dêem a conhecer *La Tribune des travailleurs*, consigam assinaturas à vossa volta. Discutam-na, difundam-na. Não para satisfazer não sei que campanha publicitária ou promocional, mas pelas necessidades da nossa classe. Organizemo-nos. A classe operária não tem outra arma senão a organização.

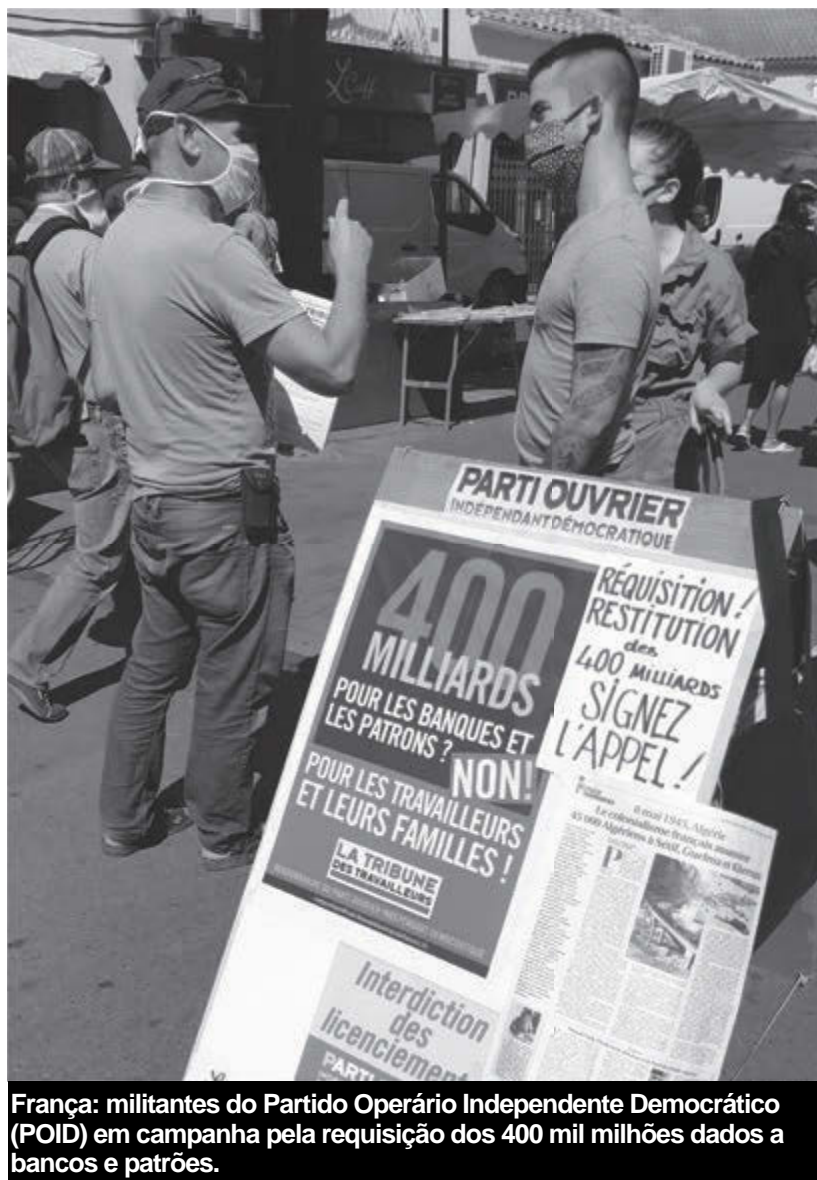
Se é para esta conferência marx-

ista poder ser não conversa fiada, mas outra coisa, isto respondendo à pergunta e legítima preocupação da camarada, então, se não quisermos que seja conversa fiada, se quisermos que ela permita dar um passo em frente, modesto, mas indiscutível, na via da organização, então apelo para que todos os que participaram nesta conferência ponham a si próprios, desta ou daquela maneira, a questão de dar mais um passo na via da organização.

Adiram aos grupos de estudos revolucionários da IV^a Internacional se quiserem prosseguir esta discussão, aprofundar a vossa compreensão do que é o nosso programa, para construirmos juntos o partido revolucionário necessário ao derrube do capitalismo.

Se, sem chegar até aí, acharem indispensável unir esforços na defesa da independência da classe operária, o vosso lugar é no POID, na difusão de *La Tribune des travailleurs*.

Seja como for, a discussão que hoje abrimos prosseguirá. Convidamo-vos a prosseguir-la com os militantes que conheceis, em GERs, nas células da TCI, nas colunas de *La Tribune des travailleurs* ou, porque não, enviando-nos as vossas reflexões sobre esta conferência. Em todo o caso, camaradas, tenhamos confiança na classe operária, na sua capacidade para libertar a humanidade das cadeias da opressão e da exploração! ●



França: militantes do Partido Operário Independente Democrático (POID) em campanha pela requisição dos 400 mil milhões dados a bancos e patrões.

Dupla opressão das mulheres

Como pôr-lhe termo?

“Pôr termo à dupla opressão das mulheres, como?” foi o tema da Conferência Marxista organizada em Paris no dia 31 de Janeiro, na presença de mais de 200 camaradas. Reproduzimos abaixo as introduções dos camaradas Christel Keiser, Daniel Gluckstein e Isabelle Boudid, assim como a discussão que as apresentações suscitaram. Os subtítulos são da redacção d’A Internacional.

Christel Keiser: Decidimos tratar uma questão complexa. Talvez o título seja ambicioso, não só por tematizar a opressão das mulheres, mas, principalmente, o como lhe pôr cobro. Esta reunião não bastará decerto para resolver o problema, mas vamos dar algumas pistas.

Esta é a quarta conferência do nosso ciclo de conferências marxistas. Dividimos trabalho: três camaradas focarão aspectos diferentes e específicos.

Daniel Gluckstein: Fiquei encarregado de resumir em que consiste a posição dos marxistas sobre a origem da opressão das mulheres.

O que é a opressão das mulheres? Uma sociedade dominada pelos homens. Esta realidade está hoje inteiramente vinculada ao sistema de exploração capitalista. Seria, porém, um erro dizer que a opressão das mulheres começou com o capitalismo. Há várias dezenas de milhares de anos que a sociedade humana está marcada pela situação de opressão específica das mulheres.

Ainda assim, levando em linha de conta as centenas de milhares de anos que constituem a história e a pré-história da

humanidade, vemo-nos obrigados a admitir que o aparecimento da sociedade patriarcal é relativamente recente, com alguns milhares, talvez algumas dezenas de milhares de anos. De facto, mais de noventa por cento da história da humanidade correspondem a um período em que a vida social se caracterizava por as mulheres desempenharem um papel dominante. O surgimento de uma situação em que a relação se inverteu, em que se passou de uma relação mais de domínio das mulheres para uma relação de domínio absoluto dos homens sobre as mulheres, deu-se num momento determinado, não derivando, evidentemente, nem de características físicas ou intelectuais diferentes entre homens e mulheres, nem de quaisquer elementos naturais, menos ainda de alguma determinação divina. Essa modificação impôs-se na história com a evolução da organização social, mais exactamente com a maneira de os seres humanos se associarem para produzirem os seus meios de subsistência.

O aparecimento de relações de domínio dos homens sobre as mulheres

Foi nessa evolução que apare-

ceram e se impuseram relações de domínio dos homens sobre as mulheres.

N’A *Origem da Família, da Propriedade e do Estado* — obra quiçá um pouco complexa, já que foi escrita há mais de século e meio —, Friedrich Engels, um dos fundadores do marxismo, demonstra que nem a família, nem a propriedade privada, nem o Estado existiram desde sempre, mas que o seu aparecimento na história da humanidade vinculou estas três categorias umas às outras.

Durante centenas de milhares de anos, os seres humanos viveram em comunidades elementares, necessárias para conseguir dominar colectivamente a natureza e dela tirar meios de subsistência. Engels chama “*economia doméstica primitiva*” ou “*economia doméstica comunista*” à economia dessas sociedades primitivas em que grupos de homens e mulheres viviam em comum, baseados numa divisão de trabalho bastante rudimentar: as mulheres, encarregadas do lar, da casa, no sentido mais lato do termo; os homens, encarregados da procura de meios de subsistência pela caça e pela pesca e de levá-los para a casa comum.

>>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> Característico desta sociedade era que as mulheres, particularmente as mães, nela desempenhavam o papel dominante. Sendo a casa o centro de toda a actividade social, ela era regida pela mãe ou grupo de mães. Os homens estavam encarregados de ir buscar meios de subsistência ao exterior, mas eram as mulheres que regiam a comunidade. Ao ponto, até, de o direito de filiação ser um direito materno: as crianças eram reconhecidas como filhas da respectiva mãe, única certeza que, na época, se pudesse ter (aliás como ainda hoje, conquanto, civilmente, as coisas sejam diferentes). Nessa relação, um homem que não fizesse o seu trabalho, que fosse, por exemplo, preguiçoso e não levasse para casa produtos da pesca ou da caça em quantidade aceitável, podia ser expulso da comunidade pelas mulheres, tendo que encontrar

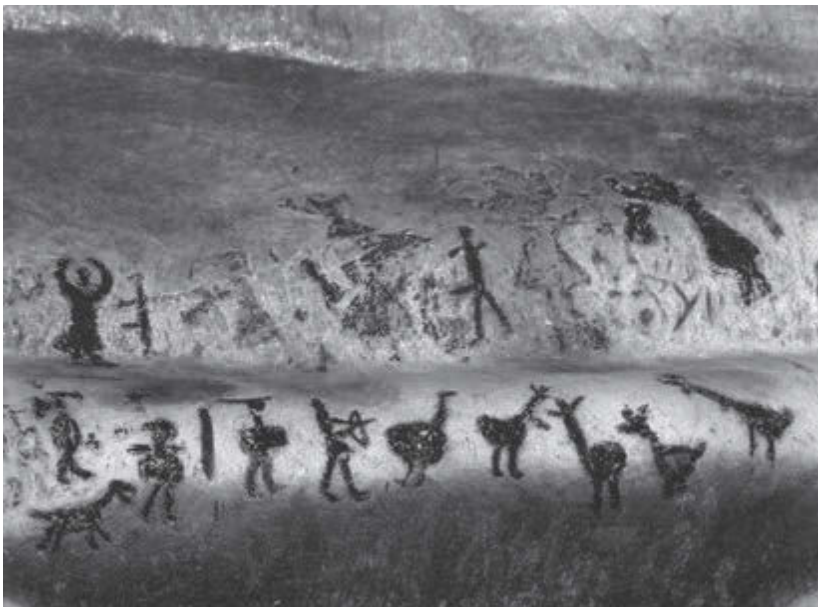
os sexos: o homem fazia a guerra, ia à caça, à pesca, colhia a matéria-prima da alimentação; a mulher tratava da casa, preparava a comida, as roupas. Cada um, diz Engels — e é importante compreendê-lo e evitar decalcar esquemas actuais por cima da situação antiga —, era senhor do seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um, proprietário dos instrumentos que fabrica e usa. O homem, proprietário das suas armas, dos utensílios de caça e pesca, a mulher, dos objectos domésticos. A economia doméstica é comum a várias famílias, sendo propriedade comum tudo o que se usa em comum: casa, horta, piroga...

A mulher domina a casa durante todo este período, comprova-o todo o conhecimento, ainda rudimentar, de que dispomos sobre as sociedades primitivas.

as comunidades primitivas já não tem que ver unicamente com o aleatório (a caça, a pesca...), mas começam a aparecer formas de economia diferentes, mormente uma etapa muito importante: a domesticação dos animais. A domesticação dos animais e, seguidamente, a criação e cultura dos animais para alimentação tem por consequência os grupos humanos começarem a ser capazes de produzir um pouco mais do que o que consomem quotidianamente, de produzir, portanto, um sobreproduto social que excede o que se pode consumir (estou a resumir em alguns minutos dezenas de milhares de anos, é um atalho). Este sobreproduto irá ser a fonte de uma riqueza suplementar. E quem diz riqueza suplementar diz modificação das relações sociais, pois se suscita a questão de saber a quem hão-de pertencer tais riquezas.

Num primeiro momento, as riquezas serão colectivas. No entanto, desde que há um sobreproduto social, surge, evidentemente, a tentação, para aquele que está na origem desse sobreproduto, de se declarar seu proprietário. Sendo a fonte desse sobreproduto social exterior à casa, sendo ele produto da actividade de quem antes ia à caça e à pesca e, hoje, organiza a criação dos animais, a vigilância dos rebanhos e a cultura que há-de alimentar os rebanhos, essa riqueza nova, suplementar, que é uma primeira base de acumulação, irá pertencer ao que a produz, ao homem, portanto.

Esta modificação irá produzir gradualmente consequências que irão modificar e inverter as relações entre homens e mulheres na comunidade primitiva. Até então, era difícil falar de riqueza. Riqueza significava alguma jóia, algum utensílio de cozinha, alguma arma, algum utensílio extremamente rudimentar. Porém, desde que passa a haver rebanhos, organiza-se uma actividade. Vai ser preciso, aliás, encontrar rapida-



Pinturas rupestres nas paredes da gruta de Magura (Bulgária), datadas do Mesolítico e do Neolítico, com cenas da vida quotidiana da sociedade primitiva.

outra tribo, outro grupo social a que se associar. Não era o homem que fazia a lei, ele tinha que aparecer com um contributo necessário e suficiente para justificar o seu lugar na comunidade.

A primeira divisão de trabalho que apareceu foi, portanto, entre

A grande mudança: o aparecimento de um sobreproduto social

Quando se deu a mudança? A modificação ocorre quando os progressos científicos e técnicos atingem um ponto em que a procura de meios de sustento para

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO ●

mente gente para vigiar os rebanhos, pois a comunidade terá dificuldade em fazê-lo por si só. É nesse período que aparece a escravatura.

Até essa altura, quando, nas guerras entre tribos, se faziam prisioneiros, estes ou eram assimilados, ou eram comidos (conforme o momento). Se fossem mulheres, eram eventualmente incorporadas na comunidade das mulheres. Contudo, logo que se desenvolve esta nova forma de economia — a posse de rebanhos que é preciso vigiar, a posse de campos que é preciso cultivar para produzir — torna-se necessária mão d'obra, uma força de trabalho de que se seja proprietário. Aparece e generaliza-se a escravatura.

A origem da família



Capa da edição original d'A Origem da Família, da Propriedade e do Estado (1884) de Friedrich Engels.

Nestas condições, no próprio contexto da economia doméstica comunista, sendo o homem o proprietário desta nova fonte de sustento, ele torna-se igualmente proprietário de tudo o que organiza a nova fonte de sustento. Isto reflecte-se no próprio vocabulário. A palavra *família* (que, nas nossas civilizações, tem uma conotação geralmente positiva) designa originalmente, conforme explica Engels (eu fui verificar a etimologia, e o que ele diz está correcto), o grupo de

escravos de que o homem é proprietário. Família vem da palavra latina *famulus*, que significa escravo. O ponto de partida da definição da família é o grupo de escravos de que o homem que tomou a cabeça desta nova economia, que deixou de ser simples economia de subsistência, passou a ser proprietário.

Os romanos irão depois integrar na família tudo o que pertence ao homem proprietário das riquezas, os escravos, mas, também, a mulher, os filhos, tudo o que lhe pertence propriamente em virtude da sua posição dominante. É nessa situação que surge a nova célula familiar a que os romanos irão dar particular importância, em que o chefe de família tem direito de vida e de morte sobre escravos, mulher e filhos. É o senhor incontestado desta produção colectiva de riqueza. É evidente que, em tais condições, a mulher perde o seu antigo estatuto e vai ficando cada vez mais subordinada ao homem.

É interessante relevar a forma jurídica que isto reveste: durante todo o período anterior, a herança seguia o direito materno. Quando um homem morria, os seus bens não podiam ir para os seus filhos, uma vez que não se sabia exactamente quem era o pai desses filhos. Eles transmitiam-se, pois, por linha materna: aos irmãos e irmãs, visto que estes provinham da mesma mãe que ele, ou aos filhos dos seus irmãos e irmãs. Era, em todo o caso, uma época em que pouco havia que transmitir por herança.

Desde que começa a haver esta acumulação de riqueza exteriormente à célula familiar, e sendo o homem seu proprietário, irá dar-se uma modificação do direito de herança. Engels diz que a inversão da ordem de sucessão, a passagem, portanto, da linha materna para a linha paterna, constitui “*uma revolução, uma das mais radicais que a humanidade alguma vez conheceu*”. Ao dizer “*revolução*”, Engels não quer dizer que tenha sido algo de positivo, mas sim uma das mais fundamentais

transformações da ordem social: passa-se ao direito paterno. Engels dá a seguinte fórmula: “*O derrube do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino*.” Esta inversão do direito de herança consagra, por assim dizer, a inversão da relação entre homens e mulheres na economia doméstica. A mulher vê a sua situação social degradar-se. Ela, que era o elemento dominante da comunidade doméstica, passa a ser, cada vez mais, um elemento servilizado, escrava do prazer do homem, cada vez mais considerada como simples instrumento de reprodução e manutenção do lar. Essa é a análise de Engels.

É, aliás, neste quadro que a família monogâmica se impõe, relacionada com a necessidade de transmitir a herança: no quadro da família monogâmica, todos os filhos passam a ser filhos do chefe de família, do marido. Esta realidade é, desde sempre, muito relativa. O Código Napoleónico resolveu, porém, a questão do seguinte modo, no seu artigo 302º: aconteça o que acontecer e sejam quais forem as circunstâncias, criança que nasça na família é filha do pai. Nessa altura, o ADN não era conhecido, o que poupava perguntas. Isto importava não por razões de moral abstracta, mas para assegurar que a transmissão da herança se fazia nos termos deste quadro jurídico e de nenhum outro.

O aparecimento do sobreproduto social, deste excedente de riqueza, e a sua apropriação por quem o produz, o homem, é o que explica, e nada mais, as formas que a família tomou quando apareceu e nos foi legada através dos séculos. O casamento conjugal, nos termos em que se constituiu através da história da humanidade, não é, por conseguinte, em primeiro lugar, uma história de amor e de relação de igualdade entre dois seres (talvez o venha a ser definitivamente, e poderá fazer-se votos para que o seja, nas relações livres numa humanidade liberta), começando por ser, isso sim, uma questão de relações de

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> domínio social associadas à propriedade e à concentração de riqueza.

Assim, Marx e Engels escrevem já em 1846: “*A primeira divisão do trabalho é a divisão entre homem e mulher na procriação.*” Elucidando Engels: “*Posso agora acrescentar que a primeira oposição de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento conjugal e a primeira opressão de classe com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino.*”

A opressão económica, base da desigualdade de direitos, não o inverso

Compreenda-se, portanto, que a desigualdade de direitos entre homens e mulheres não é causa da opressão económica, mas o contrário: a opressão económica é que está na base daquela desigualdade de direitos. Na antiga economia doméstica, o facto de as mulheres tratarem colectivamente da manutenção do lar não as colocava em situação inferior na divisão do trabalho que se traduzia em os homens irem procurar os produtos necessários à subsistência. Na família patriarcal, porém, em que as funções “nobres” incumbem ao homem, que cria os rebanhos, cultiva os campos e, mais tarde, trabalhará na indústria, os cuidados domésticos correspondem a um serviço privado prestado pela mulher ao homem numa relação de escravatura doméstica, visto que a mulher está afastada da produção da riqueza e, naturalmente, da sua apropriação. Foi isto que perdurou pelos séculos fora, inclusive na época do capitalismo.

É claro, diz Engels, que, na época do capitalismo, as mulheres podem participar na produção. Ao constituir-se o proletariado, no século XIX, as mulheres serão integradas na produção, às vezes à força, integrar-se-ão na classe operária, numa relação, porém, em que lhes incumbe, se as circunstâncias assim o permitirem, já integrar-se na produção de riqueza, já assumir na íntegra aquilo que se

denomina de “deveres familiares”, ficando elas, deste modo, sujeitas, à uma, à exploração capitalista e à exploração doméstica.

“Escravidão doméstica, confessada ou velada, da mulher”

Diz Engels: “*A família conjugal moderna assenta na escravatura doméstica, confessada ou velada, da mulher.*” E sai-se com esta fórmula: “*Na família, o homem é o burguês e a mulher tem o papel do proletariado.*” Isto é verdadeiro mesmo na família operária. Ocorre então falar de dupla opressão ou dupla exploração da mulher. Num texto, Lenine fala inclusive da tripla alienação das mulheres. Uma realidade que não é redutível à classe burguesa e se aplica igualmente na classe operária. É o que leva Engels a dizer que um dia virá em que as relações entre homens e mulheres serão libertadas de toda a forma de opressão e domínio. A condição, à partida, é o “*próprio sistema de exploração, portanto o sistema capitalista, [ser] eradicado e se [poder] arrancar pela raiz todas as relações de exploração e opressão.*”

Bastará acabar com a exploração capitalista para desaparecer por via de consequência todas as relações de opressão e de exploração das mulheres pelos homens? É muito mais complexo. É condição necessária, mas de certeza que não suficiente. Eis porque todas as lutas pela igualdade de direitos e contra a opressão têm lugar na luta geral pela emancipação da humanidade.

Acabar com a opressão das mulheres e com a dupla exploração é matéria do interesse primeiro das mulheres, mas é importante que os homens considerem que também é do seu interesse. Na época em que o povo irlandês se sublevava contra a opressão colonial britânica, nos anos cinquenta e sessenta do século XIX, Marx e Engels, partidários convictos da independência da Irlanda, tinham escrito abundantemente sobre o assunto. Dirigindo-se aos trabalhadores ingleses, Engels

saiu-se com esta frase, que ficou célebre: “*Um povo que oprime outro povo não pode ser um povo livre.*” Verdade, também, para a parte masculina da classe operária. Um sexo que oprime outro sexo não pode ser um sexo livre, e a emancipação integral da classe operária, de todas as suas componentes, incluindo a sua componente masculina, exige, por conseguinte, levar ao seu termo a luta pela emancipação das mulheres.

Isabelle Boudid: Disse-se que a opressão das mulheres hoje se prendia com a exploração capitalista. Gostaria de dar alguns elementos da exploração das mulheres na fase ascendente do capitalismo. A revolução industrial desenvolveu-se no século XIX. Aconteceu o surto das máquinas-ferramentas, que não requeriam habilitações, competências ou força física. O seu corolário foi o recrutamento em massa das camadas vulneráveis do proletariado, as mulheres e crianças. As condições de trabalho e de exploração das mulheres antes de 1914 são tremendas.

Em 1867, um relatório de um médico sobre as condições de trabalho das mecânicas parisienses explica que “*o trabalho de 10 a 12 horas a que as operárias são sujeitas torna a maior parte delas histéricas (...). Dois anos de trabalho chegam, nestas condições, para destruir a saúde e a beleza de uma moça.*”

Quanto à opressão, numa situação em que reina a ordem moral, em que as mulheres são levadas do campo para trabalhar na cidade e amiúde obrigadas a dormir em dormitórios instalados por cima das oficinas por não poderem pagar um alojamento nem voltar para casa e porque, assim, os patrões as têm “à mão de semear”, rezava assim o regulamento interno de um destes dormitórios, de uma fiação nas Cevenas, em 1904: “*As fiandeiras devem obediência e submissão às pessoas encarregadas de vigiá-las tanto em casa como na fiação.*”

É absolutamente proibido ir à

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

cidade, seja qual for a razão. Quem for à cidade sem autorização prévia do Senhor Director será dispensada.

Operárias que chamem a atenção por conduta ou comportamento pouco convenientes serão despedidas.

As operárias devem assistir ao serviço religioso aos Domingos e feriados.

Infracções ao novo regulamento serão severamente reprimidas e passíveis de multa, corveia suplementar ou expulsão.”

A realidade da desigualdade salarial

Gostaria igualmente de dar alguns números em matéria de salários e de desigualdade salarial entre homens e mulheres. O das mulheres representa amiúde dois terços, ou mesmo metade, do dos homens. Em Paris, por exemplo, o salário médio diário de um homem é, em 1870, de 4,74 francos; o das mulheres, de 2,14 francos. Em Fourmies, no Norte, pelo mesmo trabalho, os tecelões ganham 4 francos, as tecelãs, 1 franco. Em Lyon, as ovalistas (trabalhadores da seda) ganham 1,40 francos à jornada, por 12 horas de trabalho; 1,40 francos é o preço de três quilos de pão. Em Finisterra, as sardinheiras são pagas à peça e, para sobreviver, são por vezes obrigadas a trabalhar 18 horas por dia. Ganham, conforme o caso, entre 3 e 12 francos, sabendo que o quilo de pão custa 1,25 francos e o quilo de manteiga, 15 francos.

Podiam-se multiplicar exemplos, mas estes já são elucidativos.



Fábrica têxtil em Calais (Norte da França) em 1910.

Tais condições de sobre-exploração, tais condições miseráveis de existência irão levar as mulheres à revolta e à organização, fazendo-o elas no contexto da luta global do proletariado.

Gostava de focar alguns movimentos de mulheres no século XIX. Em 1869, as ovalistas de Lyon começaram uma greve, que durará quase dois meses, pelo aumento dos salários e pela diminuição da jornada de trabalho. É o início da organização. Há assembleias gerais, as ovalistas elegem uma comissão de greve, um secretariado encarregado de recolher doações para as grevistas e, coligando-se com o movimento operário à escala internacional, recebem a quantia de 1.590 francos da 1ª Internacional, manifestação concreta, em numérico, da solidariedade internacional dos trabalhadores. No dia 11 de Julho, decidem, 1.000 em assembleia geral, aderir à secção de Lyon da 1ª Internacional. É a passagem da revolta à consciência de pertencerem à classe operária, à classe dos explorados.

O facto marcante pelo qual as mulheres vão irromper na cena política e organizar o combate até ao fim é a Comuna de Paris, em 1871. Participam em igualdade, do princípio ao fim, na luta da Comuna e na sua organização.

Os prussianos sitiavam Paris. Em 17 de Março, Adolphe Thiers pede ao povo de Paris que entregue as armas e se submeta ao exército prussiano. As mulheres sobem à primeira linha para defender as armas armazenadas em Montmartre, Belleville, etc., armas que tinham sido pagas por subscrição dos parisienses. Explica Lissagaray na sua *Histoire de la Commune de Paris*: “As mulheres foram as primeiras a sair, como nas jornadas da revolução. As do 18 de Março de

1871 (...) não esperaram pelos seus homens e puseram-se à volta das metralhadoras, interpondo os artilheiros.”

A Comuna de Paris (1871) e as mulheres



O apelo “às operárias” da Comuna de Paris (18 de Maio de 1871).

Alguns dias mais tarde, a Comuna é proclamada. Ela toma de imediato medidas de urgência e de salvaguarda do povo trabalhador. Das primeiras medidas, há algumas que dizem directa ou indirectamente respeito às mulheres: moratória sobre as dívidas de rendas; instrução pública e direito à instrução das raparigas; reconhecimento dos filhos ilegítimos; igualdade de tratamento de professores e professoras primários; pagamento de uma pensão às mulheres de guardas nacionais mortos em combate, casadas ou não; proibição do trabalho nocturno nas padarias; direito ao divórcio; possibilidade de a mulher obter uma pensão alimentar em caso de separação de corpos, etc.

As mulheres organizam-se. Fundam a União das Mulheres pela Defesa de Paris e pela Assistência aos Feridos, com a militante russa Elisabeth Dmitrieff, e organizam a Comuna. A sua participação é determinante: comités de vigilância, cantinas,

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> protecção da população civil, assistência aos feridos, ajuda à exploração das oficinas abandonadas pelos patrões que haviam fugido durante o cerco de Paris.

Igualmente determinante foi, porém, a participação das mulheres na defesa da Comuna quando os versalheses entram em Paris. Estava em jogo a sobrevivência da Comuna, daquilo a que Marx chamou o primeiro governo da classe operária, e as mulheres não hesitaram em defendê-la nas barricadas e nos combates de rua. Sabeis quem é Louise Michel, mas houve milhares de outras.

Cumpriria evocar as greves que se deram no início do século, nomeadamente nos Estados Unidos, de novo na indústria têxtil.

A luta contra a opressão e a exploração das mulheres conjugava-se também com a luta pelos seus direitos democráticos e, nomeadamente, pelo direito de voto. Vocês conhecem com certeza a luta das sufragistas na Grã-Bretanha, desde 1903, a qual, ao fim de quinze anos de luta, deu, em 1918, o direito de voto às mulheres de mais de 30 anos.

A marxista alemã Clara Zetkin explicava em 1889, no congresso de fundação da IIª Internacional: *“Direito de voto sem liberdade económica não passa de um cheque sem cobertura. Se a emancipação social dependesse dos direitos políticos, não existiria questão social nos países onde foi instituído o sufrágio universal. A emancipação da mulher, como a de todo o género humano, só se tornará realidade no dia em que o trabalho se emancipar do capital.”*

Gostaria ainda de citar uma resolução do Congresso Operário Internacional de Paris (Julho de 1889) no que concerne às reivindicações das mulheres: *“Fixação da jornada de trabalho máxima em oito horas para os operários jovens. Proibição do trabalho de crianças de idade inferior a 14 anos e redução da jornada de trabalho a*

seis horas para ambos os sexos. Proibição do trabalho nocturno, salvo em alguns sectores industriais cuja natureza exige funcionamento ininterrupto. Proibição do trabalho das mulheres em todos os sectores industriais em que a produção é particularmente prejudicial aos organismos femininos. Proibição do trabalho nocturno das mulheres e dos jovens de menos de 18 anos. Folga semanal mínima de trinta e seis horas consecutivas para todos os trabalhadores.”

Na origem do 8 de Março

Gostaria também de evocar a organização das mulheres nas conferências internacionais das mulheres socialistas, a primeira das quais em 1907, mas, sobretudo, a segunda, a de Agosto de 1910, em Copenhaga, onde se discutirá como batalhar concretamente para conseguir o direito de voto. Por proposta de Clara Zetkin, decidir-se-á uma jornada internacional das mulheres pelo direito de voto, fixada para o dia 8 de Março de 1912.

Não tenho tempo para elaborar sobre o lugar das mulheres na luta contra a guerra, a guerra imperialista, a carnificina de 1914-18. Uma das figuras dessa luta foi, evidentemente, Rosa Luxemburgo. Vou acabar, falando, uma vez mais, no lugar das mulheres naquilo que virá a ser, igualmente, uma revolução. Em 1871, foram as mulheres as primeiras a sair, mas, em 1917, também foram as mulheres as primeiras a sair, no dia 23 de Fevereiro, contra o parecer dos dirigentes bolcheviques masculinos, que achavam que o momento não era propício à revolução. Foram as primeiras a sair porque havia guerra, porque estavam fartas das filas de espera à frente das padarias. Na sua *História da Revolução Russa*, Trotsky conta que *“A revolução de Fevereiro foi deflagrada pelos elementos da base, que superaram a oposição das suas próprias organizações revolucionárias, tendo a iniciativa sido espontaneamente tomada por um contingente do proletariado*

ainda mais explorado e oprimido do que todos os outros, as trabalhadoras do têxtil.”

Christel Keiser: Antes de falar do lugar das mulheres na revolução russa, convém focar a situação em que foram colocadas nas décadas que a precederam. A situação das mulheres trabalhadoras na década de 1910 na Rússia é particularmente insuportável. O que não quer dizer que elas não estivessem já organizadas para lutar contra essa situação e para melhorá-la.

Não tenho tempo para desenvolver o lugar que elas vieram a ter na revolução de 1905 e na de Fevereiro de 1917. A atitude delas não é secundária.

Alexandra Kollontai, militante comunista russa que desempenhou um papel muito importante na revolução russa e no governo operário em 1917, dizia, em 1906, que as mulheres tinham começado a organizar-se, mas que era necessário distinguir as mulheres da aristocracia, se bem que não houvesse razão para repudiar o que elas haviam feito: *“Para as feministas aristocratas, a questão das mulheres é uma questão de direito e de justiça. Para as mulheres proletárias, a questão das mulheres é, em primeiro lugar, a questão do pedaço de pão para comer.”* Vinco este ponto no intuito de definir a relação de classe como a relação em que há que travar a luta pela emancipação das mulheres.

Mencionou-se a Comuna de Paris de 1871. Ao preparar esta reunião, debatemos este ponto. Uma das camaradas achava que a Comuna de Paris tinha trazido muito mais às mulheres do que a revolução de 1917 na Rússia. Só que é preciso ter bem presente que a Rússia de 1917 era um país extremamente atrasado. É nesse contexto que as mulheres conseguirão uma série de coisas.

Nunca um regime fez tanto pelas mulheres. Em 1918, Lenine diz que *“Em parte alguma do mundo a igualdade e a liberdade das mulheres trabalhadoras encontrou realização tão comple-*

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO ●

ta.” O patriarca da Igreja Ortodoxa dirá: “*Uma obra satânica da escuma do género humano.*”

A oposição entre as duas proposições mostra o que, num plano de conjunto, se fez pelas mulheres. Houve medidas de carácter genérico como a supressão das classes sociais, a anulação dos empréstimos, a nacionalização da banca, a separação da Igreja e do Estado, a separação da Igreja e da escola, etc., consumadas logo em finais de 1917, e houve medidas que iam no sentido da emancipação das mulheres.

A obra da revolução de Outubro de 1917



Alexandra Kollontai.

Criou-se uma rede de creches e de jardins de infância para responder às necessidades e permitir às mulheres não continuarem a fazer apenas aquilo que até então faziam. Criam-se igualmente refeitórios públicos. Pode-se ir comer a uma cantina pública sem ser necessariamente a mulher a cozinhar. Instaura-se a não ingerência do Estado nas relações sexuais entre indivíduos, a não ser em caso de violência; suprimem-se as penas de prisão para os homossexuais. Em 1920, poucos anos depois do início da revolução, despenaliza-se o aborto. Instaura-se a igualdade salarial, regulamentase a duração do trabalho em geral e, em particular, das mulheres e crianças. Deixa de haver trabalho nocturno das mulheres

e, para mulheres e crianças, horas extraordinárias.

Instaura-se o casamento civil, o nome que se usa passa a ser quer o da mulher, quer o do homem, quer ambos. Instaura-se o direito ao divórcio por consentimento mútuo ou a pedido do homem ou da mulher. Cria-se uma secção de protecção da maternidade e da primeira infância no comissariado da Assistência Social e instaura-se o direito de voto. E estas são apenas as primeiras medidas.

São, no entanto, decretos, cuja aplicação fica por fazer. Estamos num país atrasado em que campeia a fome, há guerra, há desacordos políticos internos no governo, nomeadamente quanto à questão da assinatura da paz com a Alemanha e a Áustria-Hungria. Em suma, dificuldades em pôr em prática na íntegra as medidas votadas.

Por exemplo, a liberdade de casamento é aceite na cidade, mas, no campo, a coisa é mais complicada. Durante a revolução predominam os casamentos religiosos. Trotsky dirá: “*A mulher continua sujeita à família*” apesar dos decretos adoptados.

Na sua obra *Les Femmes dans la révolution russe* (*As Mulheres na Revolução Russa*), Jean-Jacques Marie explica que, quando das eleições para a Assembleia Constituinte, em aldeias de várias regiões, os camponeses proibem as mulheres de entrarem nas secções de voto. O direito de voto das mulheres foi instaurado, foi votado, mas elas ficam proibidas de entrar nas secções de voto. Lenine caracteriza deste modo a situação das mulheres naquele momento: “*A mulher continua a ser escrava doméstica apesar de todas as leis libertadoras, pois a pequena economia doméstica abafa-a, asfixia-a, bestializa-a, humilha-a, amarrando-a à cozinha, ao quarto das crianças, obrigando-a a despender as suas forças em tarefas terrivelmente improdutivas, mesquinhas, enervantes, embrutecedoras, deprimentes.*”

Ainda assim, acrescenta

Trotsky na *Revolução Traída*, “*houve uma coisa que a revolução não pôde: fazer da mulher um ser idêntico ao homem.*” Explica Trotsky: “*É impossível partilhar igualmente os encargos da gravidez, do parto, do aleitamento e da educação dos filhos.*” Destaca, porém, as estruturas criadas: “*A revolução tentou destruir o antigo lar familiar em que a mulher está condenada aos trabalhos forçados desde a infância até a morte*” e o facto de a revolução ter posto no lugar da família uma rede de serviços sociais. Além de que há medidas excepcionais. “*A família, considerada como pequena empresa fechada, devia, no espírito dos revolucionários, ser substituída por um sistema acabado de serviços sociais: maternidades, creches, jardins de infância, restaurantes, lavandarias, dispensários, hospitais, sanatórios, organizações desportivas, cinemas, teatros.*” Era um programa que merecia ser levado à prática.

As mulheres começaram por se mostrar desconfiadas de todas estas estruturas. Havia hábitos adquiridos, preconceitos. Preferia-se guardar as crianças em casa em vez de metê-las na creche; que a lavandaria não lava lá muito bem e que os restaurantes não prestam. Porém, a pouco e pouco, elas irão encontrar-lhes muitas vantagens e começarão a usar muito amplamente aquelas estruturas.

Outra coisa que a revolução não resolveu foi a questão dos preconceitos.

Daniel Gluckstein: Algo que é pouco conhecido, mas que eu acho muito significativo não só dos problemas com que a revolução russa se deparou, mas dos problemas com que qualquer revolução operária necessariamente se depara e deparará, é o desfazamento entre a revolução das estruturas sociais e a revolução das mentalidades.

Dizem os marxistas que a consciência vai a reboque da existência. Sobretudo quando há uma revolução, pois a revolução

>>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> dá rapidamente a volta à existência, e as consciências demoram muito a mudar. Podem demorar várias gerações. A revolução russa debateu-se com isso, mormente quanto ao lugar das mulheres e das relações entre homens e mulheres.

Em 1923, o país está exangue. O povo tem fome. Mantém-se a ameaça de intervenção estrangeira. Não obstante, usando da palavra em ocasiões diferentes, Lenine e Trotsky dizem: estamos muito preocupados com todas essas intervenções militares estrangeiras, mas, tirando isso, a prioridade, para nós, é a militância cultural. Para conseguir içar-se a um nível cultural superior, a classe operária precisa de reflectir no seu modo de vida.

“Instaurar a igualdade efectiva... exige esforços imensos para revolucionar todo o nosso modo de vida” (Trotsky)

Em 1923, nesta particularmente caótica situação mundial e russa, com intervenções militares, guerra, choques, Trotsky irá, por mandato do partido, animar várias conferências em que participam homens e mulheres, militantes operários, delegados implantados nas fábricas, conferências essas dedicadas às questões de modo de vida: casamento, relações entre homens e mulheres, educação dos filhos, mas também alcoolismo, prostituição... Há horas de discussão, perguntas; homens e mulheres respondem-lhes, dizendo coisas contraditórias. Tudo isso será publicado n’*As questões do Modo de Vida*. Parece desproporcionado, no caos geral da revolução. Ora, não havendo um trabalho da classe operária em geral e da sua vanguarda em particular de reflexão sobre as modificações a fazer aos seus próprios hábitos de vida, as coisas não acontecerão sozinhas.

Trotsky escreve o seguinte na apresentação deste livro: “*O mais simples é tomar o poder, o mais complicado vem depois. Instaurar a igualdade política*

da mulher e do homem no Estado soviético é problema simplicíssimo. Instaurar a igualdade económica do trabalhador e da trabalhadora na fábrica, na oficina, no sindicato, já é muito mais difícil. Mas instaurar a igualdade efectiva do homem e da mulher na família, isso, já é uma coisa incomparavelmente mais complicada, que requer esforços insanos para revolucionar todo o nosso modo de vida.”

As formas são surpreendentes. Um passo intitula-se: “É preciso lutar por uma linguagem cuidada”. Os operários e camponeses russos usam muito expressões grosseiras de toda a espécie. Trotsky cita o regulamento de uma fábrica, adoptado pelos trabalhadores, proibindo o uso de asneiras. Regulamento muito severo, que diz assim: agora, acabou. Estamos a passar a uma sociedade evoluída, temos que ser capazes de nos exprimirmos de maneira evoluída. Diz Trotsky: “*Espera-se dos operários, dos comunistas, que apoiem esta iniciativa. Pode-se dizer que, regra geral — havendo, evidentemente, excepções — as grosserias caem em cima da mulher e das crianças, não apenas entre as massas atrasadas, mas também, muitas vezes, entre a vanguarda e por vezes entre os “responsáveis”.*”

Podem parecer minudências, mas nelas se concentram efectivamente muitas sequelas da velha sociedade. Na discussão entre os delegados, surge uma pergunta: trouxe a revolução alterações à vida de família? Poderíamos dizer: no dia em que a classe operária tomar o poder, todos os problemas e injustiças da sociedade, a opressão das mulheres, o racismo, desaparecerão de um dia para o outro. É mais complicado do que isso, considerando a experiência vivida de uma

revolução viva.

As “questões de modo de vida”

Por exemplo, na discussão, à pergunta se “*vocês notaram uma revolução na vida de família?*”, um dos homens diz: “*Sim, vemos uma revolução, olhamos com mais simplicidade para a vida de família, mas no fundo não mudou nada. A família não foi aliviada das suas preocupações quotidianas, vê-se que continua a haver lá uma pessoa que domina as outras.*” Outro: “*A revolução trouxe uma grande mudança à vida familiar e quotidiana do operário. Principalmente se marido e mulher trabalham, esta acha-se materialmente independente e com os mesmos direitos do marido. Por outro lado, vê-se desaparecerem os preconceitos que fazem do marido o chefe da família. Há um desejo de independência grande, uma vez as bases materiais de existência garantidas.*”

Também há quem tenha um ponto de vista mais em meias-tintas. Este vê assim os progressos da revolução: “*A revolução trouxe transformações da vida familiar, no sentido de que os maridos passaram a beber menos e bater menos nas mulhe-*



Cartaz soviético da campanha de alfabetização: “Mulher! Aprende a ler e a escrever! Ó, mãezinha, se soubesses ler e escrever, ajudavas-me!”.

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO ●

res e filhos.” Conclui-se que ainda há caminho pela frente, mas este homem vê um pequeno progresso em relação à situação anterior. A realidade é mais complexa, mais prosaica.

Há um que diz isto: “*Não se fala destes problemas em lado nenhum, como se se quisesse evitá-los. Eu, por mim, até agora nunca reflecti no assunto. São problemas novos. E têm a máxima importância.*”

Há quem veja o problema de maneira diferente: “*É verdade que a revolução trouxe novidades à vida familiar do operário, mas o que é novo não é necessariamente positivo. Abataram-se sobre a família ruína, penúria e fome, obrigando-a a aguentar-se e a economizar. Foi principalmente a mulher que padeceu estas dificuldades. A situação da mulher deteriorou-se.*”

Ou desta maneira: “*Raramente se suscitam discussões sobre estas questões. Ora, elas tocam-nos a todos de muito perto. Eu acho que as evitamos para não nos aborrecermos. Toda a gente percebe que a única maneira de resolver isto é o governo encarregar-se completamente da educação dos filhos dos operários sem os separar dos pais, libertando a mulher da cozinha. É raro os comunistas falarem do tal futuro magnífico, e é isso que lhes permite adiar esta discussão espinhosa para depois. Os operários sabem que, na família de um comunista, este problema ainda é mais doloroso do que na deles. Se o marido está no partido, isso implica que ele não faz o mínimo esforço para ajudar a família, não tem tempo, está completamente absorvido pelo trabalho, por interesses superiores, e é a mulher que tem de penar como uma besta de carga e ainda por cima levar com ralhetes por não se comportar como uma comunista e estar a estragar o prestígio do marido.*” Juízo severo, mas certo.

“Em princípio, toda a gente concorda em reconhecer a igualdade da mulher...”

Outro ainda: “*O problema da igualdade da mulher e do homem é um problema com actualidade, mas há opiniões muito variadas. Em princípio, toda a gente concorda em reconhecer a igualdade da mulher...*” Só que há a família, a cozinha, a lida da casa...

Outro: “*Não há dúvida que a revolução trouxe transformações na maneira de olhar a família e até a libertação da mulher. O homem está habituado a considerar-se chefe de família, a mulher trata dos filhos, da louça, de lavar. Ele arranja tempo para assistir às assembleias, às conferências, para ler jornais. E claro, lá vai ele explicar à mulher como é preciso fazer, como é que se deve educar as crianças, lavar roupa, preparar refeições, abrir a janela, qual há-de ser o comportamento certo com a família e os filhos dos camaradas que aparecem. Acaba em discussão. Pela sua parte, a mulher manifesta o desejo de ser mais livre, de entregar as crianças nalgum sítio, de ter mais a companhia do marido, e lá vêm as cenas de casal, escândalos múltiplos e, logo, divórcios, novos casamentos, etc.*”

Há outros que dizem: “*Quando é suficientemente forte ou então quando a situação lho permite, a mulher mostra que é partidária activa e obstinada das novas ideias e relações. Ao passo que a situação do homem, enquanto marido e pai, é absolutamente desvantajosa. Conhecem-se casos em que mulheres comunistas tiveram de abandonar o partido porque o marido lhes exigia que voltassem para trabalhar em casa e na cozinha e tratar do esposo. O pai raciocina segundo critérios antigos. Não bater nas crianças quer dizer largar as rédeas. Por isso, bate-se nos miúdos, considerando que é um método de educação com provas dadas e eficaz.*”

E ainda outro: “*Vê-se o dese-*

jo das mulheres de se libertarem. Elas criticam o marido porque outras mulheres põem os filhos na creche ou no jardim infantil e ficam com mais liberdade, ao passo que elas são obrigadas a guardar os filhos. Existe, assim, entre as mulheres um grande desejo de liberdade.”

Outro ainda: “*É preciso admitir que o modo de vida não tomou nenhuma forma especial. Nada mudou, ficou tudo na mesma. Só se consegue saber alguma coisa nas discussões na fábrica ou no comité de fábrica. Por exemplo, quando há alguém que se vem queixar, quando há uma mulher que vem dizer que o marido lhe bateu.*” No resto da sociedade, isso continua oculto.

Outro: “*Se analisarmos a vida dos comunistas, vemos que a verdade é que é a mulher que fica em casa, enquanto o marido comunista anda pelas assembleias. As mulheres dos comunistas estão muito pouco integradas na actividade social. Quando se põe a questão do modo de vida operário, são as operárias quem mais mostra interesse. Falam das creches, dos restaurantes comunitários, etc. No entanto, há que dizer que, dadas as condições objectivas e subjectivas no seu conjunto, não temos feito grande coisa para transformar o modo de vida. Entre operários comunistas, acha-se muitas vezes que, quando o marido vai a uma reunião, a mulher há-de ficar em casa. Isso, às vezes, acaba em divórcio. O marido não deixa a mulher ir à reunião a que ela quer muito ir, e isso também acaba em divórcio. Numa assembleia de operários, disseram que, no nosso sector, houve dois casos em que o marido proibiu categoricamente a mulher de ir a uma reunião, e, em ambos os casos, isso deu em divórcio.*”

São as mulheres que mais sofrem com estas transformações. Não há creches nem jardins de infância. A mulher comunista também tem que lavar a roupa...

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> Há outro que diz: “*Antigamente, o marido considerava a mulher como escrava. É o ferrete da história. Hoje, apesar de tudo, já olha para ela de outra maneira. Antigamente, quando o marido bebia, acontecia que batesse na mulher uma, duas, três vezes por semana. Agora o vodka está proibido. Mas se se quiser tentar saber o que veio substituí-lo, é mais complicado. Hoje os maridos tentam arranjar aguardentes caseiras, mas batem menos na mulher e consideram-na como cidadã. Ela, aliás, também se considera cidadã e não deixa que lhe batam.*”

Não são casos avulsos. É a maneira complexa, viva, tortuosa e esquisita em que uma classe operária e um campesinato totalmente atrasados, económica, social e culturalmente, se debatem com as consequências do seu próprio movimento. É indubitavelmente o que há de mais paradoxal quando se considera as questões do modo de vida na história da revolução russa. Esta revolução, que foi a que mais medidas tomou de emancipação das mulheres, foi realizada em grande parte por operários e camponeses que batiam nas mulheres quando bebiam vodka. Também se pode dizer que a revolução, que concedeu a todas as minorias nacionais oprimidas direitos iguais e direitos culturais, era largamente composta por camponeses e operários que eram anti-minorias nacionais, anti-semitas, etc.

Há, pois, uma contradição entre o extraordinário movimento de libertação que a revolução tornou possível e a consciência que dela tinham aqueles que a levaram a cabo. Daí que Lenine e Trotsky fizessem questão em dizer: temos que pegar de caras esta questão do atraso cultural e trabalhar para mudar as estruturas sociais e mudar as mentalidades. É um esforço ambicioso, que foi quebrado em pleno voo pela burocracia estalinista, que pôs em xeque todos estes avanços.

É indispensável a classe operária tomar o poder e socializar

os meios de produção, revolucionar as estruturas sociais, mas isso talvez seja o mais fácil. Os verdadeiros problemas só nessa altura começam.

A burocracia estalinista põe em xeque, um por um, todos os direitos conquistados pelas mulheres

Christel Keiser: Sejam os preconceitos ou outra coisa, a burocracia estalinista suprimirá, pouco a pouco, um por um, todos os direitos adquiridos pelas mulheres nesta revolução, todas as medidas de emancipação. Para instaurar uma burocracia, é preciso quebrar todas as veleidades de espírito crítico e romper a alforria das camadas oprimidas, impedindo-as, mormente, de se organizarem.

Como irá a burocracia estalinista proceder? Primeiro, vai dar cabo da rede de secções de mulheres do partido. As secções constituíram-se em 1919, baseando-se nas comissões de agitação e propaganda, entre as mulheres, entre as operárias. As comissões foram criadas pelo congresso das operárias e camponesas de 1918. É uma autêntica rede no partido, organizada para defender os direitos das mulheres.

Em 1922, há 10 milhões de cartões nas secções de mulheres do partido, para 70 milhões de mulheres na Rússia. As mulheres estão, pois, organizadas numa base muito ampla. São eleitas por três meses, não são reelegíveis: é um sistema democrático, insuportável para a burocracia estalinista.

De 1923 em diante, começa a ofensiva. As mulheres que dirigiram a revolução e que são membros do governo saído da revolução ou morreram ou saíram. Alexandra Kollontai será enviada como embaixadora para a Noruega. Dá jeito a Staline: assim pode fazer coisas que talvez não pudesse ter feito em presença dela.

Outro aspecto é a NEP (Nova Política Económica). Restaura-se uma certa dose de capitalis-

mo. Os serviços sociais deixam de ter dinheiro, não se investe mais neles por não serem rentáveis. É bom haver creches, dispensários, refeitórios, lavandarias, etc., no papel, mas, não havendo dinheiro para eles funcionarem, as coisas complicam-se.

Trotsky diz o mesmo que dissera Marx oitenta anos antes: “*A verdadeira emancipação é impossível no terreno da miséria socializada.*” Trotsky diz que a verdadeira emancipação das mulheres é impossível nesse terreno de miséria socializada.

O regresso das mulheres às panelas e aos alguidares

Trotsky resume as consequências assim: as mulheres voltam para as panelas e para os alguidares. Mas as mulheres resistem, as secções não serão liquidadas de um dia para o outro. Dizem elas: uma vez que não conseguimos que venham consignas de cima, muito bem, então vamos nós construir a emancipação das mulheres a partir da base. Rapidamente serão acusadas de desvio feminista por Staline e compadres. Muitas secções irão desaparecer. A imprensa dirigida às mulheres desaparece, é uma batalha da burocracia estalinista que irá durar dez anos.

Em 1930, Staline liquida as últimas secções de mulheres, dando a seguinte justificação: “*Estando a emancipação das mulheres consumada, já não precisamos de organizações específicas de mulheres no Partido Comunista.*” No final dos anos vinte, há uma política de industrialização muito significativa, mas sem serviços sociais por falta de meios. As mulheres estão agora plenamente metidas na produção, já não estão só em casa. Sofrem a dupla opressão de que falávamos há pouco. Estão ao mesmo tempo em casa e são exploradas nas fábricas, com serviços sociais totalmente deficientes.

Trotsky dirá que as creches, na época, são maus asilos. Compreende-se que os pais não

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO ●



77. Моплевский А.

Если книг читать не будешь — скоро грамоту забудешь. 1925

Cartaz soviético pela alfabetização (1925): “Se não leres livros, vais-te esquecer depressa de saber ler e escrever” (a camponesa lê *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo* de John Reed.

queiram lá meter os filhos. Acrescenta que as lavandarias roubam e estragam a roupa mais do que a lavam, que os restaurantes comunitários são muito maus. É nesse contexto que a burocracia irá subir a parada no xeque à emancipação das mulheres.

Em 1934, é o atentado ao direito ao divórcio, com a instituição do novo Código da Família. Só filhos nascidos no casamento são reconhecidos como legítimos. Condena-se a união livre, e o divórcio é pago. Ora, as operárias dificilmente se podem dar ao luxo de pagar um divórcio.

Em 1935, é a vez do regresso da santidade da família. Não resisto a citar as *Izvestia* de Agosto de 1935: “As nossas mulheres, cidadãs a parte inteira do país mais livre do mundo, receberam da natureza o dom de serem mães. Possam elas guardá-lo ciosamente para trazer ao mundo heróis soviéticos.” Eis a doutrina estalinista, que devolve à família todo o seu lugar... As mulheres bem dispensariam fazer heróis soviéticos, nas condições

antes mencionadas.

Trotsky explica as razões por que se quer absolutamente voltar a sacralizar a família. “O motivo mais imperioso do actual culto da família é sem dúvida alguma a necessidade que a burocracia sente de uma hierarquia estável nas relações e de uma juventude disciplinada por 40 milhões de lares tornados esteios da autoridade e do poder.” É uma boa sùmula do objectivo da burocracia.

Nos anos quarenta, as mães terão direito a medalhas: medalha materna para quem tenha cinco ou seis filhos, medalha de glória da maternidade para mães de sete a nove filhos e medalha de mãe heróica a partir do décimo filho. Muitas são as mulheres que receberão estas medalhas, e não é por acaso: o aborto será proibido!

Solteiros e casais sem filhos são tributados. Nessa época, o parto põe a mulher em risco, por ter de dar à luz nas horríveis condições desta Rússia atrasada. Diz Trotsky n’A *Revolução Traída*: “O nascimento de uma criança é, para muitas mulheres, uma séria ameaça, e foi exactamente por essa razão que o poder revolucionário deu à mulher o direito ao aborto, um dos seus direitos civis, políticos e culturais essenciais enquanto se mantém a miséria e a opressão familiar, digam o que disserem os eunucos e velhas solteironas dos dois sexos.”

“O aborto que destrói a vida é inadmissível” (Staline)

Em 1936, sai a proibição do aborto ao primeiro filho. Em 1944, segue-se a proibição total do aborto. Staline explica do seguinte modo as razões por que decidiram proibir o aborto: “Precisamos de homens. O aborto que destrói a vida é inadmissível no nosso país.” “A mulher so-

viética tem os mesmos direitos do homem, mas isso não a exime do grande e nobre dever que a natureza lhe conferiu. É mãe, dá vida, e isso não é com certeza um assunto privado, mas matéria de alta importância social.” Tal como tem de trabalhar, tem de ter filhos. Não é assunto nada privado, é do foro público.

Nos anos trinta, desenvolve-se a prostituição, dado que as mulheres precisam de comer. Trotsky falará da prostituição como a última degradação da mulher para proveito do homem que pode pagar. Em 1935, são presas mais de 1.000 mulheres, só na cidade de Moscovo, que se dedicam ao comércio do seu corpo.

A homossexualidade, que fora descriminalizada, é de novo condenada em Janeiro de 1934, tornada passível de pena de internamento em campo por simples delação; pouco mais tarde, de internamento em hospital psiquiátrico. É abandonado um número apreciável de crianças, o que tem que ver com a política estalinista: sete milhões de crianças abandonadas em 1926. Só 80.000 são acolhidas em dispensários, no mais de péssima qualidade.

Há um campo de concentração especial para mulheres, criado em 1937 na Sibéria. A única razão para se enviarem mulheres para esse campo é serem a mulher de..., a irmã de..., a cunhada de.... O que, em 1917, era o objectivo de emancipação, não passa, no final dos anos trinta, de uma caricatura. Tudo o que se ganhara graças à revolução de 1917 é liquidado pela burocracia estalinista para toda a classe operária na Rússia, mas, muito particularmente, para as mulheres, que são, com muito frequência, as primeiras vítimas desta política.

Diz Trotsky n’A *Revolução Traída*: “A legislação termidoriana recua aos modelos burgueses, não sem cobrir a sua retirada com frases mendazes sobre a santidade da nova família.”

Houve quem respondesse à luta de emancipação das mu-

>>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> Iheres opondo homens e mulheres.

Não me parece certo. A luta pela emancipação das mulheres só pode ser levada a cabo no âmbito da luta da classe operária no seu conjunto. Deixem-me citar este passo d'A *Sagrada Família* de Marx e Engels: "É possível definir sempre uma mudança de época histórica como função da relação das mulheres com a liberdade, porque é nela, na relação da mulher com o homem, do fraco com o forte, que mais claramente se evidencia a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O grau de emancipação da mulher é a bitola natural da emancipação em geral."

Certo — e ainda actual.

Lutar pela emancipação das mulheres hoje é um programa vasto. Queria começar por uma triste realidade, sobre a qual nos pronunciámos várias vezes em *La Tribune des travailleurs*: a violência contra as mulheres. Nela se incluem o assédio laboral, o assédio na rua, as violências conjugais, uma triste realidade nos nossos dias.

Houve camaradas que ficaram surpreendidos com os artigos, disseram, bem, os homens também levam, ou então: fala-se nisso para evitar falar dos verdadeiros problemas. Que verdadeiros problemas, a reforma das aposentações e a luta de classes? Então a reforma das aposentações e a luta de classes não dizem respeito às mulheres?

220.000 mulheres vítimas de violência conjugal em França, todos os anos

Lembremos que há 220.000 mulheres por ano que são vítimas de violência conjugal. Destas, em 2018, 121 morreram da pancada do cônjuge ou ex-cônjuge, em 2019, 149. Quantas, em 2020?

É verdade que a decomposição da sociedade explica esta situação. No entanto, aqueles que batem nas suas mulheres, que matam a sua mulher, acham que detêm todo o poder sobre a companheira, até o poder de lhe bater ou de a matar.

Estávamos a falar de evolução de mentalidades. Creio que há, de facto, um trabalho enorme a fazer, porque é preciso sairmos desta impunidade, do direito de fazer o que se quiser da companhia.

Marlène Schiappa, a Secretária de Estado da Igualdade entre Homens e Mulheres, diz que não tem varinha mágica e que não é uma mera questão de meios. Não, mas também é uma questão de meios! Há medidas que se podem tomar imediatamente para proteger as mulheres dos cônjuges violentos.

Aumentar o número de lugares de refúgio para mulheres e crianças vítimas de violência é uma medida concreta, e necessita de meios. É uma medida que um governo operário tomaria de imediato. Formar profissionais de ligação com as vítimas é outra medida que ele tomaria.

Respondem muitas vezes às mulheres que apresentam queixa: pois, pois, muito bem, mas agora volte para casa, que nós temos mais que fazer; e não tenho lá muito a certeza de que quem recebe a queixa o faça com muita elegância. Ter trabalhadores sociais nas esquadras que acompanhem as mulheres quando vêm apresentar queixa é uma medida a sério, mas é outra vez uma medida que necessita de meios.

Mais meios também para as associações que dão ajuda às vítimas. Ache-se o que se achar, elas têm um papel precioso, quando o governo se esquivava às suas responsabilidades.

Podia-se igualmente falar nos cuidados aos cônjuges violentos. Há coisas que se podem fazer neste âmbito. Eu podia continuar a lista por aí fora. Se se decidisse deixar de praticar uma política de austeridade como a que hoje impera em todo os domínios, poder-se-ia responder a estas questões urgentes.

As associações de defesa dos direitos das mulheres organizaram uma manifestação, no mês de Novembro, reclamando mil milhões de euros. Que respondeu o governo? 360 milhões de euros em 2020. Des-

cubra as diferenças!

Claro que isso não resolveria tudo. É necessário acabar com o sistema de exploração capitalista de que o patriarcado é uma componente. Gostava de vincar o seguinte: o agravamento da opressão e da exploração capitalista aumenta ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres.

Quando se fala em preconceitos, também é preciso fazer trabalho na nossa própria organização

La Tribune des travailleurs publicou (no nº 223, de 22 de Janeiro de 2020) um dossiê sobre as terríveis consequências da reforma das aposentações para as mulheres. Houve um camarada que nos disse que esse número foi difícil de vender porque não se dirigia muito aos homens; que, quando via homens, propunha o apelo sobre a greve geral e, quando via mulheres, propunha o jornal com base na reforma das aposentações, como se a questão das consequências para as mulheres não dissesse respeito à classe operária na sua totalidade.

Quando se fala em preconceitos, também é preciso trabalhar a nossa própria organização.

Voltando à questão das pensões. Existem, em França, mecanismos de solidariedade que permitem reduzir o diferencial de pensões entre homens e mulheres: os direitos familiares e a pensão de sobrevivência.

Quanto aos direitos familiares, o governo suprimiu a majoração da duração do seguro de oito trimestres por filho (quatro no sector público), substituindo-a por uma majoração de 5% da pensão atribuída... ao homem ou à mulher! Ora, havendo um diferencial considerável de pensão entre homens e mulheres, o casal terá tendência a escolher imputar os 5% à pensão do homem. Imagine-se o que se passará em caso de separação! Até agora, havia uma majoração de pensão de 10% a partir do terceiro filho tanto para o homem como para a mulher, portanto 20%.

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO ●

Com a reforma, estão-nos a fazer um truque de prestidigitação, dizendo-nos que há uma majoração de $3 \times 5\% = 15\%$, mais uma majoração de 2% a partir do terceiro filho, portanto 17%. Entre 20% e 17%, há diferença!

Quanto à pensão de sobrevivência, é um escândalo absoluto. Até agora, era paga às companheiras, em tendo havido mais do que uma, proporcionalmente ao número de anos de vida comum com o marido. Agora passa a ser a última companheira a beneficiar da pensão de sobrevivência. A mulher que educou os filhos do casal fica privada da pensão de sobrevivência em caso de divórcio. É escandaloso, é um atentado ao direito ao divórcio! As mulheres, indo perder a pensão de sobrevivência, vão hesitar em pedir o divórcio. Além de que a pensão de sobrevivência só seria paga quando a mulher se aposentasse. Ora, hoje há 120.000 mulheres que auferem pensão de sobrevivência com idades entre os 55 e os 64 anos. Estas 120.000 mulheres ficariam privadas da pensão de sobrevivência. Imaginem que tinham comprado uma casa que estivessem a pagar a meias. O cônjuge morre, a mulher fica a pagar sozinha! E, quando o cônjuge falece, as condições de existência deixam de ser as mesmas. Azar, fica sem pensão de sobrevivência, deixa de ter meios para continuar a amortizar a casa. Que vá viver com os filhos, se os tiver...

Muriel Pénicaut atreve-se a dizer, como os outros todos, que são as mulheres quem mais ganha com esta reforma! Não hesita em mentir e em dizer à rádio *France Inter* que actualmente as mulheres só têm direitos familiares a partir do terceiro filho! Esta reforma é uma violência contra as mulheres, só que perpetrada de outra maneira. Tanto no que diz respeito à pensão de aposentação como ao direito à saúde.

Olhemos para as maternidades. Buzyn decidiu fazer um plano que transforma 300 hospitais em hospitais de proximidade. Significa isto que, nestes

300 hospitais, deixa de haver serviços de urgência e maternidades. Ainda esta semana, uma mulher deu à luz na estrada de Lons-le-Saulnier por a maternidade de Saint Cloud ter fechado. Deu à luz no carro, sozinha, com o marido, com -5°C. Venham-nos explicar que o século XXI é civilizado, que é um progresso, porque as maternidades são um perigo e mais vale fechá-las. Sempre é melhor dar à luz numa maternidade do que no carro!

Alguns números. Em 1975: 1.369 maternidades. Em 1995: 816. Em 2016: 517. Com todas as consequências que se conhecem.

Também poderíamos falar do direito ao aborto. É claro que a lei Veil de 1975 é uma lei restritiva. Deixem-me que vos diga que ela não foi fruto unicamente da mobilização das mulheres, mas sim da mobilização do movimento operário como um todo. É uma lei restritiva, porque confere um direito individual às mulheres maiores de idade, francesas, com dinheiro, e se estiverem dentro do prazo. As restrições foram sendo retiradas. No entanto, para abortar, são precisos centros de interrupção voluntária da gravidez. Ora, como andam a fechá-los uns atrás dos outros, acabamos por ficar com um direito no papel, mas, na vida real, esse direito tem ficado muito prejudicado.

Em dez anos, fecharam cento e trinta centros de IVG, sessenta desde 2012. É outra violência contra as mulheres.

Um partido operário, um partido revolucionário não se pode desinteressar destas questões

Um partido operário, um partido revolucionário não se pode desinteressar destas questões. Acho até que tem de se interessar muito seriamente por elas, expondo claramente a relação entre opressão das mulheres e exploração capitalista. Há reivindicações comuns com a classe operária, mas também há reivindicações específicas das mul-

heres.

Um dia, Lenine disse a Clara Zetkin: *“Não podemos exercer a ditadura do proletariado sem ter conosco milhões de mulheres. Tão-pouco podemos empreender a construção do comunismo sem elas. Temos de encontrar formas de chegar até elas. Não queremos uma organização das mulheres comunistas separada. Uma mulher comunista pertence ao partido da mesma maneira que um homem comunista. Têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, mas temos de ver a realidade como ela é: o partido tem de ter órgãos que tenham o objectivo específico de mobilizar as largas massas de mulheres.”*

Não um partido específico, portanto, pois o combate é, na verdade, o combate da classe operária como um todo. Enquanto isso, di-lo Lenine, são necessárias estruturas, comissões, instâncias no partido que permitam às mulheres defenderem as suas reivindicações específicas.

Podia falar de igualdade salarial. Hoje, em média, em equivalente de tempo inteiro, há um diferencial de 18,5% entre os salários dos homens e das mulheres. Juntem-lhe o trabalho a tempo parcial, o facto de muitas mulheres ocuparem empregos menos valorizados e a existência de uma autêntica discriminação da parte dos empregadores, e chega-se a situações em que, para o mesmo trabalho, as mulheres auferem menos 20%.

Pode-se sempre fazer leis, mas as leis nunca poderão parar a opressão à força, ela prende-se directamente com a exploração capitalista. Há, portanto, que reflectir num programa dirigido às mulheres e deduzir as reivindicações: abertura das creches para responder às necessidades, reabertura das maternidades e dos centros de IVG, criação das vagas que forem precisas em jardim infantil, aumento dos salários no quadro do aumento geral dos salários, reabertura das maternidades e centros de IVG, criação das vagas que forem

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> precisas em jardim infantil, aumento dos salários no quadro do aumento geral dos salários, reabertura dos centros de PMI, criação de todos os serviços públicos que permitam às mulheres não ficarem reduzidas ao trabalho que lhes é reservado em casa.

Esta elaboração tem de se fazer tanto ao nível nacional como ao nível local. Estamos todos a preparar listas para as eleições municipais. Os municípios, feitos correia de transmissão da política do governo, põem em xeque os serviços públicos, as creches... Tirando às mulheres o acesso a vagas nas creches, amarram-nas aos bairros. É a sorte que lhes fica reservada.

Vou terminar com o escândalo absoluto que é a lei da paridade. Nós estamos a ser obrigados a “despedir” mulheres da nossa lista para as autárquicas (e acontece com a maior parte das nossas listas), porque nos impõem uma paridade, pretensamente para resolver o problema da igualdade entre homens e mulheres! Mas onde é que está o problema se o POID tiver mais mulheres que homens nas suas listas? Esta pretensa igualdade burguesa na questão da paridade representa, na realidade, um atentado contra a igualdade das mulheres.

DISCUSSÃO

Um interveniente, da sala: O que eu acho escandaloso é que uma queixa por violência conjugal não seja imediatamente transmitida à procuradoria. Muitas vezes arquivam-nas, e pronto. A mulher pensa que a situação se vai resolver, mas depois, não, não se resolve. Em 2018, houve duas mortes em Montreuil. Não quero generalizar, mas acho que aqui havia qualquer coisa de concreto a fazer.

Um interveniente, da sala: A Christel referiu a eventual as-



Fábrica têxtil em Marrocos.

sistência ao cônjuge violento. Isso fez-me pensar na situação dos estabelecimentos de ensino em que deixou de haver psicólogo na escola. Isso significa que há crianças, que, à noite, em casa, vêm o pai a bater na mãe e que vão processar isso de determinada maneira, ou raparigas que vão ver a mãe a levar pancada e que também vão processar isso de determinada maneira, e não há ninguém para lhes dar a ajuda apropriada.

É também um dos múltiplos problemas de que, a meu ver, um governo operário se poderia encarregar. Podia ser interessante criar comissões ou estruturas para discutir e construir um partido que responda a estas questões.

Uma interveniente, da sala: Tenho duas observações. A primeira é em relação às mulheres receberem medalhas por procriarem. Se a mulher é considerada como galinha poedeira, porque é que não há-de auferir salário? Afinal, é uma profissão. A segunda: se se vê o lugar das mulheres como o de ficar em casa a cozinhar e tratar dos filhos, porque é que, nesse caso, ela também não recebe um salário? Uma mulher é feita para viver, não para ficar encerrada em casa.

Uma interveniente, da sala: A questão que acaba de ser levantada aparece muitas vezes. Pessoalmente, não sou a favor de transformar as donas de casa em assalariadas, porque isso signifi-

caria integrar o modelo, e como, biologicamente, a constituição da mulher está feita para ter filhos, estar-se-ia a acantoná-la a esse papel. Abria-se a porta a todas as derivas. A situação das donas de casa é uma questão séria.

[A ministra] Marlène Schiapapa fala em violência médica no quadro da gravidez. O corpo da mulher é considerado pelo capitalismo como objecto (não pelos homens, não me parece que seja unicamente questão dos homens). Os escândalos sanitários, medicamente falando, começam por ser as mulheres a sofrer com eles, a sua descendência, o seu útero.

Na Índia, por exemplo, o melhor meio de contraceção promovido pelo Estado é a esterilização das mulheres, não dos homens. Não é que eu fosse pela dos homens, mas é que é sempre essa a resposta, mesmo, consciente ou inconscientemente, do corpo médico.

Em França, quando se está grávida, sim, é verdade que há violências ginecológicas. E o governo, em vez de dar meios para melhorar a assistência, fecha maternidades, amputa as pensões das mulheres, não aumenta os seus salários, e a resposta que dá é a lei sobre a paridade.

Ouvi no rádio uma representante eleita comunista gabar as bondades da paridade. Para ficar satisfeito com tal lei, é que já se chegou a um ponto enorme de estigmatização da mulher e de interiorização da misoginia, pois os efeitos só podem ser perversos.

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO ●

Parece-me que há uma data de pistas em que se pode trabalhar no que diz respeito à violência contra as mulheres.

Um interveniente, da sala: Há uma questão que não foi suficientemente focada na campanha autárquica, que é a das creches. Em muitas cidades, privatizaram-se creches municipais, algumas foram transformadas. No meu concelho, a creche municipal deixou de ser uma maneira de guardar as crianças propriamente dita, passou a consistir numa multidão de assistentes maternas nos bairros. Estas mulheres ficam fechadas em casa a guardar crianças. Para as mulheres, é um recuo.

Além de que faltam creches. As assistentes maternas saem mais caras do que as creches municipais. Valeria a pena avançar mais com a reivindicação de creches municipais como modo de guarda. E também não formar apenas assistentes maternas, mas também assistentes paternos.

Um interveniente, da sala: Há um problema que hoje está a aparecer, que é o ressurgimento de todos os fundamentalismos religiosos, que fazem pressão sobre a sociedade. As questões de maternidade e de respeito pela mulher estão ligadas.

Christel Keiser: Há muita coisa com que eu estou de acordo.

O que disse o Bruno sobre as queixas arquivadas sem consequências é um clássico. Nos estudos que têm sido feitos, a maior parte das vezes que uma mulher morre da pancada do cônjuge, ela já tinha apresentado queixas, arquivadas sem seguimento. Por isso é que eu vinquei o acompanhamento destas mulheres. Quando existem, as associações têm a função de acompanhar as mulheres à esquadra. Como elas sabem como as coisas funcionam, elas fazem pressão não só para que a entrevista se desenrole correctamente, mas também para que a queixa seja transmitida à procuradoria. No ponto de vista da

justiça, é a única maneira de o processo avançar.

Estou inteiramente de acordo com o Antoine. Um magistrado do Norte fez trabalho sobre a assistência a homens violentos e pôs de pé estruturas que permitiam obter resultados interessantes. É uma pista entre outras, embora eu ache que a prioridade é proteger as mulheres desses homens violentos.

Quanto a remunerar as “galinhas poedeiras”, era caso de perguntar aos partidários do estalinismo o que eles acham da ideia, pois foram eles quem criou as tais medalhas. Instituir um salário para as mulheres que procriam para a nação, pois era esse o objectivo, é criar um sistema que institucionaliza o lugar da mulher em casa. Assim que lhes passas a pagar um salário, o trabalho social deixa de ter razão de ser. Não é grande ideia.

Todos nós podemos levantar o problema das creches municipais nos nossos concelhos. Ontem, ao fazermos porta-a-porta, demos com um pai de família a quem tinha sido recusada vaga na creche para os seus filhos de primeira idade. Ele foi, assim, obrigado a recorrer a uma assistente materna.

A este respeito, não, as assistentes maternas não estão confinadas em casa. Não estou contra que se confie essa tarefa a homens. É preciso ter o cuidado de não opor os dois modos de guarda um ao outro. É evidente que a creche tem vantagens. Mas uma creche privada não tem as mesmas vantagens de uma creche pública. Em Montreuil, é o que se passa. As duas últimas creches foram construídas e são geridas por delegação de serviço público, uma expressão simpática para designar uma privatização. A CAF reconhece que o pessoal não tem as mesmas habilitações, as mesmas taxas de enquadramento, que não é pago pelas mesmas tabelas, que há, portanto, uma diferença entre creche pública e creche privada. Eu sou a favor de lutarmos, nos concelhos, por serem criadas vagas de creche no número necessário

para responder às necessidades.

Quanto ao fundamentalismo religioso, começaria por referir a violência do governo. É este governo que impede as mulheres de encontrar vaga na creche; é este governo que impede as mulheres de dar à luz em condições decentes; é este governo que impede as mulheres de recorrer à IVG. Começemos por actuar onde temos capacidade para actuar.

Um interveniente, da sala: Gostava de voltar à questão do comité de fábrica que proibiu asneiras e grosserias. É um eco daquilo que se passa no meio estudantil hoje em dia, onde se fala do “safe space” onde as palavras que são reflexo do sexismo ou da homofobia devem ficar proibidas. Acho que, no partido, podemos estar na vanguarda de tudo isso.

Uma interveniente, da sala: Eu estive em grupos feministas e vieram-me com a classe social para as mulheres. Queria saber qual é a posição do partido, porque me parece que a mulher de um grande da finança não tem nada que ver com uma operária. Não partilham a mesma vivência, não têm a mesma luta para travar. Aqui falou-se de mulheres, mas de que mulheres?

Uma interveniente, da sala: Eu queria perceber o que é que se entende por mulher. Talvez haja diferença entre uma mulher casada com um grande banqueiro e uma operária. A diferença é de dinheiro. Mesmo assim, eu acho que nós falamos para todas as mulheres. Talvez todas as mulheres encontrem as mesmas problemáticas quanto à sua liberdade. Mas posso conceber que ter dinheiro torna a vida mais fácil.

Um interveniente, da sala: Dizem que a mulher de um operário e a mulher de um patrão não têm nada que ver. Mas têm, ambas podem sofrer uma violação.

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> **Christel Keiser:** É verdade que ambas podem sofrer uma violação. Mas o problema levantado pelo Bruno é que, ao apresentarem queixa, a resolução não é igual para a mulher do operário e para a mulher do patrão.

Dizem-nos, nas organizações feministas, que as mulheres são uma classe social. Mas não, elas não são uma classe social, pois a classe social define-se pela relação de exploração. Há o, ou a, que vende a sua força de trabalho e o, ou a, que explora a força de trabalho. É o que a tua conclusão sugere: que a mulher de um banqueiro e a operária não têm os mesmos interesses.

Apesar disso, todas as mulheres se podem deparar com problemas iguais. Por exemplo, quando não há centros de IVG, não os há nem para as mulheres da classe operária nem para as outras. Só que algumas podem permitir-se fazer uma IVG noutro lado, mas as mulheres da classe operária, não. Algumas não têm o direito por não terem meios. A dupla exploração diz respeito antes de mais nada às mulheres da classe operária, não às da burguesia.

Daniel Gluckstein: Os espíritos inflamam-se imediatamente. Mas o problema é bastante simples. Na sociedade capitalista, todas as mulheres são oprimidas como mulheres, todas sofrem uma relação de submissão ao domínio masculino da sociedade, do seu cônjuge. Quanto às mulheres da classe operária, a essa relação sobrepõe-se a exploração capitalista. Uma mulher da burguesia pode levar pancada do cônjuge (é a opressão das mulheres, que sofrem todas as outras). Mas a mulher operária, além de levar eventualmente pancada do seu maridinho, é explorada o dia inteiro pelo patrão. Este duplo aspecto repercute-se em tudo.

Sim, uma reivindicação democrática é válida para todas as mulheres. Quando não há direito ao divórcio, o divórcio é proibido para todas as mulheres. Se reivindicamos o direito ao divórcio, reivindicamo-lo para todas as mulheres. Mas mulheres da

classe operária sofrem uma dupla exploração e uma dupla opressão, que é específica. Não é por isso que o partido deixa de apoiar as reivindicações democráticas que dizem respeito a todas as mulheres. Quando a Christel levanta o problema do horror das violências conjugais, não se discrimina em função da origem social. É uma abominação que tem de ser condenada.

Nós focamos estas questões pelo ângulo da relação entre reivindicação democrática comum a todas as mulheres e reivindicação social específica das mulheres da classe operária.

Queria dizer uma palavra acerca da interessante questão que se prende com os “safe spaces”. Eu não sabia da existência desses “safe spaces”. O problema que se põe é mais geral. Nós lutamos pela emancipação da classe operária, portanto por que a civilização seja uma verdadeira civilização. Fazemo-lo numa situação em que a humanidade está alienada. Mas não somos obrigados a reproduzir as formas mais extremas dessa alienação.

Aquele que combate pela libertação da humanidade travará tanto melhor a sua luta quanto, no seu próprio comportamento social, não reproduzir as formas mais extremas da alienação do indivíduo. Num partido como o nosso, é muito recomendável o máximo esforço para nos exprimirmos de maneira correcta. Não somos um ilhéu de socialismo, mas há coisas que não toleramos, nomeadamente nas relações entre homens e mulheres. Qualquer forma de violência no partido é imediatamente passível de expulsão, especialmente qualquer forma de violência de homens para com mulheres. Qualquer tentativa de assédio é imediatamente reprimida. Uma vez mais, não é que haja ilhéus socialistas na sociedade capitalista, mas não se pode lutar pela libertação da humanidade e reproduzir as formas das relações que lhe são mais contrárias. Pode haver contradições, como em qualquer grupo social, mas a questão não é secundária. Ainda



25 de Novembro de 2019, México: marcha

não chegámos ao ponto em que os comités de fábrica votem a proibição de asneiras, mas talvez lá cheguemos. Há muitas outras coisas que irá ser preciso proibir.

Uma interveniente, da sala: O feminismo, que diz que defende as mulheres, defende-as menos do que o combate pelo socialismo. Por exemplo, conseguimos que se restabelecesse o diploma de ginecologia médica; dá-se outra vez formação a 700 ginecologistas médicos. Quando se começou por eliminar a especialidade de ginecologista médico, 70% dos ginecologistas estavam no 1º sector convencional. Mas hoje a maioria está no 2º sector convencional. Ao defender os direitos das mulheres, defendemos prioritariamente os interesses das mulheres trabalhadoras. Com efeito, no âmbito do sistema actual, tal como no caso do aborto, em que as mulheres que tenham meios para isso podem ir a Inglaterra, assim, para conseguir a assistência de que precisam, elas podem dirigir-se ao 2º sector convencional e pagar 90 euros por consulta em vez de 25, mas as mulheres da classe operária não podem.

Houve uma coisa de que não falámos, isso de pôr os miúdos em qualquer lado, que se apresenta como feminismo. Queria generalizar para todos os outros aspectos “feministas”, por exemplo, as quotas para mulheres, todas essas pretensas medidas de

CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO ●



defesa das mulheres, que são uma treta e são tomadas pelos mesmos que andam a tentar acabar com a ginecologia e a liquidar a maior parte das maternidades, etc.

Para mim, a luta pelo feminismo está intrinsecamente ligada à luta pelo socialismo.

Um interveniente, da sala: Gostava de focar um aspecto que me parece geral, mas não me cabe a mim ajuizar de como é que se há-de pegar nos problemas. Achei que se fez aquilo que eu chamaria inversões. À pergunta que alguém fez sobre o salariado das mães (que era proposta de Le Pen em 2012 ou 2017), é uma boa ideia posta de pernas para o ar, mas não quer dizer que não haja alternativa. Ouvi falar de uma proposta de serviço público das tarefas domésticas. Não sei se terá alguma valia. Mas talvez valha a pena escavar.

Quanto ao fundamentalismo. Um tipo que bate na mulher e justifica isso com a religião, cá por mim, não me parece que, por se tornar ateu, irá automaticamente deixar de lhe bater. Há-de encontrar outras razões. O problema não é esse. A religião é muitas vezes um verniz que reforça algo que já existe.

Quanto aos “safe spaces” ou à escrita inclusiva, muitas vezes é a maneira de alguém se dar ares de vanguarda. Mas é uma grande confusão, que impede de ir à raiz dos problemas, de ligar a exploração de classe à opressão de

classe, como estamos a fazer aqui. Há uma confusão que é voluntariamente alimentada. Numa AG do liceu em que estou a fazer a minha preparação, em nome do “safe space”, houve um tipo que foi acusado de desprezo classista, por ter criticado outro que se tinha posto a dizer que a reforma das aposentações não ia mexer connosco (a mãe é notária e o pai alto funcionário). Isto a pretexto de que “aqui somos todos amigos, não há divisões”. Convém desconfiar de coisas que aparecem com um aspecto progressista, mas são, sim, maneiras de apagar as divisórias que realmente existem.

Um interveniente, da sala: Eu queria falar da questão da mulher do banqueiro, que pode ser banqueira. Eu sou banqueiro. Não considero que as mulheres constituam uma classe, senão tinha que se dizer que os homens também, o que não é verdade. Mas há questões específicas das mulheres. Encontram-se essas desigualdades até nas classes superiores da sociedade. Eu trabalho na sede de um grupo bancário, com salários e formações de muito alto nível. No entanto, há muitas desigualdades entre homens e mulheres para o mesmo trabalho, um diferencial de uns 15 a 20%, sobretudo quanto aos postos que se conseguem. As mulheres não chegam aos mesmos postos que os homens.

Por falar em mulher de banqueiro, quero ilustrar o que são realmente as desigualdades da sociedade. Eu fazia parte dos 10% de franceses mais bem pagos, e a minha companheira fazia parte dos mais míseros, nem chegava ao rendimento mínimo, sequer a uma bolsa. Não é por se ser cônjuge de alguém que faz parte da classe superior que não se é afectado pelos problemas típicos do capitalismo. Em contrapartida, a emancipação das mulheres só poderá acontecer pela luta da classe operária, pois quem é portador desta luta, quem vão levá-la até ao fim, é a classe operária, não as mulheres das

classes superiores.

A minha companheira teve uma doença grave, vitimada por uma patologia que não é reconhecida em França. Tivemos de ir ao estrangeiro para ela se tratar. Isso foi possível porque eu tinha meios para isso. Os problemas da sociedade, de financiamento da saúde, são resultado do capitalismo, com todas as políticas neoliberais dos nossos dias.

Uma interveniente, da sala: Queria fazer uma pergunta sobre os comités de mulheres no POID ou na TCI. Acho absurdo: partilhamos o nosso quotidiano com os homens e temos que lutar ao lado deles. Eu sou negra, então também vou pedir que haja um comité para os negros? Sou homossexual, então vou pedir que haja um comité de homossexuais? Onde é que isto acaba?

Christel: Começo por responder ao camarada supostamente banqueiro: não, tu não és um banqueiro! Banqueiro é o teu patrão, tu és bancário, assalariado do banco. Se bem que sejas um quadro, gestor. O que relatas acerca da desigualdade de salários entre homens e mulheres reproduz, talvez a um nível superior, desigualdades que se encontram nos outros sectores profissionais. Tu também tens, afinal, um patrão que te explora, mesmo se tu não o vês assim.

A Marie-Jo insiste com razão na questão da ginecologia médica e no facto de os ginecologistas se instalarem no 2º sector convencional. Passam, consequentemente, a ser as mulheres com mais dinheiro a poderem beneficiar da ginecologia médica. Ora, é a ginecologia médica que permite detectar uma série de doenças, nomeadamente cânceros.

Não interessa cavar grandes trincheiras acerca da escrita inclusiva. A mim não me incomoda, possas tu ter razão, mas não é por aí que se vai resolver o problema, entretanto o governo vai tomando medidas contra as mulheres.

Eu sou a favor de comissões >>>

● CONFERÊNCIA MARXISTA DE 31 DE JANEIRO

>>> de mulheres no partido operário, dentro do partido revolucionário. Se bem que haja reivindicações comuns a toda a classe operária, também há reivindicações específicas das mulheres. De cada vez que criámos comissões de mulheres, fez-se um trabalho a sério para as mulheres, coisa que o partido enquanto tal não conseguia fazer. É raro ver um panfleto do POID pela criação das vagas necessárias nas creches, etc. Sim, são precisas instâncias específicas no âmbito do partido operário, que levantem a questão dos direitos específicos das mulheres e da sua defesa.

Daniel Gluckstein: Para nós, há uma linha intocável. É o reconhecimento de que há uma opressão específica das mulheres e de que não há maneira de resolvê-la se não for pela luta da classe operária no seu conjunto, do mesmo passo que ela pode e deve exigir palavras de ordem específicas, iniciativas específicas.

Tirando isso, é tudo uma questão de como levar à prática. Não há uma forma única. Por exemplo, acerca da pergunta sobre a organização: na IVª Internacional, como no POID, é-se membro de uma célula da TCI ou de um comité do POID, onde homens e mulheres militam juntos e em igualdade. Se não fosse assim, seria um partido de mulheres e recaíamos no comunitarismo. Há organizações que praticam isso, mas não é esse o nosso modo de organização.

Isso não é, no entanto, contraditório com haver uma comissão 'mulheres', que não seja necessariamente composta só por mulheres, no intuito de nos dirigirmos melhor e com mais eficácia às mulheres. Comissão cuja vocação seja fazer propostas para o partido se dirigir mais adequadamente, mais inteligentemente às preocupações das mulheres, da mesma maneira que pode haver comissões sobre outros assuntos, eu sou a favor disso.

Não é obrigatório opor as coisas umas às outras. Pegando no exemplo da escrita inclusiva. Se, em francês, o masculino pre-

domina sobre o feminino, não é por acaso, há uma relação com a sociedade patriarcal. Acho melhor que tenhamos a mesma maneira de escrever, seja o masculino ou o feminino a predominar. Acho a escrita inclusiva complicada. Se há quem ache que ela é que está bem, eu não vou fazer guerra por causa disso. Mas também sei perfeitamente que há quem vá dar muita importância a isso para não falar de outras coisas. Há coisas mais importantes em que temos que nos concentrar.

Queria focar um ponto que foi suscitado: a relação entre religião e opressão das mulheres. Não nos tornemos vítimas de certo tipo de propaganda oficial. O islão é uma religião que trata, com certeza, as mulheres como indivíduos de segunda classe, mas a religião católica ou a religião judia não têm grande coisa a invejar-lhe. Todas as religiões monoteístas reduzem a mulher a um papel de submissão ao homem. Será um acaso? O monoteísmo aparece num momento preciso da história da humanidade. Aparece quando, permitindo a produção desenvolver as mercadorias e a troca de mercadorias, se supõe que todos os homens e todas as mulheres são iguais entre si, o que dá não em deuses diferentes, mas num deus único. Por outras palavras, é quando aparece o excedente social que o monoteísmo surge. Exactamente o momento em que se passa da sociedade matriarcal à sociedade patriarcal. Uma coisa não terá que ver com a outra?

Peguemos no problema de outra maneira. Se bem que as religiões monoteístas atribuam às mulheres um papel subalterno, não é essa a causa da opressão das mulheres, é um reflexo, no domínio da ideologia, de um sistema que exclui as mulheres de todos os papéis importantes na sociedade. O problema não é, por conseguinte, lutar contra a ideologia, é lutar contra o sistema de opressão. Se não, seria preciso explicar como é que o monoteísmo aparece exactamente quando o patriarcado aparece. Olhem para as mitologias antigas. Nas

suas formas mais primitivas, as relações entre deuses e deusas do panteão grego não se baseiam na opressão das mulheres pelos homens.

Tenho a certeza de que as religiões são um instrumento de opressão. No entanto, eu vivo numa cidade extremamente diversa, com bairros. Se não se tivessem encerrado creches, centros de PMI, serviços sociais, escolas, se não se tivessem aumentado as tabelas dos centros desportivos para as crianças, uma parte da população, mulheres, homens, crianças, não se voltaria para a religião, mas sim para actividades sociais e outras.

Transformando o país num deserto, está-se a entregá-lo a gente que irá apresentar outras soluções: cá em baixo sois infelizes, mas um dia virá em que sereis felizes lá no alto. Responsáveis não são as pessoas que se viram para a religião, nem, até certo ponto, a própria religião. Responsável é um Estado, um governo que abandona as populações à sua situação. A luta contra o governo e contra esta política é o que está na ordem do dia. Depois, homens e mulheres lá encontrarão a maneira de se livrarem de todas as superstições.

Christel Keiser: Para acabar, dou-vos aqui um excerto do *Programa de Transição*: "*Pela sua própria natureza, todas as organizações oportunistas concentram o principal da sua atenção nas camadas superiores da classe operária, ignorando, conseqüentemente, tanto a juventude como as mulheres trabalhadoras. Ora, é a mulher, tanto na condição de operária como na de dona de casa, que a época do declínio do capitalismo mais duramente fustiga. As secções da IVª Internacional têm que procurar apoio nas camadas mais oprimidas da classe operária e, por conseguinte, nas mulheres trabalhadoras: lugar à juventude, lugar às mulheres trabalhadoras!*"

Convido-vos, evidentemente, a aderirem à IVª Internacional e às suas células. ●

Nossa história

Pierre Lambert e a questão sindical



Há cem anos, no dia 9 de Junho de 1920, nascia o nosso camarada Pierre Lambert (desaparecido em Janeiro de 2008). Militante operário e militante trotskista durante toda a sua vida consciente, foi um dos principais dirigentes da nossa corrente, lutador pela reconstrução da IV^a Internacional e depois artesão da sua reproclamação em 1993. Para lhe prestar homenagem, publicamos neste número d’*A Internacional* alguns extractos do livro *Itinéraires*, publicado em 2002 em França (Éditions du Rocher) na forma de conversas entre os camaradas Pierre Lambert e Daniel Gluckstein. Atendendo à actualidade da “questão sindical”, quando, em todos os países, embora sob formas diferentes, o movimento operário se debate com planos de destruição dos governos capitalistas e tentativas de integração dos sindicatos no aparelho de Estado, optámos por publicar extractos do capítulo de *Itinéraires* consagrado à política dos militantes da IV^a Internacional para os sindicatos. Cortes e notas de roda-pé são da responsabilidade da redacção d’*A Internacional*, salvo quando assinalado que são notas do próprio *Itinéraires*.

A redacção

NO DECURSO DE UMA LUTA MAIS DO QUE SECULAR pela defesa dos seus interesses imediatos (inseparáveis da realização do seu objectivo histórico: o socialismo), a classe operária edificou organizações, partidos e sindicatos, que a reúnem face à classe capitalista. A existência de tais organizações e a preservação da sua independência revestiram sempre uma importância fundamental aos olhos dos marxistas. [...]

A adesão de um militante da IV^a Internacional a uma organização sindical em nada se distingue do movimento que leva qualquer assalariado, seja de que tendência política for, a decidir sindicalizar-se. Para usar a fórmula clássica do sindicalismo confederado em França, o caso é agrupar-se com os outros assalariados para assegurar a “*defesa comum dos [seus] interesses materiais e morais*”, isto “*independentemente das opiniões políticas, filosóficas ou religiosas*” de cada um.

Pretender o contrário equivaleria a dizer que a organização sindical pertence a esta ou àquela corrente política que a controle. Esta concepção existe: é a do sindicato como “*correia de transmissão*” de um partido político.

Esta concepção tem custado caro ao movimento operário. Não é a nossa. Nós situamo-nos resolutamente no sindicato dos trabalhadores, sejam quais forem as suas opiniões políticas, filosóficas e religiosas. Neste sentido, não pode haver “*entrismo*” dos militan-

>>>

● NOSSA HISTÓRIA

>>> tes trotskistas nas organizações sindicais.

A IVª Internacional e os sindicatos

Daniel Gluckstein: A tua experiência no movimento sindical principia com a construção dos sindicatos ilegais sob a ocupação nazi. Continua durante a Libertação, período de desenvolvimentos significativos do movimento sindical. Antes de mais nada, uma definição: para um militante da IVª Internacional, um sindicato, é o quê?

Pierre Lambert: Comece-se por uma questão que sempre foi complexa no movimento operário, a das relações entre sindicato e partido. Historicamente, esta questão tem sido tratada (e resolvida) de maneiras diferentes pelo movimento operário segundo o país. Em Inglaterra, foram as *trade unions* que constituíram o *Labour Party*. A Alemanha conhece igualmente o laço orgânico entre sindicato e partido, se bem que as relações não sejam exactamente as mesmas que na Grã-Bretanha. Em França, há uma tradição particular, que é a da independência dos sindicatos em relação aos partidos, estabelecida na Carta de Amiens⁽¹⁾.

No que me diz respeito, no princípio, quando comecei a lutar para ajudar a construir sindicatos ilegais — era o início dos anos quarenta, eu tinha uma vintena de anos —, não me punha a questão das relações entre partido e sindicatos da mesma maneira que vim a fazê-lo a partir da experiência vivida. [...]

É nesse momento, quando me ponho a construir sindicatos ilegais com outros, que compreendo que o sindicato, que junta os trabalhadores, sejam quais forem as suas tendências políticas, filosóficas e religiosas, não se pode identificar com o partido. Começo a entender que são formas de organização diferentes, de que a classe operária necessita, como necessita de todas as formas de organização e conquistas que a constituem como classe

(contratos colectivos, segurança social, etc.). [...]

Pela minha parte, entrei em fábrica alguns meses depois de Julho de 1941 e foi aí que aprendi o que era verdadeiramente a luta de classes, ao ajudar — com outros, convém lembrá-lo sempre — à constituição dos sindicatos ilegais a pouco e pouco. Cada vez mais numerosos, os militantes operários de todas as tendências reconstituíram a luta de classes organizada.

Foi a partir da experiência que eu vivi, particularmente nos sindicatos ilegais e, sobretudo, nos sindicatos em 1945-46, que eu achei que era preciso rever a posição que tinha sido tomada pela Internacional Comunista (as vinte e uma condições⁽²⁾). Em 1947, no congresso da organização trotskista em França, propus que se revisse esta condição; propus uma emenda, que foi adoptada por unanimidade, substituindo os pontos 9 e 10 das vinte e uma condições pelo reconhecimento, em França, da independência recíproca de partidos e sindicatos.

Daniel Gluckstein: Evocas a experiência da construção dos sindicatos ilegais e, depois, da Libertação. Em que é que esta experiência puxava a conclusão de que era preciso pôr em causa duas das vinte e uma condições sobre as relações entre partidos e sindicatos?

Pierre Lambert: Vi o que era a subordinação da CGT ao aparelho estalinista e compreendi até que ponto era nefasta. Quando falo de aparelho estalinista, é preciso ser específico: na altura havia (e continuou depois a haver ainda durante algum tempo) excelentes militantes do Partido Comunista que consideravam que o prestígio do Exército Vermelho e o impacto da Revolução Russa justificavam muita coisa.

Isso levava-os, sobretudo, a aceitarem subordinar-se ao aparelho estalinista.

Como militante da IVª Internacional, eu não concordava. Como adepto da defesa das con-

quistas sociais de Outubro (já falamos disto), opunha-me à subordinação da luta de classes, fosse em que país fosse, ao aparelho do Kremlin; e, portanto, independentemente do prestígio de Outubro de 1917, não podia admitir a subordinação de uma organização sindical a Staline e à burocracia estalinista. De modo mais geral, aliás, eu não achava que o movimento sindical se devesse subordinar a Estado nenhum, incluindo a URSS. Era por isso que eu não podia aceitar a situação.

Daniel Gluckstein: Não há aí um paradoxo: explicas que tomas consciência do carácter nefasto da política de subordinação da organização sindical ao aparelho estalinista exactamente no momento em que tu próprio, não sendo membro do Partido Comunista, assumes responsabilidades nas organizações sindicais que se estão a reconstruir na ilegalidade? Tu eras militante trotskista — e sabe-se bem o que isso, na altura, implicava, especialmente para o aparelho estalinista. No entanto, em circunstâncias em que se conjugavam regime de Vichy⁽³⁾ e estalinismo, era possível a um militante trotskista coligar-se com militantes de outras correntes ou tendências e participar na reconstrução do movimento operário?

Pierre Lambert: Uma vez mais, não se pode compreender isso sem compreender o que diferencia sindicato e partido. Pela minha parte, eu achava que o sindicato devia juntar os trabalhadores independentemente das suas tendências políticas, filosóficas e religiosas. Portanto, eu não tinha que prestar contas ao aparelho estalinista sobre o que eu fazia politicamente. Foi unicamente a partir da confiança que os operários depositavam em mim que eu adquiri essas responsabilidades. Não tinha que prestar contas a ninguém a não ser aos sindicalizados que me tinham eleito, fossem quais fossem as tendências ou opiniões políticas deles.

Sim, os sindicatos que se reconstruíram na ilegalidade eram muito largamente domina-

dos pelo aparelho e pelos militantes do PCF. Para mim, no entanto, estava fora de questão entrar no Partido Comunista, anos depois de ter sido expulso das Juventudes Comunistas. O meu ponto de vista era: não tenho que prestar contas ao PC, não é o meu partido. Não vejo por que é que eu haveria de prestar contas a esse partido do mandato que os trabalhadores me tinham dado no âmbito da organização sindical. O meu caso era também o caso dos outros militantes da IVª Internacional. Foi neste sentido que os trotskistas desempenharam um papel importante onde estavam. [...]

Eu fui expulso em 1952. Aliás, o dirigente do PCF que era secretário-geral da federação dos empregados da CGT teve que se reivindicar de mandatos pretensamente assinados por sindicalizados para conseguir uma “maioria” para me expulsar.

Daniel Gluckstein: Qual foi o motivo sindical para justificar a tua expulsão da CGT?

Pierre Lambert: Nenhum, a não ser o facto de ser trotskista. Foi por isso que, ano após ano, eu fui pedindo a minha reintegração. De cada vez, faziam manobras para se oporem. Aliás, nem guardo rancor aos responsáveis CGT de base, aderentes do PCF. Na maior parte dos casos — mas não todos, claro — eles achavam que estavam a defender “o partido”. Muitos deles foram, aliás, eliminados nos anos seguintes.

Daniel Gluckstein: Sendo militante operário, sindicalista, membro da CGT até 1952, foste pedindo a reintegração durante vários anos. Por fim, no início dos anos sessenta, aderiste à *Force ouvrière*⁽⁴⁾. [...]

A partir dos anos sessenta, passaste a pertencer àquilo a que se chama um “minoría de luta de classe” na CGT-Force ouvrière, que manifestava desacordos com a maioria reformista. Nessa “minoría de luta de classe”, não há só, evidentemente, militantes trotskistas, mas também mili-

tantes anarco-sindicalistas e várias outras componentes. Em 1969, as coisas mudam de figura. No congresso confederal da CGT-Force ouvrière, os militantes da “minoría de luta de classe” acabam por fazer uma frente única com a maioria reformista, baseada numa resolução conjunta. O que explica esta mudança?

Pierre Lambert: Sejamos precisos quanto aos termos que usamos. Pode-se dizer que um sindicato é uma frente única permanente. Nesse sentido, um acordo dentro do sindicato entre camaradas que, no mais, têm opiniões políticas ou filosóficas diferentes, pode igualmente aparentar-se a uma frente única permanente. Há, no entanto, diferenças profundas para uma frente única em volta de objectivos precisos e particulares. Não é nada de novo nem de especial. O que sucede em 1969?

Um ano antes, a greve geral de Maio-Junho de 1968 vira dez milhões de trabalhadores erguerem-se contra o regime saído do golpe de Estado de 1958⁽⁵⁾. Em Abril de 1969, de Gaulle provoca um referendo com o intuito de completar, instituindo a ordem corporativa (associação capital-trabalho), as instituições antidemocráticas criadas em 1958. [...]

O referendo punha em causa um fundamento essencial da democracia: propunha criar instituições pelas quais as organizações sindicais se integrassem no Estado. Era um novo avatar do corporativismo, que conhecera os seus dias de glória na época de Vichy, de Salazar e de Franco⁽⁶⁾.

Por coincidência, o congresso confederal nacional da CGT-Force ouvrière realiza-se poucas semanas antes de 27 de Abril, data fixada para o referendo. Eu, como outros camaradas, recebi da minha organização sindical um mandato de delegado ao congresso. O nosso mandato era que se conseguisse uma condenação do referendo através do qual de Gaulle queria institucionalizar a

associação capital-trabalho. Era expor a necessidade, perante o perigo corporativista, de o sindicato fazer um bloco. Para o leitor melhor poder compreender como as coisas se passaram, o mais simples é citar aqui extractos da intervenção que proferi no Xº Congresso Confederal da CGT-FO, tal como se reflectiu nas actas estenográficas integrais do congresso, na altura editadas pelo secretariado confederal da CGT-Force ouvrière.

“Camaradas, esta manhã, ao escutar o relatório do camarada Bergeron⁽⁷⁾, confesso-vos que estava à espera da parte final com impaciência.

Acho que todo o congresso se pode felicitar pela posição clara, precisa, do secretariado confederal, pela voz do camarada Bergeron, a dizer, na prática, não ao corporativismo, não ao referendo! (Aplausos) Camaradas, somos hoje a primeira organização sindical a realizar o seu congresso, a mais ou menos um ano de distância do referendo, e creio que a posição que tomarmos vai ser decisiva. Vamos ser, mais uma vez, a organização sindical, a central sindical que tem que abrir a única porta possível para a classe operária: não ao corporativismo! não ao referendo! não à integração dos sindicatos no Estado! (Aplausos)

Camaradas, é claro que nos últimos três anos muitos problemas foram aparecendo. Ficava-me mal vir dizer que a Câmara Sindical dos Empregados e Quadros da FO da Segurança Social, que represento, tem concordado sempre com a orientação confederal. Tivemos divergências e continuamos a achar que, numa série de coisas, éramos nós que tínhamos razão e não o secretariado confederal... [...]

A nosso ver, não temos nada que estar representados numa série de organismos. Distinguímos, aliás, esses organismos onde não vamos lá fazer nada dos organismos em que temos que estar presentes, os organismos de participação dos organismos de presença, estes, onde o movimento sindical vai defender

● NOSSA HISTÓRIA

>>> *livremente os interesses da classe operária sem estar subordinado a vínculo de nenhuma espécie. Porém, camaradas, esses problemas, por muito importantes que sejam, problemas que decerto irão continuar a opor-nos, tal como considero que o que nos continuará a opor é a maneira como se pôs termo à greve geral de Maio-Junho de 1968.*

Acho, pela parte que me toca, que tudo era possível, que, naquela greve geral, podíamos ter obtido uma série de garantias pelas quais hoje nos vemos obrigados a bater-nos — e ainda vai ser preciso combater, e combater duramente, o governo e o Estado —, mas parece-me que todas essas divergências, por muito importantes que sejam, que devam ser debatidas, que são debatidas, hoje elas passam para segundo plano ante o problema do acordo fundamental sobre o futuro, sobre o lugar, no momento em que nos encontramos, o futuro e o lugar do movimento sindical.

O que está em jogo é a possibilidade de a classe operária, de a juventude encontrarem uma organização que seja capaz de dar voz aos interesses da classe operária e da juventude; o que está hoje em jogo é haver cem mil jovens que não conseguiram encontrar vaga nas escolas técnicas (CET), e é preciso que estes jovens tenham uma organização e mantenham uma organização que seja capaz de impor, na realidade, a possibilidade, para esses jovens, de encontrarem emprego; o que está em jogo é um sindicato independente do Estado, um sindicato independente dos partidos políticos, mas um sindicato independente do Estado é o que hoje o referendo significa. O corporativismo que o referendo pretende impor significa que nós, organização sindical, passaríamos a enviar representantes para fazer a lei, uma lei que é, portanto, a lei do capital, uma lei de um governo que não é o nosso, que não pode ser o nosso. Seríamos obrigados, sob a autoridade do prefeito chefe da polícia, a fazer a lei e

fazê-la acatar. Ficaríamos reduzidos ao estatuto do sindicato oficial de Franco, ficaríamos reduzidos ao estatuto dos pretenso sindicatos da Carta do Trabalho⁽⁸⁾, ficaríamos reduzidos a auxiliares da polícia e do Estado.

É isto o que está em jogo no dia 27 de Abril, e é hoje um orgulho ter ouvido o representante da Confederação dizer: condeno o corporativismo, condeno o Senado corporativo, condeno a Assembleia Regional corporativa. Condeno... e nós condenamos com ele, mas é preciso condenar publicamente, apelando, pois isto não é um simples caso eleitoral, nós somos directamente afectados. Porque é o futuro dos sindicatos, é o nosso sindicato que está em jogo, é ele que eles querem modificar, é ele que eles querem destruir, e parece-me que este congresso confederal terá que dizer: apelamos a dizer não ao referendo e incondicionalmente, sejam quais forem as circunstâncias. (Aplausos)

Sejam quais forem as circunstâncias, amanhã, não aceitaremos, como em 1940 não aceitamos; não aceitaremos ser os auxiliares corporativos da destruição dos sindicatos e, camaradas, esta posição hoje tomada tem um significado que ultrapassa consideravelmente as fronteiras da nossa confederação. É todo o país, é toda a classe operária, todas as outras centrais que serão obrigadas a alinhar-se pela Confederação Geral do Trabalho-Force ouvrière, e é esse o significado do debate e do voto, que prima sobre tudo, e que faz com que, sejam quais forem as nossas divergências acerca deste ou daquele problema, por mais importante que ele seja, tais divergências têm, para já, que passar para segundo plano, atrás da sobrevivência do movimento sindical livre, independente de qualquer Estado, de qualquer governo e de qualquer partido. (Aplausos)

Quando o debate acabou, reuniu-se, como sempre acontece nestes congressos sindicais, uma comissão de resoluções, em que, conjuntamente, elaborámos

uma resolução. Procurámos chegar a um compromisso que desse voz a uma posição comum da organização sindical sobre esta questão vital, a saber: ou preservar a independência ou integrar-se nas instituições do Estado. Nestas condições, o congresso confederal da CGT-Force ouvrière aprovou uma resolução que apelava a dizer duas vezes não no referendo: não à participação em qualquer organismo de tipo corporativo e não ao referendo. A resolução foi apresentada unanimemente ao congresso. Nesse momento, fui convidado a tomar a palavra para explicar em que espírito aqueles que, como eu, participavam na “minoría de luta de classe” votavam com a maioria confederal (reformista) por esta resolução. [...]

Para ser fiel à verdade, tenho que vincar que esta condenação da associação capital-trabalho, que resultou no recuo da ameaça corporativa, foi obra de militantes operários de todas as tendências. Se, com a vantagem da passagem dos anos, se reexaminar a cronologia, ver-se-á que foi este apelo da CGT-Force ouvrière a votar não no referendo de De Gaulle que acarretou posições similares, nomeadamente da confederação CGT. E foi isso que acabou por fazer com que o referendo proposto por De Gaulle fosse rejeitado. Na votação de 27 de Abril de 1969, o “Senado corporativo” não se constituiu. [...]

São questões de princípio. A democracia política assenta no reconhecimento da existência das classes sociais, revestindo, nomeadamente a forma do reconhecimento da independência das organizações sindicais. Uma ameaça à independência das organizações sindicais é uma ameaça à democracia. A questão não é nova no movimento operário.

Nos grandes momentos de crise, veio sempre ao de cima, no movimento sindical, a oposição entre os que achavam inevitável a integração e aqueles que faziam da independência das organizações sindicais uma necessidade

acima de todas as outras, fosse em que circunstâncias fosse. [...]

O debate que se acaba de evocar a propósito do referendo de 1969 coincidia, mudando a forma, com o problema que o movimento operário já tinha

enfrentado em 1940. Quando os dirigentes da confederação CGT decidem participar na criação da Carta do Trabalho de Pétain, alinhando com Belin, secretário confederal da CGT tornado ministro de Vichy, houve na altura um punhado de militantes de

todas as tendências que se opuseram a tal deriva, entre os quais o reformista Léon Jouhaux, que recusou a integração no corporativismo. ●

(1) A Carta de Amiens, aprovada no congresso da velha CGT em Amiens, em 1906, estipula: “O Congresso Confederal de Amiens confirma o artigo 2º, constituinte da CGT: “A CGT junta, fora de qualquer escola política, todos os trabalhadores conscientes da luta a travar pelo desaparecimento do salariado e do patronato.”

O Congresso considera esta declaração como o reconhecimento da luta de classes que opõe, no terreno económico, os trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto materiais como morais, da classe operária pela classe capitalista.

O Congresso esclarece esta afirmação teórica pelos pontos que se seguem: na obra reivindicativa quotidiana, o sindicalismo procura a coordenação dos esforços operários, o melhoramento do bem-estar dos trabalhadores pela realização de reformas imediatas, como a diminuição das horas de trabalho, o aumento dos salários, etc. Mas esta tarefa é apenas um aspecto da obra do sindicalismo; ele prepara a emancipação integral, que só se pode realizar pela expropriação capitalista; ele preconiza como meio de acção a greve geral, considerando que o sindicato, hoje agrupamento de resistência, será, no futuro, o grupo de produção e de repartição, base da reorganização social.

O Congresso declara que esta dupla tarefa, quotidiana e futura, decorre da situação dos assalariados, que pesa sobre a classe operária e que torna dever para todos os trabalhadores, sejam quais forem as suas opiniões ou tendências políticas ou filosóficas, pertencerem ao agrupamento essencial que o sindicato é.

Em consequência do que, no que concerne aos indivíduos, o Congresso afirma a inteira liberdade do sindicalizado para participar, fora da agremiação corporativa,

nas formas de luta que correspondam à sua concepção filosófica ou política, limitando-se a pedir-lhe, reciprocamente, que não introduza no sindicato as opiniões que professa fora dele.

No que concerne às organizações, o Congresso declara que, para que o sindicalismo atinja o seu efeito máximo, a acção económica se deve exercer directamente contra o patronato, não tendo as organizações confederadas, enquanto organizações sindicais, que se pre-ocupar com os partidos e seitas que, fora deles e ao seu lado, procuram, com toda a liberdade, a transformação social.” (Resolução do Congresso de 8 a 14 de Outubro de 1906, aprovada por 830 votos, 8 contra e 1 branco) (Nota dos *Itinéraires*)

(2) No IIº Congresso da Internacional Comunista (Julho de 1920), aprovou-se um texto que entraria na história com o título de “as 21 condições” para a admissão de partidos na Internacional Comunista. Para compreender este texto, é necessário enquadrá-lo no seu contexto. A jovem Internacional Comunista, constituída logo a seguir à Revolução de Outubro de 1917, viu afluir para ela não só milhares de proletários inchados de entusiasmo pela vitória dos soviets na Rússia e pela promessa de vitórias revolucionárias próxima noutros países, mas também uma série de organizações, de partidos, de dirigentes, alguns deles muito impregnados da política indecisa ou mesma social-patriota que tinha marcado muitas correntes dentro dos velhos partidos socialistas e do movimento sindical. O IIº Congresso da Internacional Comunista julgou, pois, necessário resumir num certo número de pontos as condições a preencher para um partido poder ser admitido na Internacional Comunista. A verdade histórica obriga a dizer que era um texto mais ligado às circunstâncias do que com vocação definitiva. Algumas

das “condições” tinham, era evidente, alcance geral, outras eram mais conjunturais. Mas, como aconteceu mais de uma vez na história, o “provisório” durou e transformou-se noutra coisa. O estalinismo não tardou a apoderar-se destas “21 condições” para cristalizar definitivamente as condições que pudessem servir a estabilização de uma camada burocrática dirigente da Internacional Comunista e virá-las contra a própria luta de classes. Entre tais condições, as números 9 e 10 incidem nas relações entre a Internacional Comunista e as organizações sindicais. Se bem que não esteja lá articulada explicitamente a subordinação do sindicato ao partido, o conteúdo das condições aponta logicamente para lá. A nona condição estipula que é necessário fazer “trabalho persistente e constante (para) conquistar os sindicatos para o comunismo.” A décima manda lutar em todo o lado pela ruptura com a internacional sindical fundada em Amsterdão e filiar os sindicatos na “união internacional dos sindicatos vermelhos aderentes à Internacional Comunista”. Estas formulações visavam permitir uma demarcação com um movimento sindical dirigidos pelos que, em Agosto de 1914, tinham arrastado os sindicatos para a unidade nacional com os governos de guerra (com excepção de algumas minorias, como a dirigida por Pierre Monatte em França dentro da CGT). Ainda assim, a formulação destas condições transformava em princípio o alinhamento dos sindicatos pelo partido, com todas as consequências negativas que daí advieram depois. Foram estas condições consagradas ao sindicalismo que os militantes trotskistas, quando acabou a Segunda Guerra Mundial, puseram em causa. (Nota dos *Itinéraires*)

(3) O regime de Vichy (Julho de 1940-Agosto de 1944) era o regime de colaboração com o IIIº

● NOSSA HISTÓRIA

>>> Reich nazi, tendo reinado na metade Sul da França (que o exército nazi só ocuparia a partir de Novembro de 1942). Era dirigido pelo marechal Pétain, um dos generais franceses “heróis” da Primeira Guerra Mundial, onde reprimiu os motins de soldados de 1917. (*A Internacional*)

(4) Em 1947, no contexto da guerra fria, uma parte dos quadros (reformistas e anarco-sindicalistas) da central sindical operária histórica, a CGT, recusando a pata do partido estalinista no sindicato, funda a CGT-Force ouvrière. Hoje, em França, a CGT e a CGT-Force ouvrière representam os dois ramos saídos da “velha CGT” fundada em 1895. (*A Internacional*)

(5) Atolado na suja guerra colonial na Argélia, o regime parlamentar burguês da IVª República é varrido em 1958 pelo golpe de Estado do general De Gaulle, que instaura um regime bonapartista: a Vª República. (*A Internacional*)

(6) Vichy: ver nota 3. Salazar dirigiu, em Portugal, de 1932 a 1968, um regime ditatorial e corporativo, denominado *Estado Novo*, que será derrubado em Abril de 1974 pela revolução proletária. O general Franco foi o principal organizador do golpe de Estado militar de Julho de 1936 no Estado espanhol. Instaurou uma ditadura sangrenta, também ela baseada na doutrina corporativa. (*A Interna-*

cional)

(7) André Bergeron (1922-2014), dirigente reformista da CGT-FO de 1963 a 1989. (*A Internacional*)

(8) No regime de Vichy, a *Carta do Trabalho* (Outubro de 1941) instaurou a associação capital-trabalho, negando a luta de classes. Foi redigida por Belin, antigo secretário confederal da CGT tornado ministro de Pétain.

A maioria do secretariado confederal da CGT (dissolvida em Agosto de 1940), incluindo, nomeadamente, Léon Jouhaux, recusara-a. (*A Internacional*)

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)
Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa

